

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Raphael Costa Ferreira

**O NOVO BRASIL, UMA NOVA SUPERPOTÊNCIA?**

FLORIANÓPOLIS, 2013

**RAPHAEL COSTA FERREIRA**

# **O NOVO BRASIL, UMA NOVA SUPERPOTÊNCIA?**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientador:** Prof.Dr. Marcelo Arend

FLORIANÓPOLIS, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **9,0** ao aluno Raphael Costa Ferreira na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho

Banca Examinadora:

---

Prof. Marcelo Arend

---

Prof. Hoyêdo Nunes Lins

---

Prof. Helton Ouriques

Dedico essa monografia ao Brasil e ao seu eterno sonho de se tornar potência.

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, meus agradecimentos direcionam-se aos meus pais que me deram suporte motivacional, emocional, financeiro, etc. durante todos esses anos da minha vida, sempre acreditando em minhas escolhas e apostando em mim. Agradeço também minha namorada Fernanda que nos últimos três anos tem sido parte essencial da minha vida. Agradeço aos meus irmãos-amigos (que citarei por ordem alfabética para que não fique nenhuma dúvida ou pretensão de ranquear entre preferidos e preteridos) Alceu Azambuja, Gustavo Costa, Gustavo Ziemath, Luan Vieira, Lucas Brandon e Thiago Costa, que foram pessoas constantes nestes últimos quatro anos. Além de passarmos um tempo divertido e inesquecível nessa vida universitária.

Agradeço também ao meu orientador e professor Marcelo Arend, primeiro por despertar meu interesse acerca do Brasil seus problemas e suas potencialidades. E segundo por ter me acompanhado nesses últimos oito meses de elaboração da monografia, estando sempre disponível e disposto a ajudar, e, é claro, por ter se comprometido a me orientar por distância.

Gostaria também de agradecer aos professores do curso e da universidade que me fizeram crescer pessoal e intelectualmente. Fico muito feliz e lisonjeado de ter convivido com pessoas de tamanho valor humano como vocês.

Quero ainda agradecer aos meus companheiros de classe, lendária turma 09.1 que foi essencial para minha construção como pessoas e para minhas tomadas de decisão. Foram quatro anos incríveis de sorrisos, trabalhos, e divertimento.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer outras pessoas importantes na minha vida acadêmica como o pessoal do LabTrans que me ofereceram a primeira oportunidade de entrar em contato com um ambiente prático de trabalho; e meus amigos da *Universitat de València*. Pessoas que também influenciaram nas minhas decisões e que me agregaram muitos conhecimentos!!

Pessoal, obrigado por tudo, pelo apoio, pela companhia e pela paciência é claro!!

Não existem países satisfeitos, todos querem aumentar seu poder e riqueza e alguns sonham com a condição de potência. Mas o buraco da agulha que conduz ao reino dos poderosos é muito estreito, e o “clube dos grandes” sempre teve poucos sócios. Nunca mais do que seis ou sete, desde o século XVI, além de um ou dois candidatos à entrada que tiveram sucesso, em cada século, desde e quando algum velho sócio tenha perdido sua posição na “diretoria” (FIORI, 2007b, p.218).

## Resumo

Desde a explosão da crise em 2008, as conhecidas Grandes Potências vêm apresentando sinais de recessão econômica, o que vem aumentando o descontentamento da população interna e as críticas ao modelo capitalista atual. Neste mesmo cenário de crise está inserido o Brasil que até o ano de 2012 não havia sofrido muito com a crise. Como muito se ouviu falar na mídia, o Brasil foi um dos últimos países a entrar na crise, e também um dos primeiros a sair dela. Precedendo esse cenário, no desenrolar da década de 1990 mais especificamente, uma conjuntura mais multilateral veio se materializando no sistema internacional. A partir da primeira metade da década 2000, essa tendência intensificou-se, tornando a estrutura de poder internacional mais democrática. Simultaneamente ao referido fenômeno, um conjunto de fatores internos possibilitou que o Brasil focasse seus esforços em termos de política externa para a busca de uma maior inserção internacional. Alguns resultados foram obtidos. A maior proeminência brasileira nos últimos anos vem sendo exaltada pela mídia internacional, com bastante otimismo. Termos como superpotência, Grande Potência, gigante sul americano, entre outros; têm sido utilizados constantemente para definir a nova atuação do país, no contexto do século XXI. Contudo, a história brasileira demanda uma reflexão mais profunda, com o intuito de tentar responder à dúvida latente: se realmente o “eterno país do futuro” tem trilhado o trajeto certo na tentativa de conquistar seu eterno tradicional sonho de tornar-se potência. O presente trabalho propõe-se a uma apreciação dessa nova conjuntura internacional, bem como dos fatores que possibilitaram a tão mencionada maior atuação internacional do país. Como foco de pesquisa, pretende-se investigar qual o atual posicionamento do país na estrutura de poder das relações internacionais. Terá ele se tornado uma grande potência? Ou todo esse alvoroço não passa de mais um capítulo efêmero do tradicional sonho brasileiro de se tornar potência?

**Palavras-chave:** Brasil potência; Ordem multipolar; Inserção Internacional Brasileira; Desenvolvimentismo.

## Abstract

Since the eruption of the crisis in 2008, the countries known as Great Powers are showing signs of economic recession, which has been growing discontent of the populations and provoking criticism of the current capitalist model. In this same scenario is inserted Brazil that until the year 2012 had not suffered much from the crisis. Media constantly treated Brazil as one of the last countries to enter the crisis and also one of the first to come out of it. A previous to the crisis one, more specifically in the 1990s, an environment more multilateral came unfolding in the international system. From the first half of the 2000s, this trend has intensified, making the international power structure more flexible. Simultaneously, a set of internal factors allowed Brazil to focus its foreign policy to seek greater international insertion. Some results were obtained. This greater Brazilian prominence in recent years has been highlighted by the international media, with plenty of optimism. Terms like Superpower, Great Power, the South American giant, among others, have been used consistently to define this new Brazil raise in the XXI century. However, the Brazilian history begs us a deeper reflection to try to answer if the "eternal country of the future" has found the right path to achieve their evergreen dream of becoming world power. This research will focus on making an evaluation of this new international environment, as well as the factors that led to this country's largest international performance. As a focus of research, it proposes to investigate the country's current position in the world power structure. It will try to answer the following question, has Brazil become a great power? Or all this speculations are just another ephemeral chapter of the eternal Brazilian dream of becoming a global power?

**Key- words:** Brazil as a Great Power; Multilateral World Order; Brazilian International Insertion; Developmentalism.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b>	Classificação por salário/desenvolvimento, Banco Mundial .....	33
<b>Tabela 2.</b>	Variáveis econômicas utilizadas para análise geral.....	36
<b>Tabela 3.</b>	Comparação Indicadores (2010) .....	39
<b>Tabela 4.</b>	Comparação por País .....	40
<b>Tabela 5.</b>	Qualificação de Países por Tamanho da População .....	41
<b>Tabela 6.</b>	Qualificação de Países por Extensão Territorial .....	41
<b>Tabela 7.</b>	Taxa Média de Crescimento por Década .....	46
<b>Tabela 8.</b>	Crescimento Absoluto (%).....	48
<b>Tabela 9.</b>	Diferença entre o crescimento médio anual do PIB <i>per capita</i> e do PIB (1980-2010) .....	49
<b>Tabela 10.</b>	Produção por m <sup>2</sup> (US\$/m <sup>2</sup> ) (2010).....	52
<b>Tabela 11.</b>	Participação no PIB Industrial Mundial.....	53
<b>Tabela 12.</b>	Taxa de FBKF em relação ao PIB (%) .....	58
<b>Tabela 13.</b>	Investimento <i>per capita</i> .....	59
<b>Tabela 14.</b>	Taxa média de crescimento Investimento <i>per capita</i> (valores constante 2000) .....	60
<b>Tabela 15.</b>	Percentual Global fluxo <i>inward</i> de IED .....	62
<b>Tabela 16.</b>	Percentual Global do fluxo <i>outward</i> de IED.....	62
<b>Tabela 17.</b>	Fluxo de entrada e saída de IED absoluto entre 1980 - 2010.....	63
<b>Tabela 18.</b>	Percentual Global do estoque de IED <i>inward</i> , média por década .....	64



<b>Tabela 19.</b> Percentual Global do estoque de IED <i>outward</i> .....	64
<b>Tabela 20.</b> Efetividade do IED na variação da taxa de FBKF no Brasil .....	65
<b>Tabela 21.</b> Relação fluxo de IED <i>inward</i> e PIB, média por década .....	66
<b>Tabela 22.</b> Relação estoque de IED <i>inward</i> e PIB, média por década .....	66
<b>Tabela 23.</b> Volume de Reservas Internacionais, milhões de dólares (incluindo ouro).....	67
<b>Tabela 24.</b> Índices, Indicadores e Variáveis.....	69
<b>Tabela 25.</b> Estatísticas Descritivas .....	69
<b>Tabela 26.</b> Resultado Final.....	70
<b>Tabela 27.</b> Poder Potencial.....	96
<b>Tabela 28.</b> Vulnerabilidade Externa: .....	96

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Maiores PIB 1980 e 2011, Valores atuais.....	43
<b>Figura 2.</b> Maiores PIB 1980 e 2011, valores constantes 2000.....	44
<b>Figura 3.</b> Taxa de Crescimento Médio PIB (1980-2010) .....	45
<b>Figura 4.</b> Histórico PIB, por país (1980-2010) (milhões USD, preço e câmbio constante 2005) (exclusive EUA).....	47
<b>Figura 5.</b> Taxa de Crescimento Médio PIB per capita (1980-2010) (PPP) .....	48
<b>Figura 6.</b> Participação PIB/PIB Global 1980 e 2010. ....	50
<b>Figura 7.</b> Histórico de Participação no PIB Global, BRICS (1980-2010) (UDS Constante 2000) (Exclusive EUA) .....	51
<b>Figura 8.</b> Histórico de Participação no PIB Global, Brasil e Grandes Potências (1980-2010) .....	51
<b>Figura 9.</b> Taxa média de crescimento do PIB Industrial .....	54
<b>Figura 10.</b> Histórico PIB Industrial, por país (1980-2010) (milhões USD, preço e câmbio constante 2005).....	55
<b>Figura 11.</b> Participação nas Exportações Mundiais em 1980 e 2010.....	56
<b>Figura 12.</b> Taxa Média de Crescimento das Exportações, por país (1980-2010) .....	57
<b>Figura 13.</b> Histórico Exportações, por país (1980-2010) (milhões USD, preço e câmbio constante 2005).....	57

# SUMÁRIO

<b><u>CAPÍTULO I</u></b> .....	13
1INTRODUÇÃO .....	13
<b><u>CAPÍTULO II</u></b> .....	17
2A ORDEM MULTIPOLAR E O NOVO BRASIL .....	17
2.1 Evolução da ordem da economia política internacional.....	17
2.2 Inserção internacional do Brasil.....	21
2.3 Brasil como grande potência .....	30
2.3.1 Definição de conceitos e da análise .....	33
<b><u>CAPÍTULO III</u></b> .....	38
3BRASIL COMO GRANDE POTÊNCIA DO SÉCULO XXI? .....	38
3.1 Análise geral .....	38
3.2 Análise específica .....	42
3.2.1 PIB e PIB per capita .....	42
3.2.2 PIB Global e Industrial .....	49
3.2.3 Exportação mundial e investimento .....	55
3.2.4 Investimento estrangeiro direto (IED) .....	61
3.2.5 Volume de reservas internacionais .....	66
3.3 Poder e Vulnerabilidade .....	67
<b><u>CAPÍTULO IV</u></b> .....	73
4Considerações Finais .....	73
REFERENCIAS .....	81

ANEXO I .....	88
ANEXO II .....	94
ANEXO III .....	95
ANEXO IV .....	96

# CAPÍTULO I

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Brasil vem se mostrando cada vez mais ativo nas discussões do sistema internacional, comportando-se, segundo alguns autores, como um Global Player, ou seja, exercendo um papel decisivo e estratégico no tabuleiro das relações internacionais. Essa atual pujança brasileira no meio internacional fez com que alguns intelectuais o classificassem como uma provável superpotência. Uma gama de pesquisadores e de prestigiados veículos de comunicação internacional têm discutido essa nova fase do eterno país “em desenvolvimento”, e a possibilidade do mesmo, consolidar-se no seletivo grupo das potências mundiais. Em dezembro de 2011, por exemplo, foi realizado um seminário internacional organizado pela Universidade Hebraica de Jerusalém cujo título era *The Emergence of Brazil as a Global Player*, onde contou com a presença de vários pesquisadores brasileiros, como o Professor Carlos Lessa da Universidade de Brasília e o Professor Tullo Vigevani da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP); e brasilianistas como James Green da *Brown University* (EUA), todos com o intuito de discutir o novo papel do Brasil no século XXI.

Esse tema parece estar em voga nos últimos anos, principalmente após 2008, quando tornou-se mais nítida a ascendente participação do Brasil e sua maior relevância no cenário internacional. Vários fatores sistêmicos são levantados atualmente para explicar essa maior inserção internacional brasileira. Dois deles, classificados como fundamentais ou basilares, correspondem, primeiramente, à própria evolução da economia política internacional pós-queda do muro de Berlim, que, cada vez mais descentralizada e multipolar, favorece a emergência de novos atores globais; e em segundo lugar a reestruturação político-econômica interna brasileira, traduzida na consolidação das instituições democráticas e no fim da inflação desenfreada que assolou o país durante quase vinte anos.

Fatores como estes instituíram as condições necessárias para que o país buscasse maior participação no cenário das relações internacionais. De forma conjunta, pode-se salientar, ainda, uma série de outros fatores, como o crescimento econômico considerável durante os governos Lula – se comparado aquele obtido durante os anos 1980 e 1990–, a consolidação do MERCOSUL, o reconhecimento internacional do Brasil como potência regional, a descoberta do Pré-sal (que colocará o Brasil entre os dez maiores produtores de petróleo do mundo), a

formação dos BRICS, do G20 e dos IBAS, a relativa habilidade brasileira para contornar a crise internacional de 2008, a elevação da nota nacional no sistema de classificação de risco do país, e a conquista da posição de sexta maior economia do mundo em 2011. Isso sem mencionar a grandeza territorial, o volume de sua população e a abundância de seus recursos naturais. Estes e outros fatores fizeram com que o país fosse constantemente invocado no meio internacional como *an Economic superpower* (BRAINARD; MARTINEZ-DIAZ, 2009), *new Global Player* (SWIEG, 2010), *the Crafty Superpower* (NEWS WEEK, 2009), *the New Brazil* (REOTT, 2011) e *the New America* (DAVIDSON, 2012).

O Brasil conseguiu, dessa forma, aproveitar o contexto internacional e algumas circunstâncias internas político-econômico-sociais para conquistar maior respeito no meio internacional e tentar buscar uma participação mais ativa na política mundial. Esse novo Brasil, como ressalta Riordan Reott (2011), tem grandes chances de transformar em realidade o antigo sonho de tornar-se uma grande potência. Sonho esse que tem sido um desafio “em superação” desde princípios da década de 1970, porém que nunca se concretizou.

No outro gume da faca, existem aqueles que se posicionam de forma mais pessimista, ou até mesmo realista, apontando uma série de problemas que podem acabar interferindo na consolidação do Brasil como grande potência. Esses autores desenvolvem um conjunto de análises econômicas demonstrando as disparidades entre as capacidades econômicas do país e aquela das Grandes Potências. A conclusão é de que poderíamos então estar apenas vivenciando mais um ilusório desenvolvimento brasileiro, como aquela da época do “milagre econômico”.

De qualquer forma, esse novo papel do Brasil tem trazido à tona a antiga discussão sobre desenvolvimento do país. Será que ele já pode ser considerado uma grande potência? Será que mesmo não sendo um país desenvolvido ele possui relevância no sistema internacional? Ou será que essa proeminência internacional atual retratada na mídia internacional é apenas ilusória e temporária? Essas são questões que dividem vários pesquisadores e formadores de opinião, que sob uma série de aspectos e dados defendem o Brasil como uma provável grande potência do século XXI; e que por outro lado, porém, salientam um conjunto de fatores que ainda o colocam apenas como potência emergente relevante.

Tendo as considerações supramencionadas em mente, foram formuladas duas hipóteses para o presente trabalho: i) o Brasil vem realmente se consolidando como uma Grande Potência do século XXI; ii) a projeção brasileira está apenas contextualizada por um momento

de grande expansão de suas exportações e recessão dos demais países, de modo que a ideia do Brasil como Grande Potência do século XXI não está correta, é apenas efêmera e ilusória.

Ainda, tentando mesclar esse novo papel do Brasil nas relações internacionais, com o tradicional sonho brasileiro de tornar-se potência, o presente trabalho tem como escopo geral analisar os limites e as possibilidades do Brasil se concretizar como uma Grande Potência, verificando o atual peso do país nas relações internacionais e a sua posição hierárquica na ordem mundial. Para isso, ele parte da hipótese de trabalho de que qualquer inferência/perspectiva sobre o futuro da economia brasileira como uma grande potência deve remeter a uma análise de desempenho de longo prazo, capaz de minimizar possíveis elementos conjunturais passíveis de mudanças no futuro próximo. Complementar a isso, como objetivos específicos tem-se: analisar o debate na academia e na imprensa internacional sobre a atual inserção internacional do Brasil nos últimos cinco anos; analisar as capacidades econômicas do país em relação às chamadas Grandes Potências atuais, e aos demais países dos BRICS; e por último, analisar o poder e a vulnerabilidade do Brasil no sistema internacional (GONÇALVES, 2005).

A metodologia empregada nesta pesquisa é variada. Enquanto é empregada a análise teórica de alguns autores acadêmicos e a exposição de discursos jornalísticos, se utiliza também uma apreciação empírica comparativa entre os países da amostra. Portanto, a metodologia aqui utilizada pode ser descrita da seguinte forma:

Para analisar o debate sobre as mudanças na ordem mundial nos últimos anos e a inserção internacional do Brasil, foram utilizadas produções acadêmicas e jornalísticas. Foram assim aproveitados textos de autores como Fiori, Bresser-Pereira, Gonçalves, Reott; e matérias e notícias de periódicos como *News Week*, *The Economist*, *Foreign Affairs*, entre outras renomadas publicações internacionais. Em relação as produções jornalísticas tomou-se como base o enfoque teórico das práticas discursivas como elemento de construção de percepções da realidade. No caso deste estudo, esse enfoque serve para explicar como a abordagem da mídia internacional sobre a nova potencialidade do Brasil, pode acabar servindo para a construção de uma imagem ou interpretação (percepção da realidade) do país como grande potência<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Para uma maior leitura sobre essa abordagem teórica ler Roxanne Lynn Doty (1993)

Para a análise das capacidades econômicas dos países da amostra foi utilizado dados oriundos de fontes de credibilidade internacional como o UNCTAD e o Banco Mundial. Foi ainda necessário estabelecer uma definição mais concreta de alguns termos como *países desenvolvidos*, *grandes potências* e *global players*. Para isso, baseou-se em definições de teóricos das relações internacionais e de algumas organizações internacionais (as Nações Unidas e Banco Mundial). Uma vez os conceitos bem definidos, foram trabalhados três tipos de análise: geral, histórica e acerca do poder e vulnerabilidade do Brasil.

A análise histórica como o próprio nome já diz, busca identificar o perfil que o Brasil vem perseguindo nas últimas décadas, além de desenvolver uma análise comparativa com o perfil perseguido pelas Grandes Potências e pelos demais países dos BRICS. Foram utilizadas algumas variáveis econômicas, julgadas importantes para a definição do papel de cada país no sistema internacional. Já a análise geral foi concretizada através com a comparação de algumas capacidades materiais do Brasil no ano de 2010, em relação aos demais países da amostra. A terceira e última análise foi feita com a exposição dos resultados do trabalho de Reinaldo Gonçalves (2005) em sua pesquisa sobre o papel do Brasil na ordem política econômica internacional

Desse modo, o presente estudo foi organizado em quatro capítulos. Este primeiro com o escopo de introduzir ao tema. O capítulo II focado na abordagem do contexto político-econômico internacional que veio se desenrolando na última década e como este abriu oportunidade para que o Brasil intensificasse sua atuação no meio internacional, provocando especulações sobre o novo papel do país na ordem mundial. Neste capítulo é ainda abordada a imagem retratada pela mídia e por alguns estudiosos a respeito desse novo Brasil do século XXI, e, também, algumas definições importantes para a continuidade do trabalho.

O terceiro capítulo expõe a análise empírica de algumas variáveis econômicas do Brasil, das Grandes Potências e dos demais países dos BRICS. Como foi dito anteriormente, nesse capítulo foram trabalhadas três tipos de análise, geral, específica e acerca do poder e da vulnerabilidade do Brasil no sistema internacional (GONÇALVES, 2005).

Como resultado do levantamento de dados e da análise dos mesmo, conseguiu-se um maior embasamento quantitativo, juntamente com o alicerce qualitativo do capítulo II, com o intento de responder a pergunta central desta pesquisa: o Brasil já pode ser considerado um ator de peso nas relações internacionais? Pode ser considerado pertencente ao seleto “grupo diretor” das Grandes Potências? Essas considerações finais da pesquisa estão expostas no capítulo IV.



## CAPÍTULO II

### 2 A ORDEM MULTIPOLAR E O NOVO BRASIL

Cada vez mais multipolar, o mundo favorece o surgimento de novas lideranças. Antes associado apenas à beleza das praias, aos passes do futebol, à exuberância do Carnaval e a cenas de violência explícita, o País ganhou outra dimensão no cenário mundial (ISTOÉ, 2009)

Este capítulo procura demonstrar a evolução da ordem econômica-política internacional e como a mesma tem contribuído para que o Brasil almeje uma participação mais incisiva nas relações internacionais e em seu processo de tomadas de decisões. Será ainda abordado como o país tem sido retratado pela mídia internacional e por alguns *experts* das relações internacionais no que concerne a essa nova possibilidade de atuação proporcionada por uma ordem global mais multilateral. Por último, serão expostos alguns conceitos fundamentais para a perseguição e a consequente comprovação ou negação das hipóteses de pesquisa e dos objetivos do presente trabalho. O capítulo é dividido em três subseções.

#### 2.1 Evolução da ordem da economia política internacional

A ordem mundial sempre fora oligopolizada desde o surgimento das relações interestatais com a Paz de Vestefália em 1648. Desde então, sempre existiu um grupo seleto de potências que ditaria as diretrizes da política e economia mundial. Da mesma forma, entre tais potências sempre existiu uma nação mais forte que detinha uma maior influência sob as demais, o que alguns autores como Giovanni Arrighi e Fernand Braudel conceituam de *país hegemônico*. No início, o sistema global de Estados esteve centrado no continente europeu, porém na medida em que estes países começaram a expandir suas áreas de influência o sistema foi, literalmente, se universalizando (FIORI, 2007a). A partir da segunda metade do século XIX, nasceu a tendência a multilateralização do sistema internacional econômico e político (ALMEIDA, 2004). Várias conferências foram organizadas, tratados internacionais assinados, e um número considerável de organizações internacionais foram criadas, a maioria sob o discurso de tornar as decisões da ordem internacional mais democráticas e multilaterais, esperando que fossem, desta forma, mais aceitas e, portanto, de maior eficácia.

O referido processo de multilateralização da ordem internacional político-econômica intensificou-se no século seguinte, dando luz a uma vasta gama de instituições, regimes e organizações que visassem ordenar, democratizar e fiscalizar as relações internacionais. Durante esses anos o Brasil se estruturou internamente, industrializou-se, e por fim, ou melhor por início, procurou uma atuação mais ativa no meio internacional. Como bem ressalta Paulo Roberto de Almeida (2004), nos últimos 100 anos, o Brasil tem sido um dos países “periféricos” mais participativos na construção dessa nova ordem internacional. Ele tem estado presente em diversas conferências, fóruns e organizações internacionais, desde a Liga das Nações em 1920, passando pela Organização das Nações Unidas –ONU (1945), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (1945), sendo um dos signatários do tratado para Não- Proliferação Nuclear –TNP (1968 e 1998), até participar como sede e principal organizador da Conferência Rio +20 em 2012<sup>2</sup>.

Com o intuito de melhor compreender a evolução do sistema político-econômico mundial usamos algumas assunções tomadas por Fiori (2007a) como, por exemplo: o sistema político mundial foi uma criação de poder que vem se universalizando há 500 anos. Ele contou com a definição das fronteiras nacionais a partir da Europa e, posteriormente, com seu movimento expansionista mundial. Desta forma, o sistema econômico mundial caracteriza-se como fruto da expansão das nações europeias. A força vitoriosa dos poderes europeus sobreviria, principalmente, da articulação entre riqueza e poder no seio dos Estados nacionais. Além disso, a competição permanente e as guerras interestatais, marcantes na história do velho mundo, atuaram, simultaneamente, como força destrutiva e integradora, possibilitando a consolidação de um único sistema político na Europa a partir da Paz de Vestefália. O novo sistema político europeu obrigava os Estados a se expandirem constantemente até o limite do monopólio do poder global, monopolização esta que nunca se concretizou, pois a competição pelo poder global se dava através do fortalecimento dos estados nacionais. Apesar da não consolidação de um poder mundial, a partir da contínua competição intraeuropeia ocorreu a oligopolização do poder e da riqueza representada pelo

---

<sup>2</sup> Paulo Roberto de Almeida fez um levantamento de dados sobre alguns dos atos internacionais que o Brasil participou entre 1944 e 2004. Para maiores informações olhar Anexo I.

nascimento das Grandes Potências. De modo a solidificar sua liderança, estas nações criaram barreiras para impedir a entrada em jogo de novas potências<sup>3</sup>.

Até o fim do século XVIII, o sistema político mundial restringia-se à Europa e seus impérios coloniais. Contudo, com o passar do tempo, agregaram-se àqueles, os Estados americanos, africanos e asiáticos. Entretanto, apenas em meados do século XX universalizou-se a ideia do Estado enquanto poder político sobre um território.

A primeira potência não europeia a fazer parte do restrito grupo das Grandes Potências foi os Estados Unidos, e foi quando a ordem internacional esteve mais perto de vivenciar um monopólio hegemônico. A liderança estadunidense instalou um período sem precedentes de experiências de governança global através de regimes e instituições internacionais propostas e comandadas por Washington (FIORI, 2007a, p.82). O mundo vivenciava no pós-Segunda Guerra uma época de bipolarização geopolítica, unificação europeia sob o guarda-chuva da OTAN e a articulação econômica da tríade EUA, Alemanha, Japão. Foi nesse período que os EUA se consolidaram como grande potência, ditando os traços e o destino do sistema. No entanto, Fiori (2007<sup>a</sup>) afirma que apesar de os EUA dividirem o mundo com a União Soviética, eles foram sem dúvida a potência hegemônica da segunda metade do século XX. A confirmação de tal afirmativa veio aparecer após a vitória do capitalismo com a queda do muro de Berlim em 1989.

A década de 1990 veio então eliminar o maior concorrente americano, a União Soviética. Consolidou-se neste momento um novo tipo de cenário global, com o dólar como moeda internacional e os EUA como árbitro militar. Neste cenário a China ainda começava a se preparar para agir globalmente. O fim da Guerra Fria significou o início de uma possibilidade real de um império global norte-americano, disfarçado pelo discurso ideológico da globalização (FIORI, 2007a, p.87). O projeto imperial americano ficou evidenciado após os atentados de 11 de Setembro de 2001, apesar de já estar sendo posto em prática, segundo o autor, desde a década de 1990.

Contudo, a partir da segunda metade da década de 2000 percebe-se uma considerável redução do poder de autoridade global dos EUA. A frustração da Guerra contra o Terror, a

---

<sup>3</sup> Outro autor que aborda a dificuldade de se transpor a fronteira do subdesenvolvimento é Arrighi em seu livro “A Ilusão Desenvolvimentista” (1997). Segundo ele, a riqueza (ou seja, o desenvolvimento de um país) na sociedade internacional é um jogo de soma zero. O autor faz alusão a dois lados opostos de um Golfo, onde de um lado estão os países do núcleo-orgânico e do outros estão os da periferia. Se um país consegue cruzar esse golfo, maior será a distância e os obstáculos para que outros cruzem.

ineficiente e falha atuação no Oriente Médio, o declínio crescente do apoio aos norte-americanos (principalmente da opinião pública internacional), a ascensão da China, as crises financeiras e econômicas da década, a fragilidade econômica dos EUA e das potências europeias, a ascensão das potências emergentes. Todos estes fatores fizeram com que alguns autores questionassem se o “insuperável” poder hegemônico norte-americano havia chegado ao seu fim<sup>4</sup>. Apesar de refutar essa hipótese, uma boa explicação para essa suposição está em um artigo de Fiori escrito em fevereiro de 2007:

Com certeza, não se trata de uma crise final do poder norte-americano, nem seu poder militar global está sendo desafiado nesse momento. Paradoxalmente, os Estados Unidos estão perdendo capacidade de intervenção unilateral em quase todas as regiões do mundo, aumentando o grau de liberdade dos demais Estados, em particular, das suas velhas e novas potências do sistema mundial (FIORI, 2007b, p.181)

Com o visível enfraquecimento dos Estados Unidos e a rápida expansão econômica chinesa, intensificou-se processo da fragmentação do sistema mundial de poder, ressurgindo as tradicionais lutas pelas supremacias regionais entre velhas e novas potências. Como retrata Fiori em outro artigo, presenciamos “o retorno do sistema mundial à ‘geopolítica das nações’ e à competição mercantilista entre suas economias nacionais” (FIORI, 2007b, p.91). Em outras palavras, a unilateralidade americana começou a perder força para a multilateralidade.

Ainda segundo o autor, as mudanças no sistema global de poder acabaram criando uma nova geometria de poder a partir da primeira década do século XXI. Nessa nova geometria têm protestado vários países, conhecidos atualmente como potências emergentes, que vêm reivindicando mudanças nas formas de gestão do sistema mundial, e na sua distribuição oligárquica de riqueza e poder. Inicia-se então o que o jornalista francês Alain Gresh descreve como a “marcha para a multipolaridade”<sup>5</sup>.

Neste novo contexto internacional, abriram-se maiores possibilidades de participação de novos atores nos processos gerenciais do sistema internacional. Fato esse que está mais relacionado à verdadeira necessidade de incluir estas novas potências que foram se destacando nos últimos anos, do que à vontade própria das sêniores Grandes Potências. O “seleto clube das potências hegemônicas”, como denomina Fiori (2007b, p.179), parece estar ampliando seu número de sócios, e é nesse contexto que se insere o novo projeto brasileiro de

---

<sup>4</sup>Arrighi já discursava a decadência da hegemonia norte-americana no início dos anos 2000 em sua obra “Caos e Governabilidade” (2001). Ainda segundo Garcia (2010), p.154, “Não por acaso o tema do multilateralismo voltou a ocupar lugar de destaque no debate internacional”.

<sup>5</sup> Título de um artigo de jornal publicado na Revista *Le Monde Diplomatique*, 04 de novembro de 2008.

inserção internacional. Como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ressalta na introdução de uma de suas compilações (IPEA, 2010, p.15),

Os acontecimentos históricos da primeira década do século XXI vêm sinalizando modificações estruturais no sistema econômico e político internacional, como resultado da configuração de uma nova divisão internacional do trabalho [...] (essa nova divisão internacional do trabalho) cria condições para a emergência de novos agente representativos no sistema internacional, tais como Brasil, Índia, Rússia, África do Sul e especialmente a China. A crise internacional de 2008 não parece ter interrompido esse processo, mas sim reforçado as tendências em curso.

Dessa forma, como nunca anteriormente, o Brasil está contextualizado em uma ordem mundial menos oligopolizada e mais aberta. Esta conjuntura vem garantindo que o país consiga obter resultados mais efetivos em sua busca por maior atuação nos assuntos do sistema internacional de Estados. A seção seguinte discute sobre essa nova inserção internacional do país.

## **2.2 Inserção internacional do Brasil**

[...] são oportunidades históricas que não surgem a cada geração (PATRIOTA *apud* IPEA, 2010, p.16).

O fortalecimento do princípio do multilateralismo nas relações internacionais e a configuração cada vez mais concreta de um sistema mundial multipolar, evidenciou a necessidade de construção de novos mecanismos de governança global (GARCIA, 2010, p.167). A relativa redução de poder das antigas potências amplia as chances das chamadas potências emergente de se consolidarem como grandes potências globais e de participaram mais ativamente na gerência de assuntos globais. O Brasil vem aproveitando essa transformação da economia política global e, juntamente com sua reestruturação política e econômica interna, ambiciona uma maior inserção internacional. Nos últimos anos, o Brasil tem exercido um papel influente em importantes fóruns e concertos internacionais como o G8, o G-20 financeiro, G-20 comercial, IBAS e os BRICS, sendo considerado um dos líderes entre os países emergentes e um dos países-chave na discussão acerca do meio ambiente, da produção agrícola e das energias renováveis. O país deixou, ainda, o posto de devedor no FMI, e passou a posição de credor, ampliando seu poder decisório na esfera da instituição.

Apesar de estar presente na pauta de política externa brasileira desde o Governo Vargas, o anseio por uma maior inserção no sistema internacional quase sempre esteve coadjuvada a busca brasileira pelo desenvolvimento. Essa diretriz manteve-se prioritária até o final dos anos

1980, quando as políticas neoliberais suplantaram o desenvolvimentismo presente na política exterior brasileira. Passado a moda do neoliberalismo, o Brasil retomou seu projeto de inserção internacional, principalmente com base nas alianças estratégicas regionais e não regionais com médias potências e potências emergentes (VIZENTINI, 1999). O desenvolvimentismo que antes era a principal diretriz da política externa brasileira, hoje parece possuir um papel secundário em relação à sua busca pela consolidação como potência global<sup>6</sup>.

Dessa forma, o início do século XXI veio a ser marcado por uma retomada do crescimento econômico brasileiro, uma maior participação do Brasil em regimes multilaterais, e por uma busca mais assertiva por maior atuação e respeito na ordem mundial. Embora a inserção internacional do país estivesse presente na pauta da política externa brasileira dos últimos 80 anos, os melhores resultados foram obtidos na última década, principalmente durante os dois mandatos do presidente Lula, quando as invocações sobre o Brasil se tornaram mais constantes<sup>7</sup>.

Marco Aurélio Garcia (2010), Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, atribui essa evolução da inserção internacional brasileira nos últimos anos à figura carismática do governo Lula, às diretrizes de política externa, e principalmente às transformações internas do país. Segundo ele, a diminuição da desigualdade social pela melhoria na distribuição de renda, pela conquista do equilíbrio macroeconômico, pela redução da vulnerabilidade externa (principalmente percebida pelo aumento das reservas internacionais), e pelo alargamento e aprofundamento da democracia no país que propiciaram a implementação de uma política externa mais “ativa e altiva” (parafrazeando Celso Amorim<sup>8</sup>). Ainda segundo o autor, não procedem as críticas de alguns intelectuais de que a projeção internacional que o Brasil alcançara nesse início de século, é efêmera como aquela vivida na época do “milagre econômico”. Segundo ele, Lula estabeleceu uma nova

---

<sup>6</sup> O que se percebe é um foco maior durante o governo Lula na busca pela inserção internacional do país. A primeira metade do Governo Dilma, vem sendo marcado por uma retomada da prioridade do plano desenvolvimentista em relação a inserção internacional. É claro que essas duas doutrinas de política externa e interna estão intrinsecamente relacionadas, já que o desenvolvimento influencia positivamente na inserção e atuação internacional do país.

<sup>7</sup> Como Marco Aurélio Garcia (2010) coloca, o Brasil passou a estampar páginas de economia e política na grande imprensa internacional, onde antes aparecia quase que exclusivamente no noticiário esportivo ou policial (p.155).

<sup>8</sup> Em entrevista feita pela Folha de São Paulo, “Celso Amorim: 'Sempre digo que Pelé só teve um; igual a Lula não vai ter'”, 15 Nov. 2010.

articulação entre o externo e o interno, soube mesclar o interesse nacional com a posição internacional que o país buscava e busca ocupar no sistema internacional. O resultado foi o esperado, uma ascensão concomitante da participação do Brasil no sistema internacional e do desenvolvimento social e econômico nacional.

Em 2010, o brasileiro norte-americano Riordan Reott lançou uma obra inteira discutindo a trajetória de mudança ocorrida no Brasil nos últimos anos. O autor dá uma breve revisão da história do país desde o período colonial até os dias atuais, mostrando como o Brasil chegou no atual patamar do século XXI. O autor reconhece que a estabilidade política e econômica<sup>9</sup> conquistada nesses últimos 16 anos, assim como o ganho social com a ascensão de milhares de indivíduos para a chamada classe média, o descobrimento do Pré-sal, o desmensurado e heterogêneo potencial agrícola, bem como as inovações no campo de biocombustíveis e fontes renováveis de energia; fazem do Brasil um ator internacional de extrema relevância. Segundo Reott, durante o Governo Lula o Brasil se concretizou como a maior potência da América do Sul, e se tornou no nível internacional um ator e interlocutor respeitado tanto no mundo emergente quanto nos países desenvolvidos,

*As the Lula administration comes to an end, the question is whether the glass is half full or half empty. This Book has attempted to demonstrate that it is the former, for the first time in Brazil's history. Brazil has accomplished what most observers believed to be impossible or highly unlikely. The country of 'tomorrow (and always will be)' has become a significant actor today (REOTT, 2011, p.151).*

Apesar de todo o demonstrado otimismo, o autor é cauteloso ao afirmar que a consolidação do Brasil como *global player* e grande potência está assegurada. Contudo, defende que esse novo Brasil veio para ficar,

*There is no doubt that much remains to be done to consolidate and expand Brazil's global role. But it would appear that the progress to date, [...] and the agenda moving forward ensure that the 'crafty superpower' is here to stay (REOTT, 2011, p.152).*

Em 2009, Leonardo Martinez-Diaz e Lael Brainard, respectivamente ex-vice-presidente e diretor da *Global Economy and Development* no *Brookings Institution* lançaram uma compilação de trabalho cujo título era *Brazil as an economic superpower?* O intento era examinar o estado da arte da economia brasileira e seu possível futuro. Desse modo, podemos

---

<sup>9</sup> Segundo o autor o Brasil tem adquirido mais que estabilidade econômica, ele tem adquirido uma econômica previsível, p.151.

auferir algumas considerações dos autores sobre o atual papel do Brasil no sistema internacional.

Segundo os autores, e também organizadores do livro, o sucesso do Brasil atualmente se deve a três fatores básicos: a forte demanda global por produtos do país (commodities agrícolas e minerais), o sucesso global de suas grandes multinacionais (Vale, Petrobras e Odebrecht), e bons resultados oriundos de suas políticas econômicas. Fatores esses que tem revivido o sonho de “*grandeza*” que vigorou por muito tempo no passado. Adicionado a esses fatores, os autores ainda salientam o fato de o país ter se consolidado como uma democracia estável e ter conseguido estabilizar sua macroeconomia.

Há ainda uma boa perspectiva dos autores sobre o crescimento dessas vantagens econômicas brasileiras a partir da exploração das reservas do Pré-sal, e sobre o setor de biocombustível do Brasil<sup>10</sup>, já que a questão ambiental e a tentativa de mitigar os efeitos nocivos da atividade humana estão em voga no momento, e provavelmente continuarão no futuro.

Como grande desafio, Martinez-Diaz e Brainard apontam a dificuldade em transformar os recursos gerados pelos seus bens naturais em investimentos efetivos em educação, infraestrutura e ciências e tecnologia que serão a base de sustentação para um crescimento sustentável a longo prazo. Os autores criticam a política externa do país enfocada nas relações Sul-Sul, e afirmam que para o Brasil lograr maiores benefícios, ele precisará integrar-se mais ao mercado mundial, principalmente aos países do norte.

Entretanto, apesar das críticas ele possui uma perspectiva positiva em relação à ascensão do país como grande potência mundial. Os autores tentam responder a seguinte pergunta, porque o Brasil deve ter sucesso onde outros já falharam? Para eles, uma possível resposta é a de que o país está colhendo os benefícios daquelas políticas macroeconômica levadas nas décadas de 1960 e 70, com o intuito de buscar autossuficiência e autonomia ao país em relação ao mercado internacional (BRAINARD, MARTINEZ-DIAZ, 2009). Ainda segundo os autores, o Proálcool, o investimento em grandes empresas como Vale e Petrobras, e a criação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) munem o país de

---

<sup>10</sup> Segundo os autores, hoje no país cerca de 46% da energia provém de fontes renováveis, uma taxa bastante alta se comparada a média mundial que é de 13% e a dos países da OCDE de 6% (BRAINARD, MARTINEZ-DIAZ, 2009, p. 21).



ferramentas para que ele possa aproveitar as tendências futuras de comércio e assim buscar uma maior participação no sistema internacional.

Em 2010, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançou uma série de 10 livros, apresentados em 15 volumes independentes, sobre eixos estratégicos do desenvolvimento brasileiro. Esses livros estão dentro de um projeto da instituição, em parceria com o Governo Federal, chamado de “Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro”. Contextualizado nas mudanças na nova “divisão internacional do trabalho” e na “emergência de novos agentes representativos no sistema internacional” (IPEA 1, 2010, p.15), o volume 3 da série, cujo título é “A Inserção Internacional do Brasil” reconhece o crescente papel que o país tem ocupado no cenário internacional, e intenta analisar essa inserção externa sob dois temas estratégicos, a política externa e a economia internacional. Segundo o Instituto, atualmente no sistema mundial observam-se “ensaios embrionários de multipolaridade”, e nesse momento abrem-se possibilidades para que os agentes do sistema modifiquem a estrutura hierárquicas de poder.

Ainda, segundo a pesquisa, um dos maiores candidatos a aproveitar o momento é o Brasil, que vem conseguindo extrair uma série de dividendos econômicos e políticos como, por exemplo, a redução da vulnerabilidade externa, a inserção internacional mais contundente e uma maior articulação comercial, produtiva e política com os países do eixo Sul-Sul, ampliando suas chances de obter um *upgrade* na ordem mundial de poder. Apesar do reconhecimento desse novo papel do Brasil, o instituto aponta alguns fatores para os quais o país deve atentar a fim de não deixar escapar essa oportunidade, como o aumento das pressões competitivas contra o setor manufatureiro brasileiro e a reprimarização da pauta de exportação.

Fiori é outro autor que também aborda a inserção internacional do país. Contudo, apesar de reconhecer o novo papel do Brasil nas relações internacionais, o economista exprime uma visão mais pessimista se comparada àquelas manifestadas por Marco Aurélio Garcia e Reott. Segundo ele, sem contar com ferramentas de poder indispensáveis ao exercício da *real politik*, o Brasil se manterá “na condição de ‘estado(s) relevante(s)’, mas não expansivo(s)”<sup>11</sup>, uma

---

<sup>11</sup> Expansivo porque segundo a visão de FIORI para as grandes potencias se manterem no topo, é necessário estarem em constante expansão (FIORI, 2003).

espécie de porta-voz(es) pacífico(s) do ‘bom senso ético universal’” (FIORI, 2007a, p.106)<sup>12</sup>. Ou seja, exercendo um papel proeminente, porém secundário, no âmbito das relações internacionais.

Reinaldo Gonçalves (2005) também reconhece essa maior participação internacional do Brasil na última década e o peso que o país vem conquistando no cenário mundial. Contudo, ressalta que apesar de tudo isso, “a realidade dos processos, relações e estruturas do sistema econômico internacional mostram (ainda) a ‘desimportância’ do país” (GONÇALVES, 2005, p.1),

Por um lado, o Brasil sofre recorrentemente os efeitos de pressões, fatores desestabilizadores e choques externos<sup>13</sup>. Por outro, a evidência é de que mudanças significativas no Brasil têm impacto nulo ou praticamente nulo no resto do mundo. Nos últimos anos, o Brasil tem sido afetado significativamente por crises econômicas em países como México, Tailândia, Rússia e Argentina. A recíproca, porém, não é verdadeira. Exemplo recente foi a crise cambial de 1999, quando "o contágio provocado pela desvalorização no Brasil foi surpreendentemente leve" (Eichengreen, 2003, p. 165 *apud* GONÇALVES, 2005, p.1).

Ainda, segundo o autor, “a elevação da capacidade do país de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos é condição necessária para o desenvolvimento” (GONÇALVES, 2011, p.13).

Além destes autores, tem-se também a opinião transmitida pela mídia e por importantes formuladores de opinião pública, e, assim, de percepções de realidade. Nesse sentido, é de suma importância trabalhar com a perspectiva gerada e criada no meio internacional sobre a potencialidade do novo Brasil, “potência do século XXI”. Para isso, foi realizado um levantamento de algumas reportagens vinculadas em respeitáveis jornais e redes de notícias internacionais, ou de trechos de discursos de pessoas influentes, acerca das percepções desse novo Brasil ou sobre esse eterno “país do futuro”.

O Brasil veio ganhando mais notoriedade na imprensa internacional a partir da crise de 2008 à medida que não demonstrava sinais de retrocessos econômicos. Percebia-se, assim, mundo a fora que, por uma das poucas vezes na história, o país não seria avassalado por um choque externo. A partir de então o Brasil começou a crescer aos olhos da mídia

---

<sup>12</sup> A frase está em plural pois Fiori está dissertando sobre os papéis de Brasil e África do Sul nessa nova ordem mundial.

<sup>13</sup> Vale ressaltar que o texto foi publicado em 2005. De lá até 2012 várias coisas mudaram, inclusive a vulnerabilidade econômica externa do Brasil, a exemplo da crise de 2008 que não afetou consideravelmente o país como afetou o resto do mundo. Entretanto, segundo as publicações mais recentes de Reinaldo Gonçalves, percebe-se que ele ainda mantém certo pessimismo em relação à vulnerabilidade econômica externa do país. Segundo ele, “o Brasil [...] tende a ser atingido por crise se não ocorrerem mudanças significativas na estratégia e na política econômicas” (2012, p.1)

internacional, parafraseando Garcia (2010), deixando as páginas de esportes e violência e passando a ocupar constantemente as folhas destinadas a economia e a política. Uma das figuras mais influentes do mundo, o presidente Barack Obama, foi um dos primeiros a elevar a moral brasileira. Durante a reunião do G20 em Londres, em abril de 2009, ao cumprimentar o presidente Lula, Obama disse “*That’s my man, right here... Love this guy*”. Isso na época significou o reconhecimento pelo presidente estadunidense dos frutos positivos, políticos e econômicos, que o Brasil vinha colhendo durante o governo Lula. Dois anos depois, em sua visita ao Rio de Janeiro, em março de 2011, Obama disse em meio à multidão de cariocas reunidos no Teatro Municipal,

*For so long, Brazil was a nation brimming with potential but held back by politics, both at home and abroad. For so long, you were called a country of the future, told to wait for a better day that was always just around the corner. My friends, that day has finally come. And this is a country of the future no more. The people of Brazil should know that the future has arrived. It is here now*<sup>14</sup> (America Government Archive, 2012).

Uma das primeiras revistas internacionais a exaltar a recém-reconhecida “potencialidade” brasileira foi a revista norte americana *News Week*. Em abril de 2009, ela publicou um editorial intitulado *The Crafty Superpower*. A reportagem ressalta o rearranjo interno ocorrido nas últimas décadas com a consolidação das instituições democráticas, e do poder da lei<sup>15</sup>, bem como o fato de o Brasil ser uma potência regional peculiar, por ser a única no mundo, sem inimigos<sup>16</sup>. Salieta sua liderança no mundo em desenvolvimento em relação a luta contra os subsídios agrícolas dos países ricos, sua atuação como solucionador de controvérsia através da via diplomática na América do Sul, e a missão de paz brasileira no Haiti, amostras dessa potencialidade brasileira em se tornar um *Great Power*. Apesar de todo o reconhecido potencial, o país não demonstra interesse em atingir um status de potência militar como as demais Grandes Potências, sendo este um dos principais diferenciais desta *Crafty Superpower*. Como afirma o editorial, as maiores armas brasileira consistem na força econômica, no comércio<sup>17</sup> e na diplomacia. Ainda segundo a revista, o Brasil, por exemplo, tem investido na diplomacia abrindo mais de 35 embaixadas entre 2003 e 2009, grande parte

---

<sup>14</sup> Fazendo alusão ao antigo sonho brasileiro de ser potência.

<sup>15</sup> “*After decades of false steps, Brazil has become a solid free-market democracy, a rare island of stability in a region of turmoil and governed by the rule of law instead of the whims of autocrats*”, *News Week* (2009).

<sup>16</sup> “*Lula presides over a crafty superpower unlike any other emerging giant*”, *idem*.

<sup>17</sup> “*He has controlled the region by co-opting his neighbors with trade, turning the whole continent into a captive market for Brazilian goods. Ultimately, Brazil’s power derives not from guns but from its immense store of natural resources, including oil and gas, metals, soybeans and beef*” *idem*.

delas na África e no Caribe, e tem realizado viagens presidenciais para mais de 45 países com o intento de intensificar as relações internacionais (a maioria países em desenvolvimento). Para finalizar o artigo, o jornal lança mais um elogio direcionado ao então presidente Lula e ao Brasil,

*This might be risky politics. But the smart money is on the Brazilians. With no manual for becoming a global power, Lula's Brazil seems to be writing one of its own* (NEWS WEEK, 2009)

Em outra reportagem extraída da *News Week* de Maio de 2010, é reconhecida a nova relevância brasileira, porém certas posturas adotadas pelo então presidente Lula<sup>18</sup>, são bastante criticadas, como a aproximação com a Venezuela, Cuba e Irã, por exemplo, países conhecidos por desrespeitar os direitos humanos e as regras de instituições internacionais. Segundo o periódico, o Brasil deveria utilizar sua nova proeminência internacional para combater tais malfeitorias. No final da matéria, o jornalista abranda as críticas feitas ao Brasil, e diz que o mesmo deve estar sofrendo de uma “ansiedade de principiante”<sup>19</sup>.

Também em 2009, o periódico português *Jornal de Notícias* lançou uma matéria com o título “Brasil: uma potência mundial?”. A jornalista questiona se realmente chegara a hora do Brasil tornar-se um ator global, imagem que o presidente Lula queria passar para o mundo<sup>20</sup>. Segundo a autora, existem muitos sinais mostrando que sim, por exemplo, o pacto militar assinado com a França, em 2009, foi “um passo dado pelo Brasil no sentido da sua afirmação como potência mundial”. A descoberta do Pré-sal e sua entrada em operação dará ao Brasil um importante diferencial estratégico, colocando-o entre as dez maiores reservas de petróleo do mundo. Ainda segundo a jornalista, o Brasil precisa ratificar essa sina que o vem perseguindo.

Tudo parece conjugar-se para que o Brasil cumpra o desígnio ‘freneticamente perseguido’ desde o tempo de Getúlio Vargas e que ironicamente o faça pela mão do sindicalista eleito presidente, Luiz Inácio Lula da Silva: o de afirmar-se como potência mundial [...] (MONTEIRO, 2009)

Para o professor Vamireh Chacon, catedrático do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, que colabora com a reportagem, “o Brasil tem

---

<sup>18</sup> “Only a year ago, president Luiz Inácio Lula da Silva was widely feted as the man who had turned Brazil into a competitive powerhouse, the China of Latin America”, Margolis (2010).

<sup>19</sup> “A more generous reading is that Brazil is still a relative newcomer to the world of high-stakes diplomacy and suffers from a sort of beginner’s anxiety”, Margolis (2010).

<sup>20</sup> “Lula da Silva deixou o aviso, ao anunciar ao mundo que o Brasil irá tornar-se numa grande potência do século XXI”, Monteiro (2009).

ainda de aprender a ser ‘superpotência’, [...] Porque o estatuto (status) [...] há muito que está assegurado por sucessivas vocações deterministas” (MONTEIRO, 2009).

Assim como tem aqueles mais otimistas em relação ao novo posicionamento do Brasil, existem aqueles que reconhecem essa nova proeminência do país, porém que preferem manter certa cautela, ou defendem que mudanças ainda precisam ser levadas a cabo para consolidar esse *status* de grande potência. O periódico espanhol *El País*, por exemplo, publicou uma reportagem no dia 27 de setembro de 2010 cujo título era *Brasil, ¿país del futuro?*. Nela o jornalista discorre como “*hay un consenso cada vez más sólido entre los expertos de que Brasil es la nueva potencia mundial emergente*”, cita a Revista *Times* que com um excesso de entusiasmo, segundo ele, designou Lula como a “pessoa mais influente do mundo”. Aborda ainda a Revista *The Economist* que publicou um artigo cujo título era *The Brazilian Take Off*, mostrando que nos próximos anos o Brasil seria a quinta maior economia do mundo. Apesar disso, a reportagem foca nas dificuldades que o Brasil continua enfrentando como, por exemplo, uma infraestrutura e educação de baixa qualidade. Afirma, ainda, que o Brasil deve enfrentar um obstáculo interno potencialmente fatal, o “*el autoconvencimiento de su inevitable ascenso al club de las naciones más poderosas.*”. Também segundo a reportagem, o governo brasileiro deve ter o que chamou de “*paranoia constructiva*” dos chineses e indianos em relação à preocupação com a rapidez dos avanços nas áreas da educação, ciência e tecnologia em outros países.

Em 2012, o periódico espanhol voltou a destacar a potencialidade brasileira. Em novembro desse ano, após o encerramento da XXII Cúpula Ibero-Americana em Cádiz na Espanha, o jornal organizou um seminário internacional sediado em Madrid cujo título era *Brasil: en la senda del crecimiento*. Contando com a presença de nossa presidente, de ministros e empresários brasileiros e espanhóis, o jornal convidava a exposição com o seguinte texto “*Brasil no es un país emergente. Es un país emergido. Es líder americano y global*” (*El País*, 2012). Além deste seminário realizado em Madrid, o jornal oferece uma coluna online, com mesmo nome do seminário, reunindo um conjunto de notícias sobre o Brasil e sua nova onda de crescimento e expansão nos últimos anos, ressaltando também os diagnósticos de Dilma sobre o enfrentamento da crise pela União Europeia e, principalmente, pela Espanha<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Percebe-se uma das poucas vezes na história que o Brasil é ouvido atentamente por países do núcleo ao falar de crise e recuperação.

Outra revista internacional que tem produzido bastantes matérias sobre o Brasil é a revista britânica *The Economist* que publicou em maio de 2012 uma matéria chamada de “*The Brazil Backlash*”, abordando a esfriada dos BRICS, porém com enfoque na situação brasileira. Segundo a reportagem, as pretensas superpotências emergentes aos poucos vêm se arrefecendo. A Rússia é tida agora como o retrato de um “petroestado” corrupto, a economia chinesa vem se desacelerando nos últimos meses, a Índia vem sofrendo problemas de coesão política interna e a África do Sul encontra-se bastante distante das demais potências emergentes. Agora é a vez do Brasil. O país, apesar de estar reduzindo seu crescimento econômico, é diferente dos demais. É uma região onde a lei próspera e as instituições democráticas são estáveis. Contudo, a revista insiste que o país deve enfrentar suas fraquezas, como a baixa taxa de crescimento, a pouca oferta de crédito, o custo elevado para fazer negócios, e a falta de investimento em infraestrutura. Ainda, segunda a reportagem, alguns desse problema já estão sendo atacados pela presidente Dilma, porém de forma tímida.

Além das mencionadas reportagens, podemos citar algumas outras que tiveram grandes repercussões quando saíram como *Brazil's big moment: a South American giant wakes up* (ONIS, 2010), *A new Global Player: far-flung agenda* (SWEIGER, 2010) na revista americana *Foreign Affairs*; *Brazil takes off* (2009) e *An economic superpower, and now oil too* (2008) na *The Economist*; *Brazil, Country of the Future No More?*(2012) de Andres Velasco, antigo Ministro de Finanças chileno (2006-2010); *O Brasil e o comércio mundial* (FORNAZIERI, 2011) no Jornal o Estado de São Paulo, *Brazil: The World's Next Economic Superpower?* (2010) na rede de notícias americana *CBS News*, entre outras. Todas englobando as potencialidades do Brasil nesse novo século e seu novo papel nas relações internacionais. Além de abordar alguns problemas internos brasileiros que devem ser enfrentados para levar a cabo o seu desenvolvimento, e concretizar o *status* de superpotência, de potência global.

## **2.3 Brasil como grande potência**

Como foi apresentada nas seções anteriores, a inserção do Brasil no meio internacional tem se intensificado na última década. A própria característica da ordem internacional, cada vez mais multilateral e aberta à participação de novas potências, tem influenciado essa guinada brasileira. Somando-se a este cenário, vários autores e canais de notícias nacionais e

internacionais têm apontado a reestruturação econômica interna do país, e a consolidação do movimento democrático e da força da lei, como um dos grandes diferenciais do Brasil no século atual.

Além dos aspectos básicos, ou estruturais, pode-se ainda apontar outros conjuntos de fatores defendidos pelos autores que descrevem o Brasil como uma nova superpotência do século XXI. Entre aqueles expostos na seção anterior podemos dividi-los em três principais grupos:

Político, no qual se destaca o papel político da figura do presidente Lula, que construiu uma imagem de admiração e respeito no meio internacional, e da política externa durante seu governo. Em consonância a isso, está o papel do Itamaraty responsável pela formulação da política exterior. Dentro desses aspectos podemos salientar a diplomacia<sup>22</sup> presidencial através das viagens internacionais do presidente Lula, o próprio o prestígio de nossa diplomacia no meio internacional (sendo usualmente considerada uma de nossas grandes armas, *NEWS WEEK*, 2009), a maior participação em fóruns internacionais, o viés pacifista, sem inimigos, e o *status* de solucionador de conflitos do país que lhe coloca em uma posição privilegiada no sistema internacional<sup>23</sup>. Ademais, um dos grandes resultados obtidos no campo político que ajudou a construir a imagem desse novo Brasil foi a aceitação internacional do país como uma grande potência em âmbito regional.

Econômico, um dos grandes responsáveis pela ascensão e reconhecimento do Brasil como provável superpotência do século atual, esse fator apresenta uma lista grande de aspectos favoráveis. É consenso entre aqueles que escrevem sobre o tema o tamanho da economia brasileira (atualmente a sexta mundial); a dávida de recursos naturais que o país possui; o tamanho de seu mercado consumidor interno; o crescimento de seu comércio internacional, assim como o acúmulo de reservas internacionais; a grandeza de suas multinacionais (Vale, Petrobrás, Itaú-Unibanco, Odebrecht, etc), etc. O principal fator econômico enfatizado é o poder potencial do país, que segundo a mídia internacional parece aos poucos vir se concretizando como poder efetivo. Além de sua grandeza territorial que lhe

---

<sup>22</sup> Como RYNN (2010) argumenta, parafraseando Morgenthau, “*Of all the factors that make for the power of a nation, the most important, however unstable, is the quality of diplomacy*”, which seems to be the active element of a nation’s power: ‘All the other factors that determine national power are, as it were, the raw material out of which the power of a nation is fashioned. The quality of a nation’s diplomacy combines those different factors into an integrated whole’ (Morgenthau 1973, 146)” (RYNN, nota de rodapé 14, p. 29).

<sup>23</sup> “Economists from Goldman Sachs [...] are predicting that Brazil -- along with Russia, China and India -- will dominate the world economy in the 21st century. If it happens, Brazil would be a different kind of superpower, one that would rather make love not war” CBS NEWS, 2010.

proporciona usufruir de uma agricultura e pecuária enorme, o país possui grandes reservas de água potável, de minerais (como o minério de ferro, o aço e o nióbio), e recentemente encontrou uma nova reserva de petróleo e gás, o Pré-sal, que o colocará entre os maiores produtores de petróleo do mundo. Ainda, a relativa habilidade brasileira de não se deixar ser atingido pela crise mundial escancarada em 2008, o que fez com o país fosse considerado nos últimos anos uma ilha de estabilidade em um mundo de crise. Enquanto as Grandes Potências vieram apresentando sinais de recessão econômica, o país se manteve estável e apresentou crescimento econômico e social interno.

Social, a diminuição da desigualdade social com a elevação de milhares de famílias para a classe média através de programas de mitigação da pobreza e da desigualdade social (como o Bolsa Família e o Fome Zero) conquistaram respeito e reconhecimento no meio internacional. Essas políticas vêm sendo reconhecidas internacionalmente como uma tentativa mais eficaz do Governo brasileiro de superar esses problemas intrínsecos na sociedade brasileira há anos.

Além dessas três categorias de fatores, pode-se ainda salientar a realização de alguns eventos internacionais no país, como a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) em 2012, a Copa do Mundo da FIFA de 2014, e as Olimpíadas do Rio de 2016, que colocam o país no foco da mídia internacional, além de colaborar com a construção dessa nova imagem do Brasil como um país mais ativo e propositivo nas relações internacionais, e com grande capacidade econômica.

Todo esse borbulho de informações e expectativas sobre o Brasil tem provocado uma produção intensa de artigos e obras sobre o país. Várias que superestimam as capacidades econômicas brasileiras e as previsões para o futuro. O principal intento dessa monografia, como foi descrito nos objetivos, é chegar a uma conclusão do atual estado da arte do Brasil perante o sistema internacional de Estados. Para isso, depois de termos levantado alguns aspectos abordados por pesquisadores e jornalistas brasileiros e estrangeiros, faz-se necessário averiguar essa “potencialidade” brasileira enfatizada nos últimos anos.



### 2.3.1 Definição de conceitos e da análise

Deste modo, para dar prosseguimento a pesquisa foi necessário adotar definições mais concretas de país desenvolvido, Grande Potência, e *Global Player*. Assim sendo, para a interpretação dos resultados dessa pesquisa deve-se ter em mente as seguintes definições.

#### 2.3.1.1 Países Desenvolvidos

Quando abordado esse conjunto de nações, normalmente se refere aos países que possuem boas condições de vida para sua população. Nesse grupo, o maior medidor *to be or not to be* são dados socioeconômicos, principalmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU e a Renda *per capita* dos países. Pode-se encontrar também alusão àqueles países com uma estrutura produtiva industrial de alta tecnologia. Como não é foco do trabalho discutir essas definições, levaremos em conta a definição utilizada pelo Banco Mundial que classifica os países de acordo com seu desempenho no PNB *per capita*, calculado através do *Atlas method* da instituição, são eles:

**Tabela 1.** Classificação por salário/desenvolvimento, Banco Mundial

Classificação (desenvolvimento)	Classificação (salário)	US\$
Em desenvolvimento	<i>Low income</i>	menor ou igual a 1.025
Em desenvolvimento	<i>Lower middle income</i>	1.026 - 4.035
Em desenvolvimento	<i>Upper middle income</i>	4.036 - 12.475
Desenvolvidos <sup>24</sup>	<i>High income</i>	maior ou igual a 12.476

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial

Deve-se fazer uma observação acerca do desempenho do Brasil. Em 2011, ele apresentou um PNB *per capita Atlas method* de US\$10.720, menos de 2.000 dólares do limite para ser considerado um país desenvolvido. Se for levado em conta que entre 2009 e 2011 o país conseguiu agregar mais de 2.500 dólares no seu desempenho, passando US\$8.150 para US\$10.720, cria-se uma perspectiva que nos próximos anos o Brasil será considerado um país desenvolvido pelo Banco Mundial.

<sup>24</sup> Apesar de países como Hong Kong (China), Israel, Kuwait, Singapura e Emirados Árabes Unidos se enquadrarem nos países desenvolvidos, o Banco Mundial os considera como em desenvolvimento “*because of their economic structure or the official opinion of their governments*”. BANCO MUNDIAL, Glossary, Disponível em: < <http://www.worldbank.org/depweb/english/beyond/global/glossary.html#12>>. Acesso em: 18 Set. 2012.

Contudo, é importante ressaltar que o Brasil ainda não é um país desenvolvido, e que além do crescimento do PNB essa variável depende também do comportamento da taxa de câmbio. Se o câmbio se desvaloriza, como ocorreu no ano de 2012, o PNB per capita do Brasil, em dólares, sofre queda considerável. Desta forma, a entrada do Brasil no grupo dos países com *high income* não está assegurada.

Vale salientar ainda, que os países do grupo *Upper middle income* são usualmente chamado de países emergentes, sendo seus principais representantes aqueles que formam o acrograma BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

### 2.3.1.2 Grandes Potências

Quando se fala em Grandes Potências, geralmente se alude aos países que exercem um papel de influência e importância nas relações interestatais e em suas tomadas de decisões. Apesar de essa definição ser comum a todo estudante ou teórico das relações internacionais, ela ainda é bastante abstrata. Alguns autores discorreram sobre a definição de Grande Potência e quais os principais critérios para definir um país como tal. Entretanto essas definições continuam subjetivas e abstratas. Como Martin Wright (1978) defende é mais fácil aponta-las na história do que dar uma definição<sup>25</sup>. Ou seja, é fácil distinguir quem são as grandes potências de hoje em dia, porém não existe nenhum critério objetivo para defini-las.

Segundo Jon Rynn (2010, p.2), existe dois critérios comuns na literatura das Relações Internacionais para definir se um país é ou não uma grande potência: o consenso entre *experts*, e uma lista de capacidades comum a esse seletivo grupo de países. Dessa forma, para levar a cabo o principal objetivo dessa monografia, recorreu-se a alguns teóricos das relações internacionais para tentar delinear um conjunto de critérios mais objetivos, que ajudariam na hora de averiguar se o Brasil já pode ser considerado uma grande potência nas relações internacionais contemporâneas. Assim sendo, foram verificadas as definições dos seguintes teóricos das relações, Gilpin, Wright, Organski e Waltz.

Gilpin define as grandes potências, *great powers*, como sendo países com grande capacidade de escolha e tomada de decisão nas relações interestatais do sistema internacional.

---

<sup>25</sup>“What is a Great Power? This is one of the central questions of international politics. It is easier to answer it historically, by enumerating the great powers at any date, than by giving a definition, for there is always broad agreement about the existing great powers” (Wight 1978, 41 apud RYNN, 2010, p.6)

Ainda segundo o autor, as grandes potências são aqueles países que determinam mais o sistema internacional de Estados do que se deixam ser determinados por ele<sup>26</sup>.

Como o próprio autor define, grandes potências são aqueles Estados que

*Both individually and in interaction with one another, [...]that historically have been called the great powers and are known today as the superpowers (. They) establish and enforce the basic rules and rights that influence their own behavior and that of the lesser states in the system(Gilpin, 1981, apud RYNN, Jon, 2010, p.1)*

Organski e Krugler (1980) concordam com essa definição de Gilpin, entretanto agrega à definição um conjunto de fatores que podem mensurar a “granpotencialidade” dos Estados. São eles população, capacidade econômica e poderio militar, além do consenso de especialistas sobre sua identidade<sup>27</sup>. Ainda, o autor aponta a extensão territorial<sup>28</sup>e as capacidades políticas<sup>29</sup>como um fator determinante para um país se consolidar como grande potência.

Para Martin Wight (1978), a potencialidade que caracteriza esse conjunto de países é oriunda de uma série de elementos como o tamanho de sua população, sua posição estratégica e sua extensão geográfica, seus recursos econômicos e sua produção industrial. Além disso, o autor acrescenta alguns elementos menos tangíveis como a eficiência financeira e administrativa, as habilidades tecnológicas e educacionais, e, acima de tudo, a coesão moral (Wight, 1978, apud RYNN, 2010, p.12). Kenneth Waltz (1979) também discorreu sobre o assunto,

*States are placed in the top rank because they excel in one way or another. Their rank depends on how they score on all of the following items: size of population and territory, resource endowment, economic capability, military strength, political stability and competence (Waltz, 1979, apud RYNN, 2010, p.11-12)*

---

<sup>26</sup> Na versão original: “*the structure of international systems is always oligopolistic. In each period the principal actors have determined the system more than they have been determined by it*” (Gilpin, 1981, apud RYNN, 2010, p.2).

<sup>27</sup>Na versão original, “*The elite nations are few enough to stand out clearly from the rest of the members of the international system on such critical dimensions as population, economic productivity, and military might; international relations specialists have long agreed on their identity*” (Organski and Kugler 1980 apud RYNN, 2010, p.6). Produtividade econômica segundo o autor seria a renda per capita de um país, já que o produto de um país é consequência direta de seu nível tecnológico industrial. Ainda para o autor, ter uma indústria tecnologicamente desenvolvida é um fator essencial para se tornar Grande Potência, afinal, “*The great manufacturing nations have Always been great powers*”(Organski, 1968 apud RYNN, 2010, p.15).

<sup>28</sup>“*Population size is the most importante determinant of national power. With it, a lack of other determinants can be overcome. Without it, great power status is impossible*” (Organski, 1968, apud RYNN, 2010, p.17).

<sup>29</sup>Capacidades políticas para mobilizar os recursos humanos e naturais que uma nação dispõe,“*the single most important tool available to any national government for mobilizing its human and natural resources is the governmental bureaucracy*” (Organski, 1968, apud RYNN, 2010, p.17)

Posto essas definições, percebe-se que apesar de não haver um consenso no meio acadêmico sobre os critérios objetivos para determinar se um Estado é ou não é uma grande potência, nota-se algumas variáveis comuns entre os trabalhos de alguns autores. Assim sendo, essa pesquisa resolveu, baseando-se nessas definições, adotar um conjunto de variáveis para levar a diante nosso objetivo principal que é verificar o estado da arte do Brasil na ordem global. Como as variáveis políticas são dificilmente mensuráveis, o estudo se baseou, mormente, em variáveis de caráter econômico. Além do mais, como as únicas variáveis políticas em questão “mensuráveis” seriam a estabilidade política interna e a consolidação da democracia, elas não foram consideradas na análise, já que são consideradas, consensualmente, variáveis consolidadas nas Grandes Potências e no Brasil. Ou seja, não corresponde ao nosso fim analítico.

Vale ainda ressaltar, que apesar do poderio militar ser considerado uma variável importante para vários autores (Waltz, Organski, Organski e Krugle), optou-se por não levá-la em consideração devido à crença de que em um mundo cada vez mais vulnerável, o uso do poderio militar (leia-se nuclear) se torna, apesar de possível, improvável. Ademais, o poder militar tem se mostrado como uma fonte importante de poder para aqueles Estados que possuem ameaças externas. Contudo, para aqueles sem inimigos e ameaças externas, uma diferencial capacidade militar não faz falta. Dessa forma, o presente estudo defende a crença liberal<sup>30</sup> de que o poder econômico é uma fonte de poder muito mais eficaz que o militar<sup>31</sup>.

As variáveis utilizadas na análise foram as seguintes:

**Tabela 2.** Variáveis econômicas utilizadas para análise geral

<b>Variáveis</b>
PIB/PIB Global
Participação PIB Industrial Mundial
PIB <i>per capita</i> PPP (US\$ internacional corrente)
Participação nas Exportações Mundiais
Reserva Internaciona (incluindo ouro)(bilhões)

<sup>30</sup> Exposta por Norman Angell em sua obra *A grande Ilusão* (2002), Brasília, Editora da UnB.

<sup>31</sup> Joseph Nye (2011) concorda em certa medida com esses argumentos, porém ainda reconhece que o poder militar ainda é uma importante forma de poder. “Recursos econômicos podem produzir tanto um comportamento de poder brando (*soft power*) quanto de poder militar duro (*hard power*). Um modelo econômico bem-sucedido não só financia os recursos militares necessários ao exercício do poder duro, como podem também atrair outros para imitarem seu exemplo[...] No século 21, o poder militar não terá a mesma utilidade para Estados que teve nos séculos 19 e 20, mas continuará sendo um componente crucial do poder na política mundial”.

---

Endividamento Externo (bilhões)  
Liberdade Econômica<sup>32</sup>  
Poupança Bruta (% do PIB)  
FBKF ( % do PIB)  
IDE líquido (Balança de Pagamento, milhões US\$ corrente)

---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial, UNCTAD Stat e Heritage Foundation

Como definição de grande potência, utilizaremos uma reinterpretação dos conceitos preconizados por esses autores aqui expostos. Assim sendo, o presente trabalho considera como Grande potência um país com grandes capacidades materiais e imateriais (econômicas e políticas) que exerce um papel de regulação, coerção e gerência das relações interestatais. Vale salientar ainda, que apesar de em sua maioria as atuais Grandes Potências possuírem bons indicadores socioeconômicos, este não é um aspecto eliminatório. Já o termo *Global Player* é normalmente invocado para denominar aqueles países que exercem influência em alcance global em certas áreas específicas das relações internacionais, podendo ser ou não uma grande potência. Como não foi encontrado nenhum trabalho acadêmico que o defina, optou-se por utilizar essa definição socialmente utilizada.

---

<sup>32</sup> *Economic Freedom Index* da Heritage Foundation.

## CAPÍTULO III

### 3 BRASIL COMO GRANDE POTÊNCIA DO SÉCULO XXI?

Como descrito nos objetivos do trabalho, foi realizada uma análise comparativa entre o Brasil, as atuais Grandes Potências e alguns países em desenvolvimento para verificar as capacidades econômicas do Brasil em relação aos seus demais concorrentes na estrutura de poder. A pesquisa foi guiada por um quadro comparativo que levou em conta o desempenho do Brasil, em cada variável, em relação ao desempenho das chamadas Grandes Potências. Para fins metodológicos, as cinco atuais Grandes Potências foram concatenadas em um grupo sendo representado pela média simples desses cinco países. Na análise geral, se o desempenho brasileiro for igual ou superior a 80% do das atuais Grandes Potências, considerar-se-á o Brasil com capacidades econômicas semelhantes à destes países. Ou seja, ele será considerado uma grande potência.

#### 3.1 Análise geral

Para uma perspectiva geral, resolveu-se fazer uma análise levando em consideração o desempenho de cada país no ano de 2010 nas variáveis selecionadas. Para fins comparativos a análise foi feita com base em três unidades de comparação, Mundo<sup>33</sup>, as Grandes Potências<sup>34</sup>, os RICS<sup>35</sup>, e o Brasil. Na última coluna tem-se a relação do desempenho brasileiro em comparação ao desempenho das Grandes Potências. Os resultados estão representados na Tabela 3.

---

<sup>33</sup> Média simples calculada através do desempenho dos 214 países discriminados na pesquisa realizada pelo Banco Mundial. Os valores “mundo” são dados diretamente pelo Banco de Dados oferecido pela instituição.

<sup>34</sup> Média simples do desempenho dos seguintes países: Estados Unidos, Alemanha, França, Japão e Reino Unido.

<sup>35</sup> Média simples do desempenho dos seguintes países: Rússia, Índia, China e África do Sul.

**Tabela 3.** Comparação Indicadores (2010)

<b>Indicadores</b>	<b>Mundo</b>	<b>Brasil</b>	<b>Grandes Potências (G.P.)</b>	<b>RICS</b>	<b>Brasil/G.P.</b>
<b>PIB/PIB Global</b>	100%	2,2%	10,6%	2,9%	<b>21%</b>
<b>Participação PIB Industrial Mundial</b>	100%	3%	13%	8%	<b>22%</b>
<b>PIB <i>per capita</i> PPP (US\$ internacional corrente)</b>	11.072	11.201	37.579	10.355	<b>30%</b>
<b>Participação nas Exportações Mundiais</b>	100%	2%	14%	6%	<b>15%</b>
<b>Reserva Internacional (incluindo ouro)(bilhões)</b>	-	288,6	409,8	934,3	<b>70%</b>
<b>Endividamento Externo (bilhões)</b>	-	346,90	-	31,20	-
<b>Liberdade Econômica</b>	-	99°	17°	121°	-
<b>Poupança Bruta (% do PIB)</b>	19,86	17,53	17,51	32,39	-
<b>FBKF (% do PIB)</b>	19,25	19,46	17,26	29,37	-
<b>IDE líquido (milhões US\$ corrente)</b>	-3.260	36.918	-52.258	47.227	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial e UNCTAD

Como indica a tabela acima apesar de as expectativas atuais serem bastante positivas em relação à “superpotencialidade” do Brasil os indicadores econômicos mostram que ainda existe um grande hiato entre o Brasil e as Grandes Potências. As maiores discrepâncias são em relação à participação no PIB global, no PIB industrial mundial, nas exportações mundiais e no PIB per capita. De acordo com os dados, enquanto em média as Grandes Potências foram responsáveis por cerca de 11% do PIB global, o Brasil representou apenas 2,2%, desempenho inferior que a média dos RICS (2,9%). O mesmo acontece com a participação no PIB industrial mundial e nas exportações mundiais. Em 2010, o Brasil não representou mais do que 3% em ambas variáveis, enquanto que em média as Grandes Potências foram responsáveis por, respectivamente, 13% e 14%. O desempenho brasileiro foi também inferior ao de seus companheiros dos BRICS<sup>36</sup>. O único indicador que o Brasil relativamente se aproximou das Grandes Potências foi no total de reservas internacionais (70%).

<sup>36</sup> Vale ressaltar que o grupo dos BRICS é bastante heterogêneo, possuindo dois *outliers* em sentidos opostos a China e a África do Sul, o que acaba influenciando um pouco a análise com base na média dos desempenhos. Entretanto, como o foco do trabalho não é o grupo dos BRICS e sim o das Grandes Potências, a utilização dessa metodologia não interfere nos resultados finais.

Em relação à Liberdade Econômica, um índice de caráter qualitativo construído pela *Heritage Foundation*, percebe-se que o Brasil (99°) se encontra muito distante das Grandes Potências (17°). Ao menos, se encontra 22 posições na frente dos RICS.

A tabela a seguir compara o desempenho do Brasil nas variáveis que medem capacidade econômica, com cada país pertencente ao grupo das Grandes Potências. No final é feita uma média, ponderada, da relação do Brasil com cada país e com o resto dos países à sua direita<sup>37</sup>, como mostra a Tabela 4.

**Tabela 4.** Comparação por País

	<b>Brasil</b>	<b>BRA/ USA</b>	<b>BRA/ JAP</b>	<b>BRA/ GER</b>	<b>BRA/ FRA</b>	<b>BRA/ UK</b>
<b>PIB/PIB global (%)</b>	2,2%	8%	18%	44%	62%	53%
<b>Participação PIB Industrial Mundial (valores constante 2005)</b>	3%	9%	19%	36%	65%	58%
<b>PIB per capita, PPP (US\$ internacional corrente)</b>	11.201	24%	33%	30%	33%	31%
<b>Participação nas Exportações Mundiais (valores constante 2005)</b>	2%	9%	20%	11%	26%	23%
<b>Reserva Internacional (incluindo ouro) (bilhões)</b>	288,5	59%	26%	134%	174%	350%
<b>Média Simples por País</b>		<b>19%</b>	<b>22%</b>	<b>50%</b>	<b>70%</b>	<b>95%</b>
<b>Média Ponderada Geral</b>		<b>32%</b>	<b>47%</b>	<b>70%</b>	<b>84%</b>	<b>95%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial e UNCTAD

Apesar de se aproximar das Grandes Potências na análise segregada, o Brasil ainda não chega a 35% do desempenho dos cinco países em conjunto. Quando analisado separadamente por país, percebe-se que o Brasil possui capacidades econômicas semelhantes a França (70%) e ao Reino Unido (95%). Se o parâmetro fosse apenas ambos países, o Brasil possuiria cerca 85% de sua capacidade econômica. Contudo, quando comparado ao grupo das cinco Grandes Potências as capacidades econômicas brasileiras ficam em torno de 30% da média ponderada das Grandes Potências.

Dessa forma, comparando-se apenas os dados referentes ao ano de 2010 o Brasil estaria longe de ser considerado uma grande potência em termos econômicos. Se tomarmos como base as capacidades físicas do país, o que Reinaldo Gonçalves encaixa em seu conceito de

<sup>37</sup> Por exemplo, 32% representa a média da relação Brasil com cada país em análise, ponderada pelo PIB de todos os cinco esses países. Já os 47% representaria:  $(MÉDIA_{BRA/JAP} * PIB_{JAP} + MÉDIA_{BRA/GER} * PIB_{GER} + MÉDIA_{BRA/FRA} * PIB_{FRA} + MÉDIA_{BRA/UK} * PIB_{UK}) * 1 / (PIB_{JAP} + PIB_{GER} + PIB_{FRA} + PIB_{UK})$ . E assim por diante.



*poder potencial*, nota-se que o país possui grande vantagem em relação aos demais, sendo o quinto em extensão territorial e em população<sup>38</sup>, como mostram as Tabelas 5 e 6.

**Tabela 5.** Qualificação de Países por Tamanho da População

Rank	País	População	Data da informação
1	China	1.343.239.923	Jul/12
2	Índia	1.205.073.612	Jul/12
3	EUA	313.847.465	Jul/12
5	Brasil	199.321.413	Não Disponível
9	Rússia	142.517.670	Jul/12
10	Japão	127.368.088	Jul/12
16	Alemanha	81.305.856	Jul/12
21	França	65.630.692	Não Disponível
22	Reino Unido	63.047.162	Não Disponível
26	África do Sul	48.810.427	Jul/12

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da CIA World Factbook

**Tabela 6.** Qualificação de Países por Extensão Territorial

Rank	País	Tamanho (m <sup>2</sup> )
1	Rússia	17.098.242
3	EUA	9.826.675
4	China	9.596.961
5	Brasil	8.514.877
7	Índia	3.287.263
25	África do Sul	1.219.090
43	França	643.801
62	Japão	377.915
63	Alemanha	357.022
80	Reino Unido	243.610

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da CIA World Factbook

No entanto, como também demonstra as tabelas anteriores, os fatores físicos apesar de relevantes não são determinantes para um país se concretizar como grande potência, principalmente seu tamanho territorial. Como Organski (*apud* RYNN, 2010, p.15) salienta, “geographical size does not correlate with power”. Apesar de ser uma vantagem para aqueles que possuem um grande território, a sua abstenção não é um fator restrigente. Desta forma, as capacidades mais importantes na determinação de um país ser ou não ser um *Potestatem Magnam* são as capacidades econômicas e políticas de um Estado. Como estas são de difícil

<sup>38</sup>Como Morgenthau argumenta, “no country can remain or become a first-rate power which does not belong to the more populous nations of the earth” (Morgenthau, 1973, *apud* RYNN, 2010, nota de rodapé 16, p.29)

mensuração, nossa análise quantitativa se baseará apenas nas capacidades econômicas. As análises a seguir representam um estudo histórico mais pormenorizado de alguns indicadores que representam as capacidades econômicas de um país no sistema internacional.

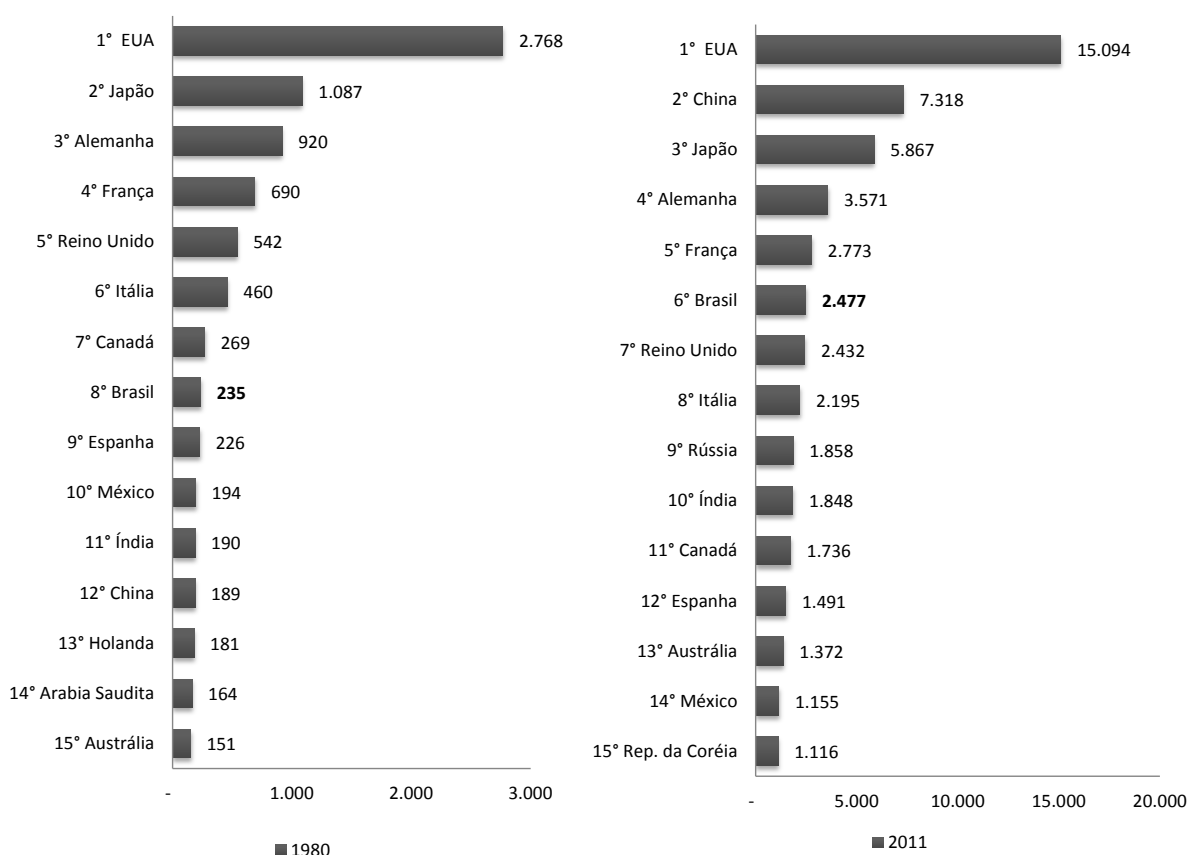
## 3.2 Análise específica

A análise geral mostrou que em 2010 o Brasil não possuía capacidades econômicas suficientes para ser enquadrado como grande potência. Porém, a análise do *status* do país nas relações internacionais deve ser feita sob uma perspectiva histórica devido a duas razões. Primeiro, porque o projeto de se tornar potência é um planejamento de longo prazo, e seu resultado é consequência do desempenho de um país ao longo desse período. Segundo que para realizar qualquer inferência sobre o futuro da economia brasileira como uma grande potência deve-se minimizar possíveis elementos conjunturais passíveis de mudanças no futuro próximo. Dessa forma, as subseções que se seguem expõem essas análises.

Ainda, em relação a estas análises, é importante salientar que devido ao fato de a Rússia fazer parte da União Soviética até a década de 1980, o Banco Mundial e a UNCTAD só disponibilizam dados do país a partir de 1990. Em relação à Alemanha que se encontrava dividida em dois países, foram considerados os valores da Alemanha Ocidental (até 1989). Essa metodologia também é utilizada pelo UNCTAD. Por último, no que concerne aos dados utilizados, baseou-se majoritariamente até os dados de 2010, visto que na maioria dos indicadores não estavam disponíveis os dados de 2011.

### 3.2.1 PIB e PIB per capita

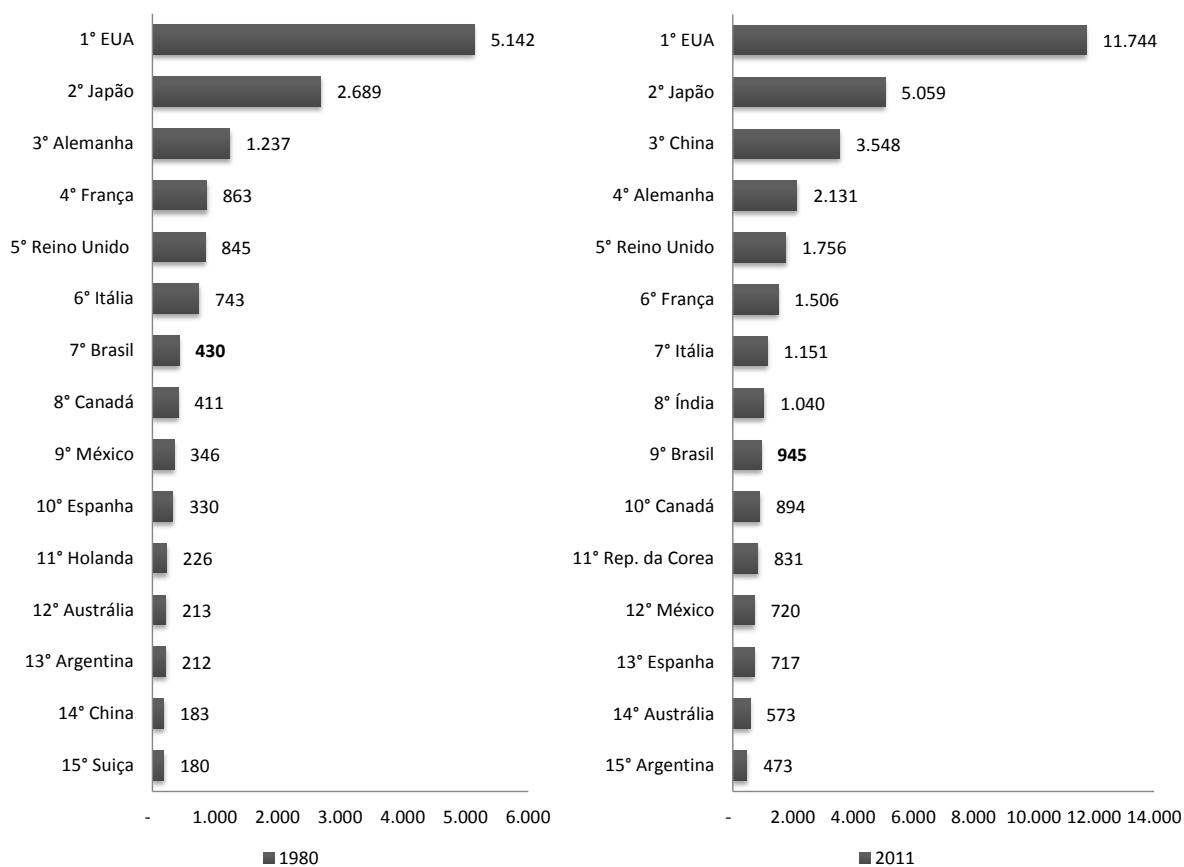
Uma das variáveis mais utilizadas para medir capacidade econômica de um país é o Produto Interno Bruto (PIB). O Brasil em 2011 alcançou o lugar de sexta maior economia do mundo, em valores de dólar atuais. Se notarmos sua evolução do ano de 1980 a 2011, vemos que o país subiu apenas duas posições. Há ainda que ressaltar que esse *upgrade* ocorreu no ano de 2011, e está contextualizado pela explosão da crise de 2008 e pela recessão de alguns países do núcleo. Dessa forma, não se pode ainda afirmar que o Brasil se manterá como sexta maior economia nos anos seguintes (vide Figura 1).



**Figura 1.** Maiores PIB 1980 e 2011, Valores atuais  
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial

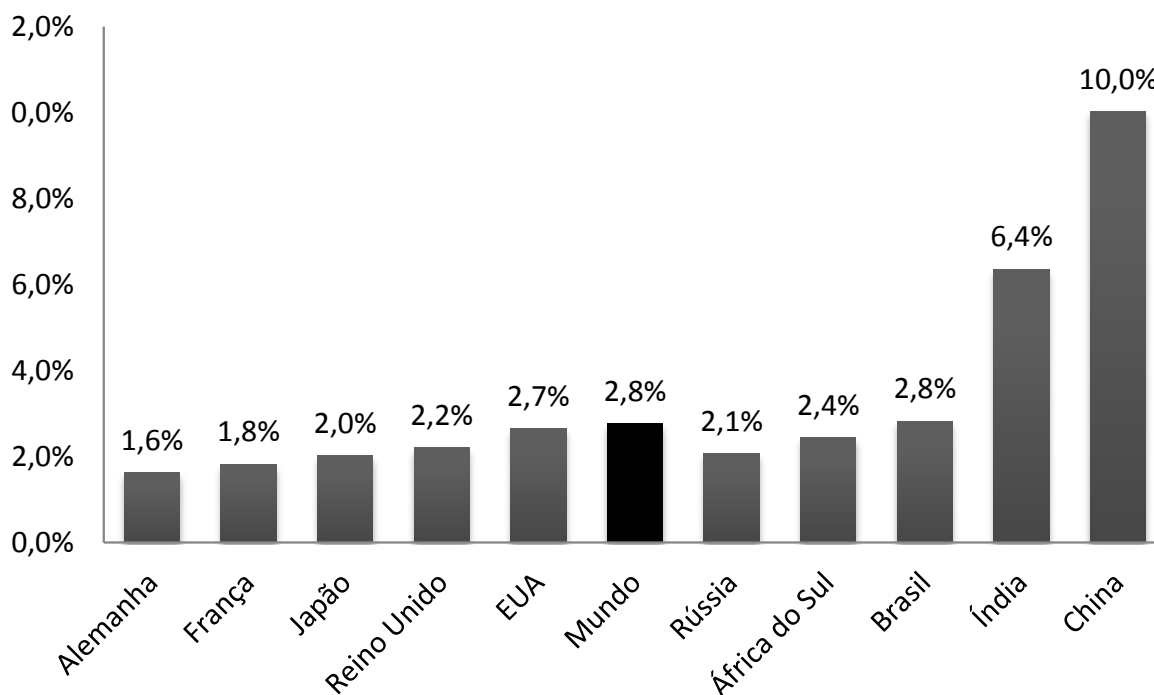
Outras variações que ocorrem durante o período analisado foi a conquista de 10 posições da China, passando de 12º economia para segunda; a República da Coréia que passou da 28º para a 15º posição; e o ganho de duas posições pela Austrália e uma pela Índia. Japão, Alemanha e França caíram todos uma posição; Reino Unido e Itália perderam duas posições; Espanha três, e Canadá e México quatro. Por último, teve a saída da Holanda e da Arábia Saudita do ranking das 15 maiores economias, para respectivamente, 17º e 20º economia do mundo.

Se forem levados em conta os valores do PIB quantificado em valores constante de dólar do ano de 2000, tem-se algumas mudanças significativas na análise.



**Figura 2.** Maiores PIB 1980 e 2011, valores constantes 2000  
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial

Como mostra a figura anterior, o *upgrade* da economia brasileira salientado pela Figura 1 e por muitos analistas das relações internacionais no último ano, não acontece. O que ocorre é na verdade uma queda de duas posições do país. Vale salientar que esse tombo brasileiro decorre da desvalorização do real no ano de 2000, se comparado aos valores atuais de 2011. Contudo, é válido destacar que ano de 2011 foi o ano com a menor cotação do dólar desde os anos 2000. Desse modo, verificou-se que o incremento brasileiro para a sexta posição de maior potência em 2011, deveu-se muito mais a um jogo de câmbio combinado com a recessão de outros países do que por desempenho brasileiro superior à média. A China e a República da Coreia por outro lado continuam ganhando várias posições, respectivamente 11 e nove posições. A Índia é outra surpresa, ganhando oito posições e passando a ocupar o oitavo lugar em 2011.



**Figura 3.** Taxa de Crescimento Médio PIB (1980-2010)  
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

Quando levado em conta a taxa média de crescimento, percebe-se também que o desempenho brasileiro não é tão espetacular quanto parece. Como mostra a Figura 3, o país cresceu em média 2,8% a.a. entre 1980 e 2010, um nível satisfatório se o país fosse uma economia do núcleo já consolidada. Contudo, vale lembrar que vivemos em um mundo competitivo com mais de 200 países, onde boa parte destes países almeja aumentar seu nível de poder e/ou riqueza. Como Fiori afirma, “não existem países satisfeitos, todos querem aumentar seu poder e riqueza e alguns sonham com a condição de potência” (FIORI, 2007b, p.218), o que faz com que os parâmetros de crescimento e competitividade estejam em constante aumento. Dessa forma, percebe-se que apesar de consideravelmente melhor que o desempenho das Grandes Potências, o crescimento anual médio do país não passa da média mundial. Para um país que aspira ser uma grande potência, uma taxa de crescimento do PIB apenas na média global pode não ser suficiente. Para ser potência, o país tem que crescer de forma sustentada a uma taxa mais elevada que a média global, podendo assim realizar o *catch up* e, posteriormente, a superação das economias mais avançadas.

Se analisarmos esse indicador nas últimas décadas com os resultados agrupados por “grau de desenvolvimento” segundo a UNCTAD, vemos que o Brasil na maioria das vezes apresentou crescimento médio menor que seus parceiros de grupo dos países em desenvolvimento e que as economias de transição. Nos últimos 20 anos, o país sempre

apresentou crescimento maior que os chamados países desenvolvidos, como fica claro na Tabela 7.

**Tabela 7.** Taxa Média de Crescimento por Década

<b>Economy</b>	<b>1980 - 1989</b>	<b>1990 - 2000</b>	<b>2000 - 2010</b>	<b>2002 - 2008 (Gov. Lula)</b>	<b>2007-2011 (Crise)</b>
<b>World</b>	3,26	2,85	2,76	3,14	1,96
<b>Developing economies</b>	3,54	4,88	6,05	6,34	5,76
<b>Transition economies</b>	3,46	-4,54	5,70	6,93	3,20
<b>Developed economies</b>	3,20	2,62	1,59	2,02	0,51
Brazil	3,08	2,78	3,70	3,98	4,17

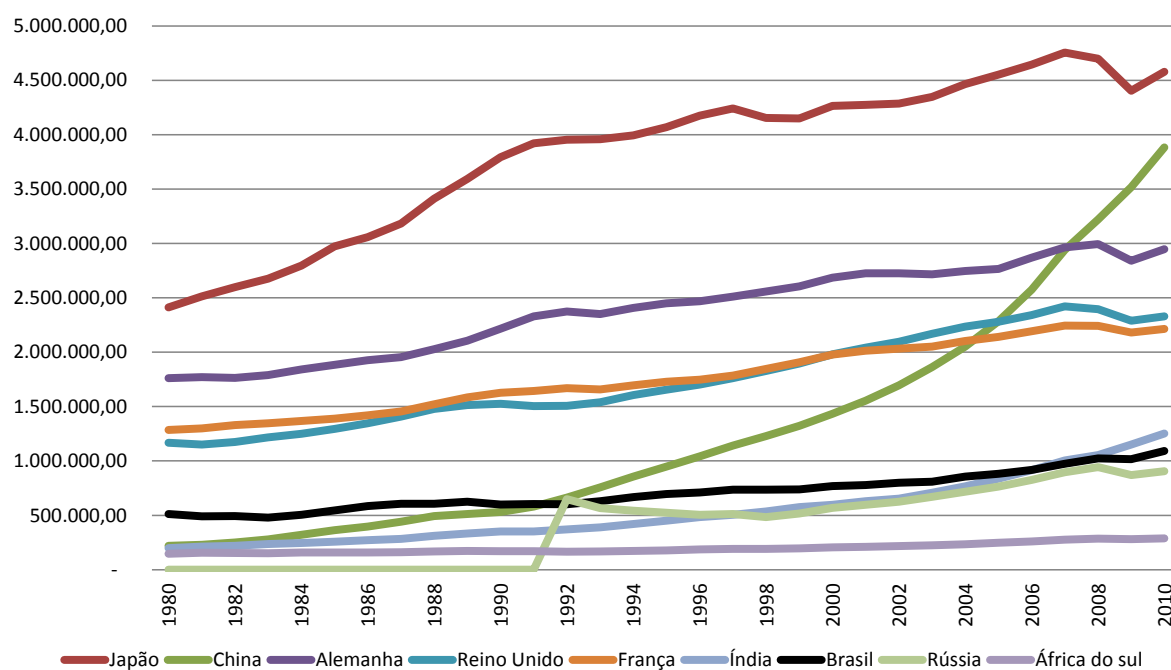
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

A década de 1980 reflete bem o que se convencionou chamar de “a década perdida”, o Brasil teve taxas médias de crescimento menores que todos os grupos. Na década de 1990 o desempenho melhorou um pouco, porém ficou aquém da média global. A situação começou a melhorar durante a primeira década do século XXI, quando o Brasil teve um desempenho maior que a média mundial, entretanto ainda menor que a dos demais países em desenvolvimento. Se analisarmos o período correspondente ao Governo Lula e os últimos cinco anos, que foi quando eclodiu a crise econômica e quando o país foi mais destacado na mídia internacional por sua potencialidade econômica, percebe-se que realmente seu crescimento deu uma incrementada e foi bem maior que a média mundial e que a das Grandes Potências. Considerando que o país já teve sua primeira revolução industrial e seu milagre econômico, e que dentro do grupo dos países em desenvolvimento e em transição estão países que vêm passando nas últimas décadas por seus “milagres econômicos” e ou vêm sendo beneficiados pela combinação alto preço do petróleo e abundantes jazidas, fazendo com que eles consigam manter taxas médias de crescimento acima de 7% a.a.. O que acaba elevando a média global do grupo<sup>39</sup>. Dessa forma, conclui-se que o desempenho brasileiro na última década foi consideravelmente bom, aproximadamente 4% ao ano. Quase o dobro dos países desenvolvidos durante o Gov. Lula e oito vezes maior nos últimos cinco anos. Está explicada a surpresa e grandiloquência com as quais o país foi tratado nos últimos anos no meio internacional. Resta saber qual será o comportamento desse indicador nos próximos anos.

Olhando para a série histórica do crescimento do PIB dos países da amostra, vemos que o Brasil manteve-se no ritmo mundial, nada aquém e nada além. Os *outliers* foram a China e

<sup>39</sup> Das 30 maiores taxas médias de crescimento das últimas décadas, todas são países asiáticos ou africanos que obedecem a essas descrições, vide ANEXO II.

os EUA, este último optou-se pela não representação de seus dados já que sua escala impossibilitava a comparação entre os demais países<sup>40</sup>. Se forem verificados os crescimentos absolutos de 1980 a 2010, constata-se que entre os países da amostra, o Brasil teve o quarto maior crescimento (vide Tabela VV).



**Figura 4.** Histórico PIB, por país (1980-2010) (milhões USD, preço e câmbio constante 2005) (exclusive EUA)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

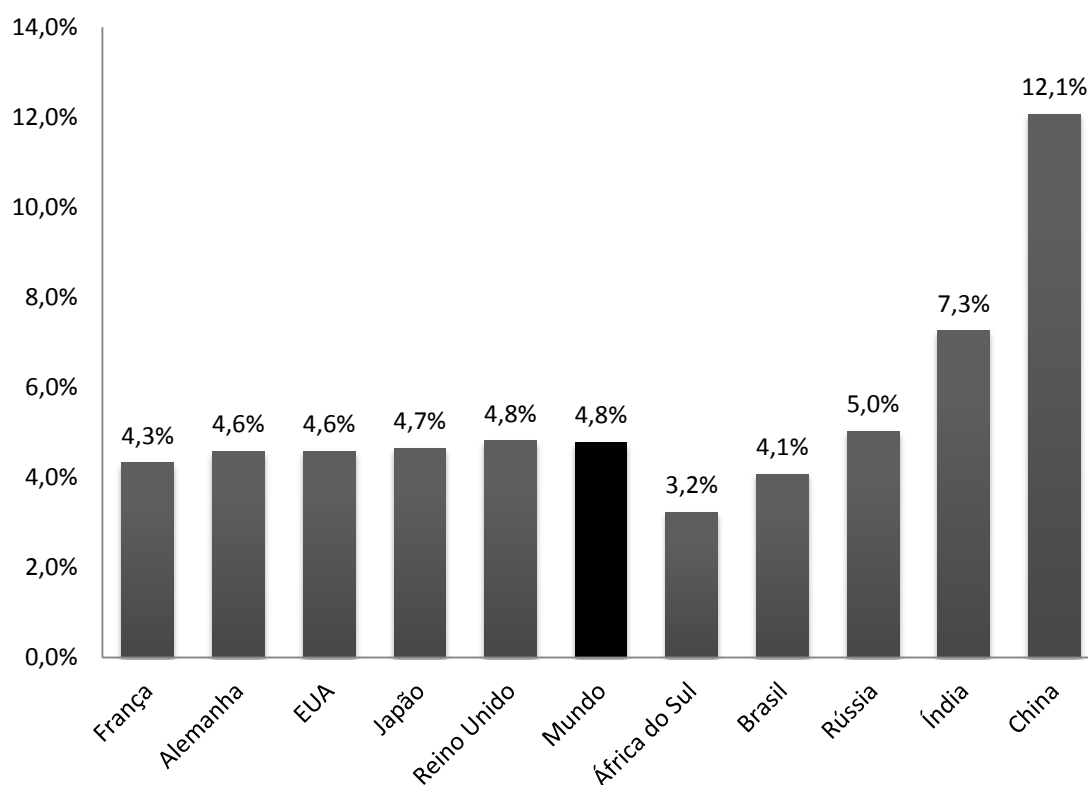
<sup>40</sup> O PIB estadunidense em 2010 foi de cerca de 13 trilhões de dólares.

**Tabela 8.** Crescimento Absoluto (%)

Economia	1980-2010
<b>China</b>	1674%
<b>Índia</b>	530%
<b>EUA</b>	124%
<b>Brasil</b>	113%
<b>Reino Unido</b>	100%
<b>África do sul</b>	96%
<b>Japão</b>	90%
<b>França</b>	72%
<b>Alemanha</b>	67%
<b>Rússia</b>	39%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

A evolução do PIB *per capita* e seu crescimento médio durante o período de análise estão representados nos gráficos abaixo. Sua análise pode indicar o ganho social obtido com o crescimento econômico de um país. Quando a taxa de crescimento do PIB *per capita* é maior que a do PIB depende-se que ganhos sociais foram obtidos pela população.



**Figura 5.** Taxa de Crescimento Médio PIB per capita (1980-2010) (PPP)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial

Em relação ao crescimento do PIB *per capita* o Brasil fica abaixo da média mundial, dos países desenvolvidos e de quase todos os outros membros dos BRICS. Mostrando que



apesar do elevado crescimento nos últimos anos, esse crescimento não foi repassado para sua população na mesma proporção que foi em outros países. Essa ideia fica mais clara quando se extrai a diferença entre as taxas médias de crescimento do PIB *per capita* e do PIB entre os anos de 1980 e 2010. Como mostra a Tabela 9, o Brasil tem a terceira menor relação dos países da amostra, revelando que foi um dos países que menos repassaram seu crescimento econômico para sua população. Uma característica marcante que se percebe é a relativa maior preocupação ou êxito das grandes potências em transmitir seus ganhos econômicos para sua população. Vale ressaltar, que esse repasse de ganhos econômicos é relativo, visto que o PIB *per capita* é um indicador baseado na relação entre PIB e população. Desta forma, como os países em desenvolvimento possuem taxas de crescimento populacional maiores que a das Grandes Potências, eles tendem também a possuir menores taxas de crescimento do PIB *per capita*. Entretanto, é patente a habilidade destes países possuírem maiores taxas de crescimento do PIB também. Assim sendo, existem motivos para contestar da baixa taxa de crescimento do PIB *per capita* brasileira. Dentre as potências emergentes, apenas Rússia teve um desempenho maior que a média mundial, como mostra a Tabela 9.

**Tabela 9.** Diferença entre o crescimento médio anual do PIB *per capita* e do PIB (1980-2010)

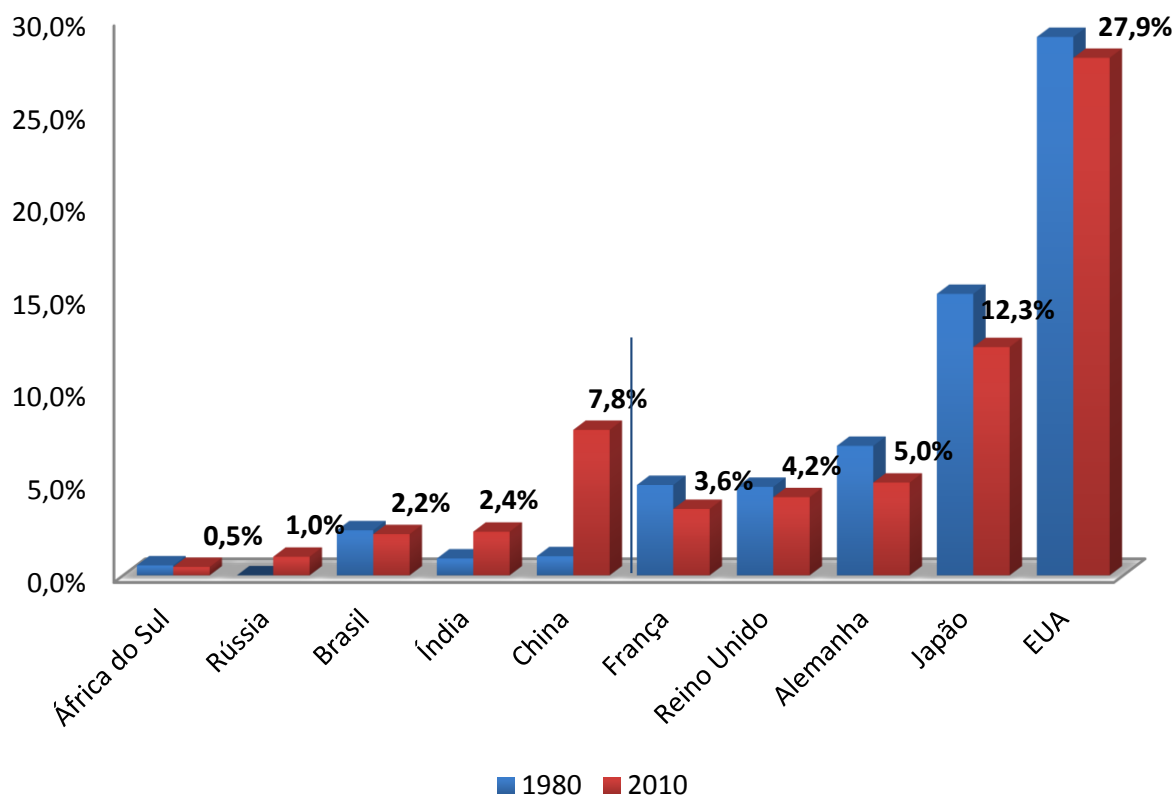
<b>Economia</b>	<b>Diferença</b>
<b>Rússia</b>	3,0%
<b>Alemanha</b>	3,0%
<b>Japão</b>	2,6%
<b>Reino Unido</b>	2,6%
<b>França</b>	2,5%
<b>Mundo</b>	2,0%
<b>China</b>	2,0%
<b>EUA</b>	1,9%
<b>Brasil</b>	1,3%
<b>Índia</b>	0,9%
<b>África do Sul</b>	0,8%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial e do UNCTAD

### 3.2.2 PIB Global e Industrial

Como visto no início deste capítulo, a capacidade econômica de um país é um fator estratégico para sua consolidação como grande potência, o PIB é uma das variáveis que mede essa capacidade. Conforme demonstrado na seção anterior, o Brasil apresenta uma elevada

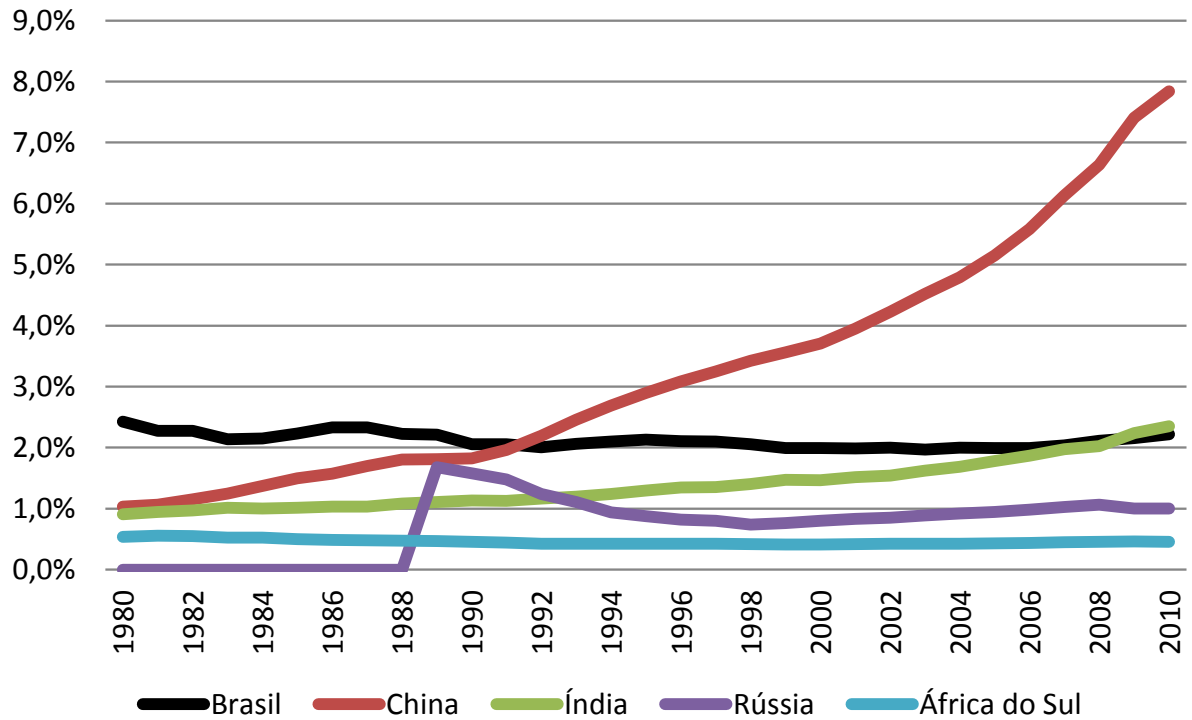
capacidade econômica, às vezes superior, a daqueles países situados no núcleo central de tomadas de decisões da ordem mundial. Contudo, se olharmos em termos comparativos no âmbito global, o país ainda possui uma “pequena” participação na formação do PIB global (vide Figura 6).



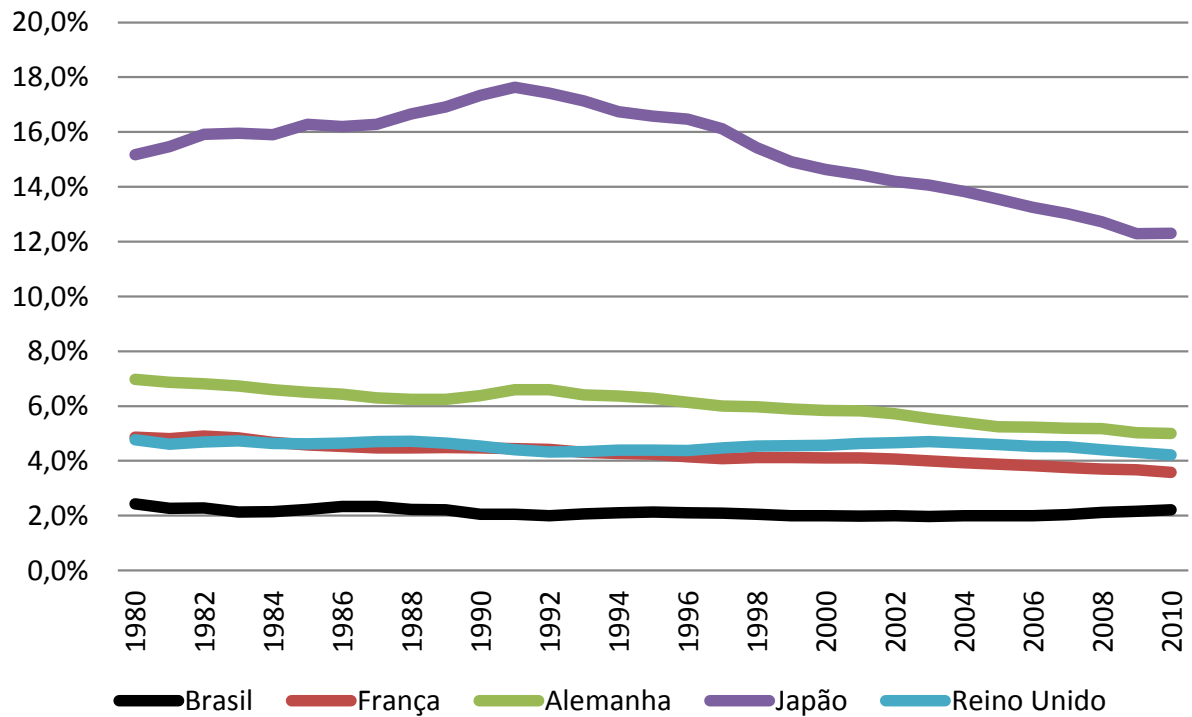
**Figura 6.** Participação PIB/ PIB Global 1980 e 2010.  
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial

Como mostra a figura anterior, enquanto as Grandes Potências possuem entre 3,6% e 27% de participação no PIB global, o Brasil possui apenas 2,2%. Em média, as Grandes Potências foram responsáveis por 10,5% cada na formação do PIB mundial, formando em conjunto mais de 50% da produção mundial, enquanto o Brasil e os demais BRICS foram responsáveis, em 2010, por 13,9% da produção mundial. Vale ressaltar ainda que a participação brasileira caiu um pouco, cerca de 0,2 pontos percentuais, de 1980 para 2010 (vide Figura 6).

Quando analisada a série histórica, nota-se que o Brasil manteve sua participação no PIB global basicamente constante entorno dos 2%. Dentre os países da análise apenas China e Índia obtiveram consideráveis aumento. Todas Grandes Potências perderam participação. Numa perspectiva geral, o desempenho da participação brasileira no PIB global é fraco se comparado com o resto dos países, como já visto antes, ocupando a oitava posição.



**Figura 7.** Histórico de Participação no PIB Global, BRICS (1980-2010) (UDS Constante 2000) (Exclusive EUA)  
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial



**Figura 8.** Histórico de Participação no PIB Global, Brasil e Grandes Potências (1980-2010)  
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial.

Se for levado em consideração à relação entre o PIB nacional e a extensão territorial de cada país, fica patente a falta de êxito do país em transformar sua potencialidade territorial e natural em produção efetiva.

**Tabela 10.** Produção por m<sup>2</sup> (US\$/m<sup>2</sup>) (2010)

<b>Economia</b>	<b>1980</b>	<b>2010</b>	<b>Upgrade</b>
<b>Japão</b>	7.114.094,87	13.480.339,91	89%
<b>Reino Unido</b>	3.468.584,85	7.161.364,91	106%
<b>Alemanha</b>	3.464.372,96	5.796.460,92	67%
<b>França</b>	1.340.329,85	2.300.400,01	72%
<b>EUA</b>	523.291,95	1.175.158,95	125%
<b>China</b>	19.062,40	338.232,93	1674%
<b>Índia</b>	48.982,83	296.089,77	504%
<b>África do Sul</b>	78.339,18	153.917,78	96%
<b>Brasil</b>	50.544,33	107.985,97	114%
<b>Rússia</b>	-	24.290,96	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial e da CIA

Como mostra os dados acima, o Brasil tem a segunda pior performance no que podemos chamar de “indicador eficiência de aproveitamento do território”. Contudo, essa análise não pode ser vista de forma simplificada, a comparação deve ser feita com base nas semelhanças físicas dos países. Por exemplo, apesar de o Brasil ter abundância em commodities agrícola, minerais e energéticas, ele não consegue aproveitar ou aos menos chegar perto dos índices de eficiência de aproveitamento destes dois países. Os EUA, por exemplo, possuem características físicas semelhantes à do Brasil, entretanto conseguem ter uma “efetividade” mais de dez vezes maior que a brasileira. A China que vem nas últimas décadas incentivando e estimulando alterações em sua estrutura produtiva, direcionando seus esforços para o setor industrial e/ou de serviços de alto valor agregado, conseguiu aumentar sua produção por metro quadrado em mais de 19 vezes. O Brasil, por outro lado, não aproveita sua abundância de recursos naturais, e destaca-se pela falta de efetividade em saber utilizá-los.

Outro fator estratégico para um país se concretizar uma grande potências, é sua capacidade industrial. Estrategicamente relacionada por Organski (vide nota 22) com o fato de os países serem bem sucedidos em se consolidarem como grandes potências. Desta forma, como descrito anteriormente optou-se por considerar a participação de um país no PIB industrial mundial como um fator importante para a análise de um país ser ou não ser uma grande potência. A Tabela 11 e as Figuras 9 e 10 demonstram essa análise.

**Tabela 11.** Participação no PIB Industrial Mundial

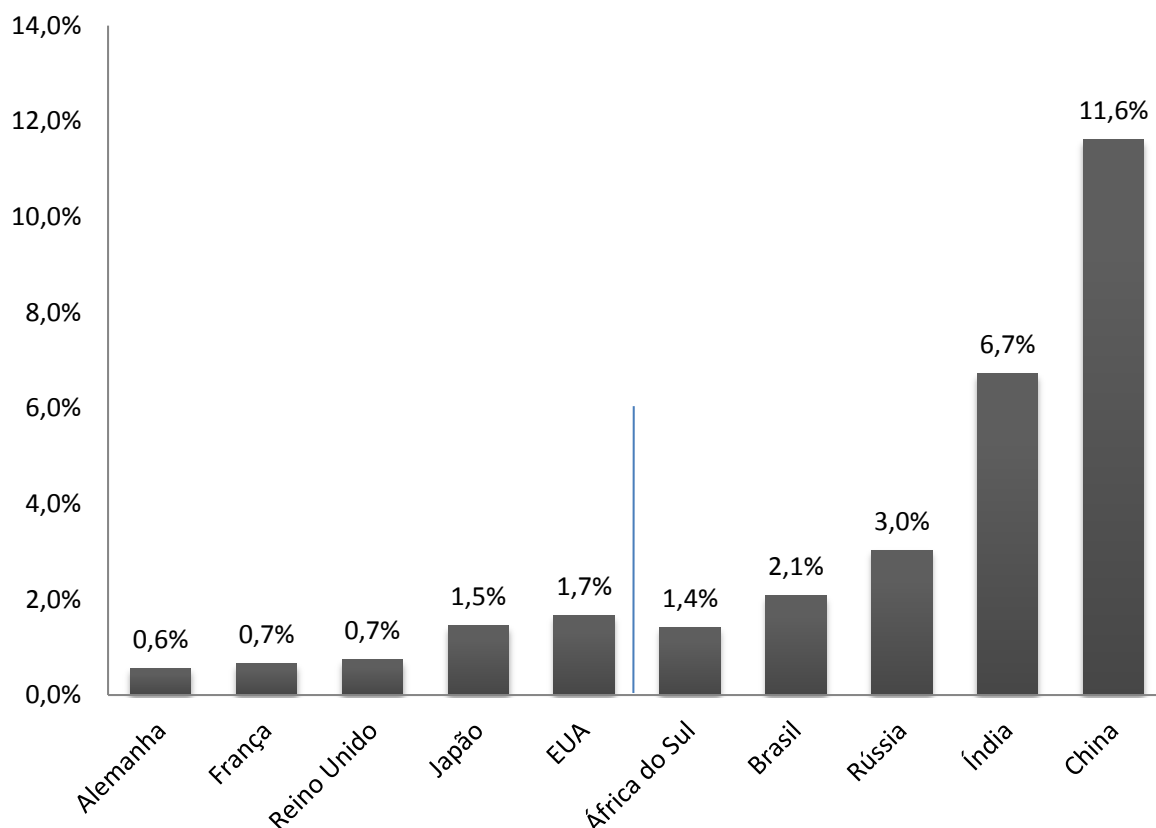
<b>Economia</b>	<b>1980</b>	<b>2010</b>
<b>EUA</b>	23,3%	19,8%
<b>China</b>	1,1%	13,6%
<b>Japão</b>	13,6%	9,6%
<b>Alemanha</b>	8,7%	5,1%
<b>Reino Unido</b>	4,6%	3,1%
<b>França</b>	4,5%	2,8%
<b>Índia</b>	0,7%	2,3%
<b>Rússia</b>	-	1,9%
<b>Brasil</b>	2,0%	1,8%
<b>África do Sul</b>	0,8%	0,5%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados doUNCTAD

De acordo com os dados expostos pela tabela acima, pode-se fazer uma relação entre o grau de industrialização e a eficácia em exercer poder no sistema industrial. É claro que não fica claro de que forma esse fator influencia no poder das nações, mas percebe-se que durante os últimos vinte anos as cinco grandes potências globais sempre foram as maiores participantes na produção industrial global<sup>41</sup>. Na última década, tem-se o *upgrade* da China para o lugar de segundo maior produtor industrial do mundo. O que não coincidentemente é contextualizada pela extensa produção de artigos jornalísticos e acadêmicos sobre a nova ameaça ao poder hegemônico dos Estados Unidos, a China. O Brasil por outro lado não tem tanto sucesso quanto seu parceiro dos BRICS.

---

<sup>41</sup> O que não é exceção, se tomarmos como base os estudos de Arrighi (*O Longo Século XX*, 1996) sobre hegemonia, os principais poderes hegemônicos sempre foram as nações mais desenvolvidas (na época) na indústria e no comércio.

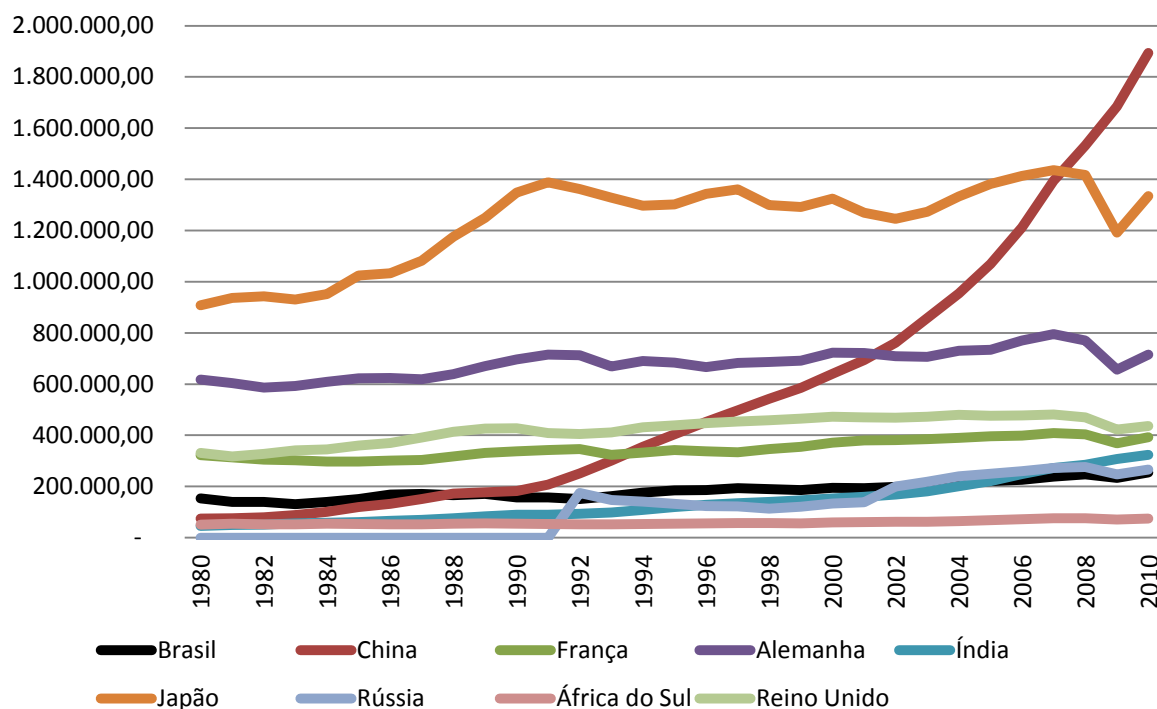


**Figura 9.** Taxa média de crescimento do PIB Industrial  
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

Já os países do centro acabaram perdendo participação como mostram as baixas taxas de crescimento no PIB industrial, inferiores a dos países dos BRICS, por exemplo. Grande parte desse deslocamento foi para a China e para a Índia. Como mostra a figura abaixo (exclusive Estados Unidos<sup>42</sup>), apesar de o Brasil ter aumentado sua produção industrial, esse crescimento foi representativamente menor que o de outros países. O que explica sua perda de participação, caindo para a segundo pior participação entre os países da amostra.

A diferença entre os modelos de desenvolvimento brasileiro e asiáticos ficam evidenciados aqui. Durante toda a década de 1980 o Brasil possuía uma maior produção industrial que China e Índia. A partir de então, ambos países conseguiram manter o crescimento, enquanto o Brasil se estagnou. A China merece destaque com seu crescimento, chegando a ser responsável pela segunda maior participação na produção industrial mundial, a partir de 2006.

<sup>42</sup> Por ser um *outlier*.



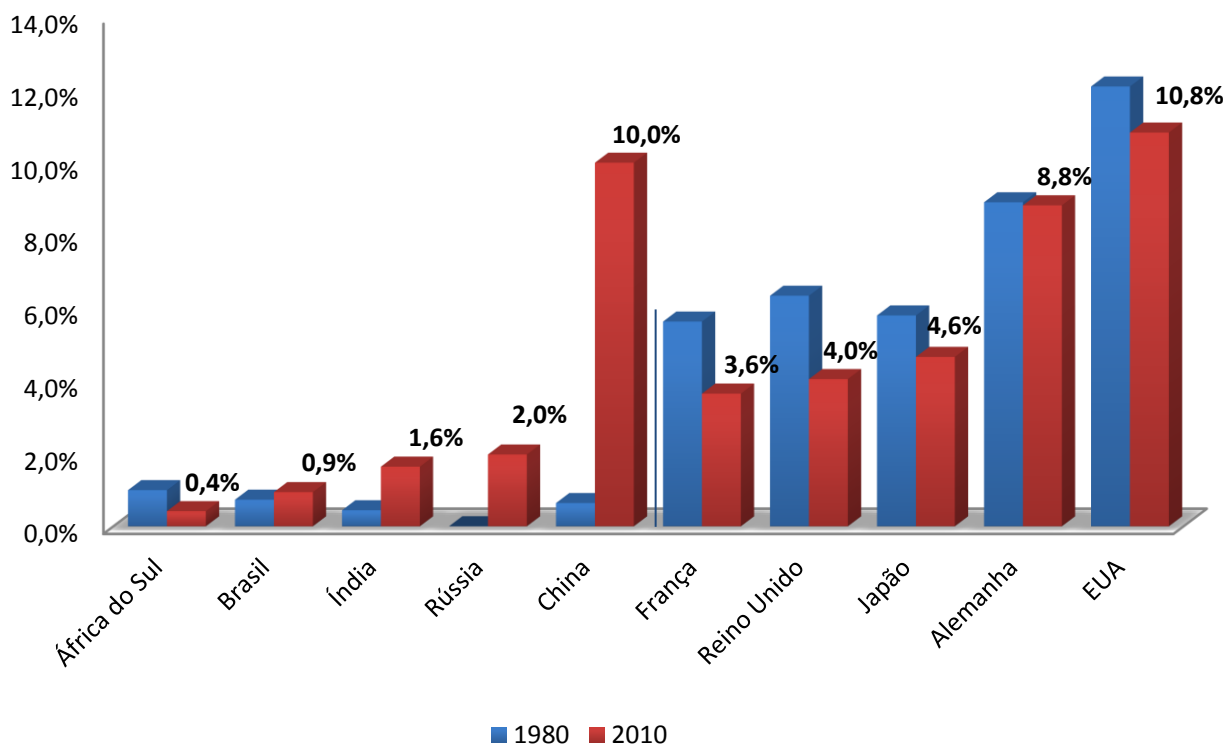
**Figura 10.** Histórico PIB Industrial, por país (1980-2010) (milhões USD, preço e câmbio constante 2005)  
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

### 3.2.3 Exportação mundial e investimento

A interdependência econômica contemporânea, expressada de uma maneira pelo fluxo de comércio internacional, é uma fonte eficaz de poder. Podendo mover guerras, mas também buscar à paz. A alta interdependência econômica dos dias atuais acaba se transformando em uma fonte de poder para os países com maiores fluxos de comércio exterior. Um *soft power* que devido ao alto grau de dependência recíproca entre as nações pode se transformar em um *hard power*. Para facilitar a análise, podemos dividir o fluxo de comércio em uma relação de poder basicamente expressa na ideia de que quanto maior as exportações maior poder de coerção e dominação possui um país, e quanto maior as importações, maior sua vulnerabilidade<sup>43</sup>. Dessa forma, para o propósito do trabalho, somente serão analisadas as

<sup>43</sup> Vale ressaltar que essa relação é uma forma simplificada de comparação, funcionando melhor para a análise das exportações. Já que existem países como os Estados Unidos que possuem elevados níveis de importação, porém devido ao volume de sua demanda e de *market share* no país exportador acabam muitas vezes tendo mais

exportações. Nesse contexto, deve-se verificar o posicionamento do Brasil nas exportações globais, dentro do seu intento de fazer parte do clube das Grandes Potências.



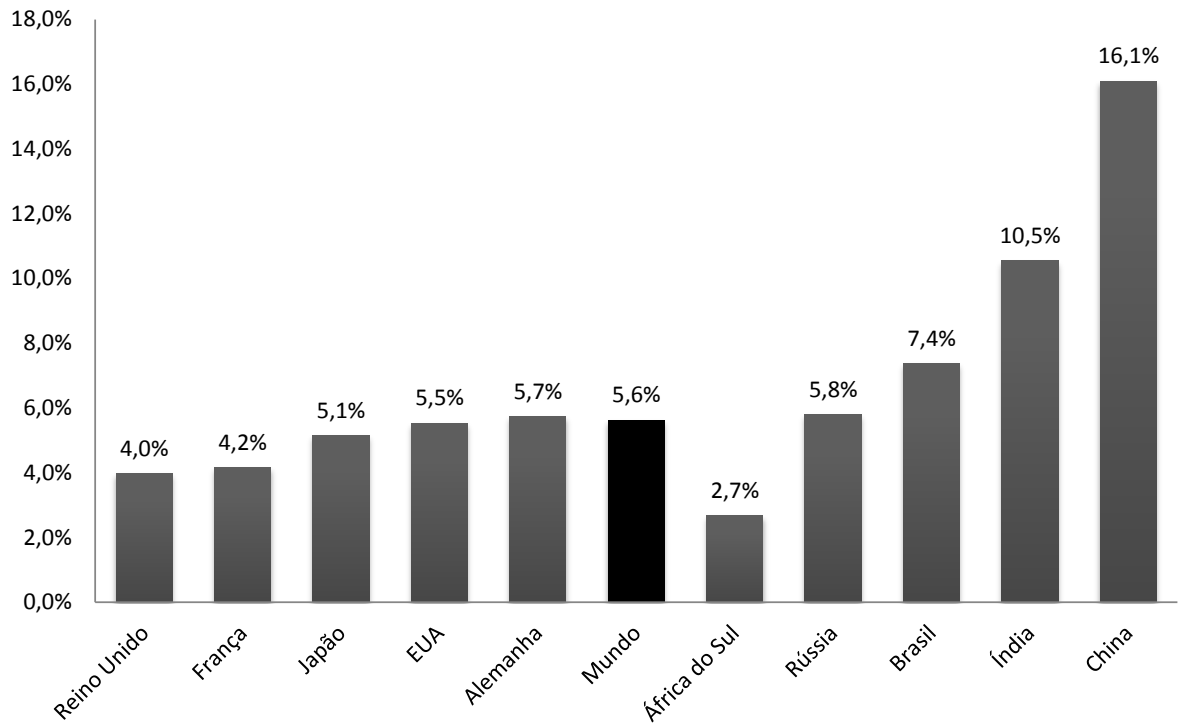
**Figura 11.** Participação nas Exportações Mundiais em 1980 e 2010  
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

Como fica evidente na Figura 11, as Grandes Potências mais uma vez apareceram no topo da comparação. Nota-se que nos anos 1980 esses países dominavam com certa distância em relação aos BRICS as exportações mundiais. Nos últimos anos a China e a Índia aumentaram sua participação consideravelmente. Dentre os países da análise, todos perderam participação, menos estes dois e a Rússia (sem informações disponíveis). Como aconteceu no PIB industrial, apesar de o Brasil possuir taxa média de crescimento anual das exportações consideravelmente alta, não foi suficiente para conquistar maior participação no comércio de produtos nacionais (vide Figura 12 e 13).

---

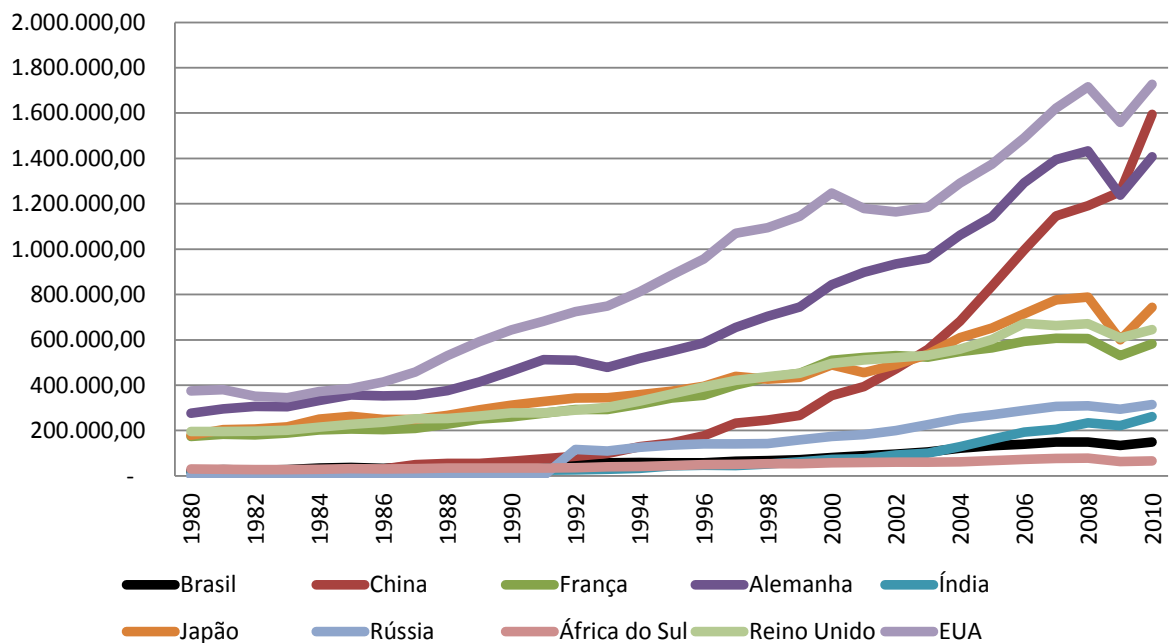
poder sobre seus exportadores do que estando vulneráveis a eles. Entretanto esses países são muito mais exceções do que padrão.





**Figura 12.** Taxa Média de Crescimento das Exportações, por país (1980-2010)  
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

Comparando as séries históricas de cada país, percebe-se que África do Sul e Brasil tiveram um incremento de suas exportações muito menor que os demais países da análise.



**Figura 13.** Histórico Exportações, por país (1980-2010) (milhões USD, preço e câmbio constante 2005)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

Um dos problemas geralmente apontados para explicar o desempenho econômico brasileiro aquém do ideal são as baixas taxas de investimento do país. Para os autores do novo-desenvolvimentismo<sup>44</sup>, como Bresser-Pereira (2006), o investimento é o principal motor do desenvolvimento de um país<sup>45</sup>, pois ele aumenta a produtividade nacional, agregando valor aos produtos nacionais, aumentando a competitividade e, assim, as receitas do país no comércio internacional. As consequências dessa política de investimento é a elevação da capacidade econômica do país e do poder pelo Estado no sistema internacional, além de elevar o padrão de vida da sociedade como um todo. Nesse contexto, para a análise da hipótese do presente trabalho, o padrão de investimento dos países é uma variável estratégica para a busca brasileira de se tornar e/ou se consolidar uma grande potência. Para fazer análise desse critério, se utilizou os dados referentes à formação bruta de capital fixo (FBKF) de cada país, vide tabela abaixo.

**Tabela 12.** Taxa de FBKF em relação ao PIB (%)

<b>Economia</b>	<b>Década 1980</b>	<b>Década 1990</b>	<b>Década 2000</b>	<b>Média 1980-2010</b>
<b>China</b>	29,24	32,78	39,16	<b>34,11</b>
<b>Japão</b>	29,11	28,61	22,79	<b>26,62</b>
<b>Índia</b>	20,38	23,14	28,35	<b>24,16</b>
<b>World</b>	22,43	21,61	20,97	<b>21,59</b>
<b>Alemanha</b>	21,97	22,13	18,47	<b>20,75</b>
<b>Rússia</b>	31,76	20,80	19,20	<b>20,62</b>
<b>França</b>	19,90	18,34	19,41	<b>19,22</b>
<b>África do Sul</b>	23,08	16,30	17,70	<b>19,05</b>
<b>Brasil</b>	21,03	18,01	16,86	<b>18,66</b>
<b>EUA</b>	19,26	17,73	18,58	<b>18,39</b>
<b>Reino Unido</b>	18,45	17,22	16,70	<b>17,38</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial

De acordo com a Tabela 12, o percentual do PIB brasileiro médio destinado para a formação bruta de capital fixo entre os anos de 1980 e 2010 foi o terceiro menor da amostra. Os países asiáticos foram aqueles com maior taxa de formação bruta de capital fixo. As

<sup>44</sup> Como ressalta o Professor José Luis da Costa Oreiro (2012), “no ‘modelo novo-desenvolvimentista’, portanto, o crescimento econômico é ‘puxado’ pelas exportações e sustentado pelo investimento privado e público na expansão da capacidade produtiva e na infraestrutura básica”.

<sup>45</sup> “O desenvolvimento econômico, definido nos termos anteriores, é um processo histórico deliberado de elevação dos padrões de vida que ocorre ao nível de cada estado-nação. É o resultado de uma estratégia nacional que tem como agentes os empresários e os técnicos ou administradores, e como forma de realização a acumulação de capital e a incorporação de conhecimento à produção. Sua liderança é exercida pelo respectivo governo, que age em estreito acordo com os agentes econômicos no processo de definir políticas econômicas e instituições legais que promovam o investimento e o aumento da produtividade” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.213).

Grandes Potências, apesar de já terem uma estrutura produtiva desenvolvida e diversificada continuam apresentando uma maior ou igual taxa de FBKF que o Brasil. Em teoria, o Brasil por ainda estar buscando seu desenvolvimento deveria apresentar taxas de investimento, ao menos, maiores que aquelas das Grandes Potências. Contudo, a análise dos dados empíricos mostra que o país além de possuir uma das menores taxas da amostra, veio diminuindo desde a década de 1980 sua taxa de investimento em cerca de quatro pontos percentuais. Ele possui, ainda, um desempenho inferior que a média mundial, e mais de 10 pontos percentuais de diferença para com seus companheiros dos BRICS, China e Índia, na década de 2000. Se observarmos o “investimento *per capita*” e a sua taxa média de crescimento, a performance brasileira é ainda mais preocupante.

**Tabela 13.** Investimento *per capita*

<b>Economia</b>	<b>1980</b>	<b>2010</b>	<b>Média</b>	<b>Incremento</b>
<b>Japão</b>	6.221,0	7.676,8	<b>8.600,97</b>	23%
<b>EUA</b>	3.482,6	5.586,8	<b>5.278,33</b>	60%
<b>Alemanha</b>	3.477,0	4.804,1	<b>4.200,46</b>	38%
<b>Reino Unido</b>	2.210,6	4.576,7	<b>3.620,98</b>	107%
<b>França</b>	3.016,9	4.248,2	<b>3.613,73</b>	41%
<b>Mundo</b>	827,4	1.254,3	<b>1.029,40</b>	52%
<b>Brasil</b>	884,9	908,5	<b>650,34</b>	3%
<b>África do Sul</b>	696,0	811,6	<b>566,45</b>	17%
<b>Rússia</b>	-	709,2	<b>550,04</b>	-
<b>China</b>	44,9	1.058,0	<b>305,04</b>	2.254%
<b>Índia</b>	46,7	250,8	<b>106,39</b>	437%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial

**Tabela 14.** Taxa média de crescimento Investimento *per capita* (valores constante 2000)

<b>Economia</b>	<b>Média</b>
<b>China</b>	11,4%
<b>Índia</b>	5,9%
<b>Reino Unido</b>	2,5%
<b>EUA</b>	1,8%
<b>Mundo</b>	1,5%
<b>Alemanha</b>	1,3%
<b>França</b>	1,3%
<b>África do Sul</b>	1,0%
<b>Japão</b>	0,8%
<b>Brasil</b>	0,7%
<b>Rússia</b>	-1,4%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial

Fica patente a diferença entre o investimento *per capita* dos países do núcleo central e os aspirantes a grande potência. Enquanto a França com a menor FBKF por habitante investiu mais de três mil dólares por francês, o Brasil investiu em média, entre 1980 e 2010, 650 dólares por habitante. Tendo um incremento de 3% entre os dois períodos analisados. Considerando que o PIB teve um crescimento de 113% (UNCTAD, valores constante 2005) e a população de 60%, (Banco Mundial) o aumento da FBKF *per capita* foi muito inferior a capacidade econômica do país.

O mesmo acontece quando analisamos a taxa média de crescimento do investimento *per capita*, o país tem o segundo pior desempenho (0,7% a.a.) Se forem levados em conta a qualidade da infraestrutura do país, a modernização e o grau de tecnologia da estrutura produtiva dos países, o resultado seria ainda mais preocupante. Aqui, percebemos um padrão que se repetiu em alguma das análises anteriores. O Brasil, apesar de aspirante e crente de ser uma das próximas potências globais, possui alguns indicadores de participação econômica mundial inferiores àqueles obtidos pelas Grandes Potências. Enquanto que a situação deveria ser o contrário, já que quem está tentando fazer o *follow up* é o Brasil. A China e Índia, por exemplo, vem mostrando em nossa análise que estão fazendo grandes esforços para possuírem capacidades econômicas comparáveis a das Grandes Potências. O gigante asiático, por exemplo, aumentou seu investimento *per capita* de 45 dólares para US\$1.058, um incremento de 2.254%. Não está claro se estes países também almejam fazer parte do núcleo dirigente da ordem mundial como está evidente a vontade brasileira, porém nota-se que eles estão fazendo seu dever de casa.

### 3.2.4 Investimento estrangeiro direto (IED)

Da análise do fluxo e do estoque de investimento estrangeiro direto (IED) podemos tirar duas interpretações, a da internacionalização de um país e a da dependência de capital estrangeiro. Segundo esta, quanto maior o fluxo de entrada (*inward*) e o estoque nacional de IED em um país, maior sua dependência de capital estrangeiro e assim maior sua vulnerabilidade externa. Já aquela interpretação preconiza que o elevado fluxo e estoque *outward* representa o grau de internacionalização de sua economia. Outro aspecto importante a ser considerado na análise de IED é que não obstante o propósito da entrada de um IED seja o investimento em capacidade produtiva ou aquisição de empresas, não existe fiscalização que possa realmente comprovar se esse dinheiro foi utilizado para esse intento, ou se está parado rentabilizando com títulos fixos do governo. Desta forma, se for considerada a incerteza da finalidade destes IED no país, talvez o maior fluxo de entrada de IED para um país signifique concretamente sua maior dependência do capital estrangeiro, sem contar com uma contrapartida segura de ampliar sua estrutura produtiva interna. Além dos efeitos nocivos de valorização da moeda do país de destino salientados por Bresser-Pereira (2006) em sua tese sobre o novo-desenvolvimentismo.

De modo geral, os elevados fluxos de IED para um país não devem ser considerados como ameaça, porém devem ser vistos com cautela. A análise deste trabalho parte do pressuposto de que quanto maior o estoque *inward* do país, maior sua dependência de capital estrangeiro. E quanto maior os fluxos de entrada (*inward*), mais vulnerável estará a taxa de câmbio nacional ao movimento do capital internacional. Assim sendo, a análise será focada nas direções *inward*, deixando um pouco de lado a análise sobre o grau de internacionalização das economias da amostra. O fluxo e o estoque de IED em ambas as direções estão representados pelas Figuras 14, 15, 16 e 17.

**Tabela 15.** Percentual Global fluxo *inward* de IED

<b>Economia</b>	<b>Década 1980</b>	<b>Década 1990</b>	<b>Década 2000</b>	<b>2010</b>	<b>Média</b>
<b>EUA</b>	35,20	20,07	14,78	15,12	<b>23,08</b>
<b>Reino Unido</b>	10,36	8,14	7,87	3,87	<b>8,63</b>
<b>China</b>	1,70	7,77	6,48	8,77	<b>5,43</b>
<b>França</b>	4,10	6,76	5,27	2,34	<b>5,28</b>
<b>Alemanha</b>	1,68	2,25	4,52	3,58	<b>2,84</b>
<b>Brasil</b>	2,38	1,85	2,11	3,71	<b>2,17</b>
<b>Rússia</b>	-	0,56	1,79	3,31	<b>1,35</b>
<b>Índia</b>	0,11	0,35	1,22	1,85	<b>0,60</b>
<b>Japão</b>	0,38	0,62	0,83	- 0,10	<b>0,58</b>
<b>África do Sul</b>	0,05	0,18	0,32	0,09	<b>0,18</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

**Tabela 16.** Percentual Global do fluxo *outward* de IED

<b>Economia</b>	<b>Década 1980</b>	<b>Década 1990</b>	<b>Década 2000</b>	<b>2010</b>	<b>Média</b>
<b>EUA</b>	20,77	21,26	18,22	20,97	<b>20,12</b>
<b>Reino Unido</b>	16,98	11,62	9,67	2,72	<b>12,43</b>
<b>França</b>	6,63	9,74	9,63	5,30	<b>8,56</b>
<b>Japão</b>	13,08	8,07	4,71	3,88	<b>8,47</b>
<b>Alemanha</b>	8,82	9,96	5,15	7,53	<b>7,96</b>
<b>Rússia</b>		0,34	1,62	3,62	<b>1,19</b>
<b>China</b>	0,43	0,75	1,39	4,74	<b>1,02</b>
<b>Brasil</b>	0,38	0,23	0,42	0,80	<b>0,36</b>
<b>África do Sul</b>	0,38	0,35	0,04	- 0,01	<b>0,25</b>
<b>Índia</b>	0,01	0,02	0,57	0,91	<b>0,22</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

Como mostram as tabelas acima, as Grandes Potências são os países que mais recebem e emitem IED desde a década de 1980. Dentre estas, apenas os EUA, em média, receberam mais IED do que emitiram. Isso devido aos elevados números da década de 1980, porque na média das demais décadas, o país também enviou mais do que recebeu (em relação aos volumes globais de *inward* e *outward*). Por outro lado, os países em desenvolvimento receberam mais do que emitiram, com exceção da África do Sul se for analisado o percentual do volume global em cada direção. Se forem levados em conta os volumes absolutos de entrada e saída de IED entre 1980 e 2010, percebe-se que esse padrão realmente se confirma (vide Tabela 17).

**Tabela 17.** Fluxo de entrada e saída de IED absoluto entre 1980 - 2010

<b>Economia</b>	<b><i>Outward</i></b>	<b><i>Inward</i></b>	<b>Diferença</b>
<b>Japão</b>	985.218	120.047	865.171
<b>França</b>	1.610.814	857.967	752.847
<b>Alemanha</b>	1.269.932	704.476	565.456
<b>Reino Unido</b>	1.920.001	1.438.661	481.339
<b>Mundo</b>	18.220.011	17.859.546	360.465
<b>EUA</b>	3.384.438	3.170.494	213.944
<b>África do Sul</b>	21.683	46.833	- 25.150
<b>Rússia</b>	277.426	303.419	- 25.993
<b>Índia</b>	93.585	197.624	- 104.039
<b>Brasil</b>	83.795	404.534	- 320.739
<b>China</b>	278.906	1.107.771	- 828.866

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

Em valores absolutos o Brasil é o segundo país da amostra com maior entrada de capitais estrangeiros em sua economia nos últimos 30 anos. O que representaria uma maior vulnerabilidade econômica ligada às valorizações artificiais do câmbio. A China é a campeã, com quase o dobro do volume brasileiro. Entretanto, deve-se ressaltar que a China recorre a práticas de controle cambial, o que, em termos gerais, deixa o Brasil muito mais vulnerável a essa valorização artificial do que o país asiático. As Grandes Potências, em contra partida, costumam investir mais no exterior (explicado também pelo maior grau de internacionalização de suas empresas) do que receber investimento.

Quando analisado o estoque de IED *inward* nos países da amostra, percebe-se que o Brasil é o quinto país com o maior estoque de IED desde 1980. Sendo as quatro primeiras posições todas ocupadas pelas grandes potências. Essa maior participação no volume global representa que entre os países da amostra o Brasil é o quinto com maior dependência de capital estrangeiro.

**Tabela 18.** Percentual Global do estoque de IED *inward*, média por década

<b>Economia</b>	<b>Década 1980</b>	<b>Década 1990</b>	<b>Década 2000</b>	<b>2010</b>	<b>Média</b>
<b>EUA</b>	20,59	31,20	24,91	17,07	<b>25,29</b>
<b>Reino Unido</b>	7,32	6,76	6,68	5,84	<b>6,89</b>
<b>França</b>	4,19	6,37	6,51	5,25	<b>5,68</b>
<b>Alemanha</b>	4,20	4,42	4,04	3,51	<b>4,19</b>
<b>Brasil</b>	2,44	1,71	1,64	3,39	<b>1,98</b>
<b>China</b>	0,53	2,37	2,41	2,95	<b>1,81</b>
<b>Rússia</b>	-	0,16	1,39	2,46	<b>0,93</b>
<b>África do Sul</b>	1,26	0,43	0,55	0,77	<b>0,75</b>
<b>Japão</b>	0,54	0,64	0,90	1,08	<b>0,71</b>
<b>Índia</b>	0,07	0,15	0,47	1,03	<b>0,26</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

Em relação aos investimentos nacionais destinados ao exterior (*outward*), nota-se que o país é o sexto colocado. As cinco Grandes Potências tomam as cinco primeiras posições, como acontece nos fluxos de entrada. De qualquer forma, entre os países dos BRICS, o Brasil é aquele que possui maior participação no estoque de IED em outros países, na média dos últimos 30 anos. Entretanto, se comparado apenas os valores da última década percebe-se que não obstante o país seja um dos maiores receptores de estoque de IED, ele é um dos que menos aproveita para investir no exterior (terceiro menor estoque de IED direção *outward*).

**Tabela 19.** Percentual Global do estoque de IED *outward*

<b>Economia</b>	<b>Década 1980</b>	<b>Década 1990</b>	<b>Década 2000</b>	<b>2010</b>	<b>Média</b>
<b>EUA</b>	41,28	36,65	27,23	22,85	<b>34,66</b>
<b>Reino Unido</b>	12,21	8,86	10,44	7,80	<b>10,42</b>
<b>França</b>	4,45	8,17	9,50	7,57	<b>7,38</b>
<b>Alemanha</b>	6,99	6,81	7,67	6,88	<b>7,15</b>
<b>Japão</b>	5,31	7,39	3,46	3,98	<b>5,34</b>
<b>Brasil</b>	4,68	1,31	0,70	0,90	<b>2,19</b>
<b>Rússia</b>	-	0,10	1,08	1,76	<b>0,70</b>
<b>África do Sul</b>	0,99	0,60	0,32	0,43	<b>0,63</b>
<b>China</b>	0,09	0,40	0,55	1,43	<b>0,39</b>
<b>Índia</b>	0,01	0,01	0,15	0,46	<b>0,07</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

Essas duas análises deixam claro o problema do Brasil, ele recebe muito mais IED do que realiza. Apesar de as Grandes Potências terem as maiores participação no estoque de IED *inward*, elas também possuem as maiores participação nos estoques de IED *outward*. Ou seja, elas abrem seus mercados para o capital estrangeiro, porém também exploram o mercado de outros, o que acaba contrabalanceando essa vulnerabilidade causada pelo capital estrangeiro nas economias nacionais.



No que concerne às características dos investimentos estrangeiros recebidos pelo Brasil e pela a China, algumas observações devem ser feitas. Enquanto a China recebe o chamado IED *greenfield*, ou seja, direcionados para a criação de uma nova estrutura produtiva. O Brasil, principalmente desde 1990, recebeu em sua maioria IED direcionados para fusões, aquisições e ou privatizações. O que além de não aumentar a taxa de investimento nacional, pressiona o balanço de pagamentos no futuro, com remessas de lucros ao exterior.

Para averiguar a efetividade da conversão de investimento estrangeiro em investimento na capacidade produtiva brasileira foi feita uma análise dos fluxos *inward* de IED em relação ao o crescimento da taxa de formação bruta de capital fixo (FBKF). Como mostra a Tabela 20, percebe-se que ao longo dos trinta anos a relação entre a entrada de IED e a taxa de investimento no país foi quase que inversa. Ou seja, o aumento do investimento estrangeiro no Brasil nas últimas décadas significou, efetivamente, uma diminuição das taxas de investimento. Enquanto a relação média entre IED e o PIB subiu de 0,77 na década de 1980 para 2,73 na década de 2000, a taxa de FBKF caiu mais de quatro pontos percentuais, de 21 para 16,8. Comprovando não só a teoria defendida por Gonçalves (2005) de que o maior fluxo e estoque *inward* são responsáveis pelo aumento da dependência nacional de capital estrangeiro (tornando-a assim, portanto, mais vulnerável economicamente); como também a tese do novo-desenvolvimentismo de Bresser-pereira (2006)<sup>46</sup>. Destacando assim, o lado negativo e perverso da teoria de crescimento com base em poupança externa, defendidas pela ortodoxia das nações do núcleo e das instituições financeiras internacionais.

**Tabela 20.** Efetividade do IED na variação da taxa de FBKF no Brasil<sup>47</sup>

Período	IDE/PIB <sup>48</sup>	Taxa de Investimento bruto (FBKF) <sup>49</sup>
<b>Década 1980</b>	0,77	21,03
<b>Década 1990</b>	1,41	18,01
<b>Década 2000</b>	2,73	16,86
<b>Média</b>	1,66	18,66

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

Essa grande dependência do capital estrangeiro é destacada quando se analisa o percentual de IED (*inward*) em relação ao PIB, como mostram as tabelas a seguir.

<sup>46</sup> Tese na qual Bresser defende que boa parte do capital estrangeiro entrante destina-se a outras atividades que não o investimento produtivo, além de aumentar a vulnerabilidade econômica externa do país, e sobrevalorizar artificialmente o câmbio dos países receptores.

<sup>47</sup> A série histórica dessa análise encontra-se no ANEXO III

<sup>48</sup> Razão entre o fluxo de *inward* de IED e o PIB.

<sup>49</sup> Razão entre a formação bruta de capital fixo (FBKF) e o PIB.

**Tabela 21.** Relação fluxo de IED *inward* e PIB, média por década

<b>Economia</b>	<b>Década 1980</b>	<b>Década 1990</b>	<b>Década 2000</b>	<b>2010</b>	<b>Média</b>
<b>Reino Unido</b>	1,56	2,53	4,44	2,25	<b>2,83</b>
<b>China</b>	0,46	3,64	2,94	2,00	<b>2,34</b>
<b>Rússia</b>	-	0,73	2,38	2,93	<b>1,71</b>
<b>Brasil</b>	0,77	1,41	2,73	2,32	<b>1,66</b>
<b>França</b>	0,52	1,60	2,84	1,19	<b>1,64</b>
<b>EUA</b>	0,78	1,10	1,43	1,36	<b>1,11</b>
<b>Alemanha</b>	0,16	0,58	2,25	1,43	<b>1,01</b>
<b>África do Sul</b>	0,00	0,59	1,83	0,34	<b>0,79</b>
<b>Índia</b>	0,04	0,39	1,57	1,40	<b>0,69</b>
<b>Japão</b>	0,02	0,06	0,21	- 0,02	<b>0,09</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

**Tabela 22.** Relação estoque de IED *inward* e PIB, média por década

<b>Economia</b>	<b>Década 1980</b>	<b>Década 1990</b>	<b>Década 2000</b>	<b>2010</b>	<b>Média</b>
<b>Reino Unido</b>	13,10	19,53	37,46	51,59	<b>24,27</b>
<b>França</b>	6,21	17,80	37,70	40,76	<b>21,22</b>
<b>África do Sul</b>	14,82	12,33	31,37	42,10	<b>20,24</b>
<b>Brasil</b>	11,22	10,71	21,53	32,30	<b>15,06</b>
<b>EUA</b>	5,48	15,74	22,75	23,36	<b>14,94</b>
<b>Rússia</b>	-	2,73	22,56	33,15	<b>14,77</b>
<b>Alemanha</b>	4,64	7,26	17,70	21,28	<b>10,23</b>
<b>China</b>	1,85	11,79	12,25	10,24	<b>8,68</b>
<b>Índia</b>	0,33	1,65	6,73	11,88	<b>3,20</b>
<b>Japão</b>	0,34	0,55	2,44	3,94	<b>1,20</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do UNCTAD

Nesta análise fica evidenciada a maior dependência do Brasil de capital externo em comparação com a maioria das Grandes Potências. O Brasil é o quarto com maior proporção do IDE/PIB em relação ao fluxo e estoque de IED *inward*. Os EUA, apesar de possuírem os maiores fluxos e estoques *inward* de IED do mundo, possuem uma relação IDE/PIB menor que a brasileira, 1,11% e 14,94% do seu PIB. O Reino Unido apresentou a maior dependência de capital estrangeiro de todos os países da amostra, seguido por França e África do Sul. O destaque foi o Japão com a menor proporção entre investimento estrangeiro e PIB.

### 3.2.5 Volume de reservas internacionais

Por último, foi proposto estudar as reservas internacionais dos países como um dos fatores geradores de capacidade material no sistema internacional de Estados. O pressuposto

atrás dessa variável é de que quanto maior as reservas internacionais de um país, maior sua habilidade de contornar e controlar choques adversos, sendo assim, menor sua vulnerabilidade externa. Os volumes das reservas internacionais de cada país da amostra, nos anos de 1980 e 2010, estão explícitos na Tabela 23.

**Tabela 23.** Volume de Reservas Internacionais, milhões de dólares (incluindo ouro)

<b>Economia</b>	<b>1980</b>	<b>2010</b>	<b>Incremento</b>
<b>China</b>	10.090	2.913.711	28.775%
<b>Japão</b>	38.918	1.096.068	2.716%
<b>EUA</b>	171.412	488.928	185%
<b>Índia</b>	12.009	300.480	2.402%
<b>Brasil</b>	6.875	288.574	4.097%
<b>Alemanha</b>	104.701	215.977	106%
<b>França</b>	75.592	165.852	119%
<b>Reino Unido</b>	31.755	82.364	159%
<b>África do Sul</b>	7.888	43.819	456%
<b>Rússia</b>	-	479.222	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Banco Mundial

Como fica evidenciado na tabela anterior, o Brasil possui quantidades consideravelmente elevadas de reservas internacionais. Em 1980, o Brasil era o país que menos possuía reservas internacionais dentro da análise. Contudo ao longo desses últimos 30 anos, o país tem aumentado seu fluxo de exportações, assim como tem sido beneficiado pela valorização dos preços das *commodities*, além de praticar a maior taxa de juros do mundo durante as décadas de 1990 e 2000, o que em conjunto proporcionou uma maior entrada de moeda estrangeira no país, ajudando a acumular reservas. Seu incremento foi de mais de quatro mil por cento, o segundo maior da amostra. A China foi o país que mais conseguiu acumular reservas nesses últimos anos, atingindo um valor de quase três trilhões de dólares em 2010.

### 3.3 Poder e Vulnerabilidade

Em 2005, o professor da UFRJ Reinaldo Gonçalves lançou uma análise empírica sobre o poder dos países no sistema internacional. O estudo compõe o capítulo 5, *Poder e Vulnerabilidade Externa*, de seu livro *Economia Política Internacional* e propõe quantificar o poder dos Estados, visto que este é o principal elemento determinante nas relações interestatais. O principal foco do trabalho é o poder do Brasil na ordem internacional.

Para definir poder, o autor utiliza a definição consolidada por Webber, poder é a probabilidade de realizar a sua própria vontade independentemente da vontade alheia. Dessa forma, o autor construiu uma análise a partir de quatro variáveis centrais para o entendimento do poder de um Estado na ordem mundial, seu poder potencial, sua vulnerabilidade externa, seu poder efetivo e seu hiato de poder. Os conceitos de cada uma dessas variáveis são tautológicos, vale destacar apenas a definição de hiato de poder, que seria a diferença entre o poder potencial de um Estado e o seu poder efetivo na arena internacional. Ainda, como a análise foi baseada em variáveis objetivas e mensuráveis, o poder efetivo foi medido em termos econômicos, no caso, ele é inversamente proporcional à vulnerabilidade externa de um país. Ou seja, “o exercício do poder efetivo na arena internacional depende, então, positivamente do poder potencial, e negativamente da vulnerabilidade externa de cada Estado” (GONÇALVES, 2005, p.3).

Apesar de ter traços parecidos com a pesquisa aqui realizada, sua investigação é muito mais complexa, e serve como complementar ao propósito deste trabalho. Ao invés de realizar apenas uma análise comparativa entre as capacidades econômicas dos Estados, Gonçalves criou uma forma de avaliação própria e definições, como *hiato de poder*, que nos ajuda a entender o poder de um Estado nas relações internacionais. Gonçalves conseguiu compilar dados de 113 países. Sua análise se baseou em uma metodologia focada no cálculo de índices específicos e no desempenho de cada país nesses índices. A pesquisa foi concluída com a exposição da classificação dos países de acordo com seus desempenhos em cada variável.

O autor nomeou cada um de seus conceitos como índices, e sua nota se baseou em um conjunto de outras variáveis ou indicadores, como mostra a tabela a seguir. A nota final em cada índice nos dá uma ideia das capacidades de um país nas relações internacionais<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Para maiores informações, vide ANEXO IV.

**Tabela 24.** Índices, Indicadores e Variáveis

Índice	Esfera	Variáveis/Indicadores	
<b>Poder potencial (IPP)</b>		PIB População Território	
	<b>Comercial</b>	Exportação de bens e serviços / PIB Crescimento real do comércio (exportação + importação) de bens e serviços – crescimento do PIB real Índice de concentração das exportações Reservas internacionais líquidas [exclusive, recursos do FMI]/Importação de bens e serviços Taxa de crescimento de longo prazo do valor das exportações de bens.	
<b>Produtivo-real</b>		Estoque de investimento externo direto [IED]/PIB Estoque de IED/exportação de bens e serviços Estoque de IED em serviços/estoque de IED total Gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico/PIB Exportação de produtos intensivos em tecnologia/exportação de manufaturados Pagamento de tecnologia/gastos com P&D	
		<b>Monetário-financeira</b>	Dívida externa total/exportação de bens e serviços Dívida com FMI/dívida externa total Renda líquida/exportação de bens e serviços Serviço da dívida pública e garantida pelo setor público/exportação de bens e serviços Ajuda externa/importação de bens e serviços
	<b>Poder Efetivo (IPE)</b>		(1 – IVE)

Fonte: Gonçalves (2005)

Os resultados obtidos pela pesquisa estão expressos nas seguintes tabelas.

**Tabela 25.** Estatísticas Descritivas

Índice	Média	Mediana	DP	CV	Máx.	Mín.
IPP	46,5	43,9	16,7	0,36	95,9	11,6
IVE	39,9	39,7	9,9	0,25	69,7	18,1
<b>Esfera comercial (ICO)</b>	43,4	42,4	11,9	0,27	84,4	15,8
<b>Esfera produtivo-tecnológica (IVPT)</b>	48,8	49,7	14	0,29	91,1	14,2
<b>Esfera monetário-financeira (IVMF)</b>	27,4	22,9	17,1	0,62	81,3	0
IPE	60,1	60,3	9,9	0,16	81,9	30,3
IHP	-22,2	-25	25,2	0,13	58,7	-81,2

Fonte: Gonçalves (2005)

Tabela 26. Resultado Final

País	IPP	País	IVE	País	IPE	País	IHP
<b>1. China</b>	95,9	1. Zâmbia	69,7	<b>1. Japão</b>	81,9	<b>1. Brasil</b>	58,7
<b>2. EUA</b>	91,1	2. Azerbaijão	66,5	2. Israel	78,5	2. Zâmbia	34,8
<b>3. Índia</b>	88,7	3. Burundi	66,2	<b>3. Índia</b>	78,4	3. Argentina	28,3
<b>4. Rússia</b>	81,9	4. Ruanda	63,3	<b>4. EUA</b>	78	<b>4. China</b>	26,8
<b>5. Brasil</b>	<b>80,8</b>	5. Nicarágua	61,8	5. Filipinas	75,8	<b>5. Rússia</b>	19,8
		<b>17. Brasil</b>	49,1	<b>96. Brasil</b>	<b>50,9</b>		
109. Estônia	23	109. Filipinas	24,2	109. Nicarágua	38,2	109. Eslovênia	-60,7
110. Jamaica	21,6	<b>110. EUA</b>	22	110. Ruanda	36,7	110. Líbano	-62,4
111. Suazilândia	15,5	<b>111. Índia</b>	21,6	111. Burundi	33,8	111. Trinidad e Tobago	-73
112. Trinidad e Tobago	14,5	112. Israel	21,5	112. Azerbaijão	33,5	112. Suazilândia	-74,3
113. Maurício	11,6	<b>113. Japão</b>	18,1	113. Zâmbia	30,3	113. Maurício	-81,2

Fonte: Gonçalves (2005)

Como mostra sua pesquisa, o Brasil possui o quinto maior poder potencial da amostra de países. Esse resultado advém de seu elevado PIB e de seu enorme território e população. Essa base de poder dá ao país um peso específico no cenário internacional, contudo tem ficado evidente nas últimas décadas que o país sofre muito mais com os choques adversos internacionais do que afeta outros com mudanças significativas em sua política e economia. Fator esse que é reafirmado com o baixo desempenho do Brasil no indicador de vulnerabilidade externa, mostrando que o país, apesar de ter uma grande poder potencial, ainda possui uma vulnerabilidade alta. O que acaba implicando em um reduzido poder efetivo.

Ainda, como observado na Tabela 26, o Brasil possui a 17<sup>o</sup> maior vulnerabilidade externa, o que reflete no seu poder efetivo, o 96<sup>o</sup> em um total de 113. Se comparado o resultado brasileiro com a média e a mediana mundial (vide Tabela 25), percebe-se que a vulnerabilidade externa do país ainda é maior, sendo respectivamente de 49,1 contra 39,9 e 39,7.

Como Reinaldo Gonçalves salienta, o Brasil é um caso específico, pois possui um elevado poder potencial e ao mesmo tempo uma alta vulnerabilidade externa. É ainda mais peculiar quando se analisa o *hiato de poder* do país, sendo o maior de todos os 113 países da análise. Vale salientar que a pesquisa não é classificatória, ranqueando aqueles países que possuem maior poder e aqueles que possuem menor poder. Ela apenas expõe a diferença entre as potencialidades de poder e aquele realmente logrado por estes no sistema internacional. A

análise de vulnerabilidade externa, sim, consegue quantificar e classificar os países de acordo com sua capacidade de resposta aos choques externos.

Uma vantagem da metodologia utilizada por Gonçalves é a possibilidade de identificar em qual das esferas um país possui maior vulnerabilidade externa. No caso do Brasil percebe-se que o país tem uma vulnerabilidade comercial relativamente baixa, maior que a média e a mediana mundial, sendo o 74º da amostra (quanto mais próximo de 113, menor a vulnerabilidade externa). Como salienta Gonçalves (2005), isso representa que,

Em certa medida, o fato do (sic) Brasil ser uma economia de porte continental, na qual o comércio exterior tende a ter uma importância relativamente pequena. Ademais, o Brasil é um global trader com uma diversificação tanto de mercados quanto de produtos (p.9)

Em relação à esfera produtivo-tecnológica o país possui um desempenho pior que a média e a mediana mundial, ocupando a 49º posição (lembrando ainda que quanto mais próximo de um, maior a vulnerabilidade). Isso reflete, segundo o autor, o fato de o país possuir uma forte presença de empresas transnacionais em sua economia, além de expressar a fragilidade do sistema nacional de inovações. A vulnerabilidade monetário-financeira é o indicador no qual o país tem o pior desempenho, ocupando a sétima posição dentre os países da amostra. O Brasil (57,7) possui um desempenho mais do que duas vezes maior que a média (27,4) e a mediana (22,9) mundial. Esses resultados demonstram, segundo Gonçalves, que uma das principais fontes de vulnerabilidade externa está na dependência do capital externo, representados pela dívida externa e os processos de ajuste que recorrentemente se apoiam em recursos do FMI, e pelo fluxo de entrada de IDE no país (GONÇALVES, 2005, p.10). Algo que foi confirmado anteriormente por nossa pesquisa.

Os resultados da investigação empírica acabam confirmando as hipóteses do autor. Primeiro, confirma-se a percepção geral a respeito do extraordinário poder potencial do Brasil a partir de uma grande base de poder material (GONÇALVES, 2005, p.10). Segundo, deixa-se claro a vulnerabilidade externa do país, que apesar de ser menos acentuada na esfera comercial, são elevadas justamente naquelas esferas que apresentam maior risco, as esferas produtiva-real e monetário-financeira. Por último, a pesquisa expõe o elevado *hiato de poder* do país, que acaba afetando negativamente a inserção internacional do país, já que subutiliza seu potencial na arena internacional devido principalmente à sua alta vulnerabilidade externa.

Ainda segundo o autor, o país deve se esforçar em mudar diretrizes e políticas domésticas que afetam a vulnerabilidade externa do país. Deve-se construir um projeto de desenvolvimento que foque na redução dessa vulnerabilidade.

É importante salientar que não obstante a pesquisa tenha sido realizada em 2005, o autor mantém a mesma interpretação da situação relativa à economia e ao poder do país no cenário internacional. Em um texto escrito em dezembro de 2011, o autor ainda revela sua preocupação com vulnerabilidade e a fragilidade do país, principalmente devido aos riscos decorrentes da desaceleração do comércio internacional e da volatilidade dos fluxos financeiros internacionais causados pela crise iniciada em 2008. Segundo Gonçalves, a dependência brasileira significativamente alta da exportação de produtos básicos (minério de ferro, carne, soja e outros), da captação de recursos externos para sustentar seu crescente e os elevado déficit nas contas externas (as transações comerciais, de serviços e financeiras com os outros países) são grandes riscos para o papel protagonista que o país planteia no cenário externo. Em 2010 o país precisou captar, ressalta ele, US\$ 48 bilhões para fechar suas contas externas. Em 2011 este déficit superou US\$ 55 bilhões (GONÇALVES, 2012).

Este capítulo nos propiciou informações quantitativas sobre as capacidades materiais do Brasil no sistema internacional. Juntamente com o conhecimento qualitativo agregado pelo capítulo I, o capítulo a seguir tenta auferir algumas considerações acerca da problemática posta por esta pesquisa, tentando ao mesmo tempo a finalidade de confirmar ou refutar as hipóteses, e delimitar alguns limites e possibilidades para o projeto brasileiro de se tornar uma grande potência.



## CAPÍTULO IV

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de inserção internacional do Brasil é de longa data, tendo sido iniciado na primeira metade do século XX<sup>51</sup>. Como abordado no presente trabalho, a ampliação da ordem mundial e sua formalização em um sistema mais multilateral nos últimos anos vêm propiciando melhores resultados para esse projeto brasileiro.

Vários fatores foram levantados no decorrer da pesquisa para explicar essa maior proeminência internacional atual. Fatores econômicos, sociais, e políticos, internos e externos. Dentre os mais exitosos pode-se ressaltar a combinação entre melhor desempenho econômico, consolidação política interna e a atuação da política externa brasileira e de nossa diplomacia durante o Governo Lula. A mídia internacional foi um dos maiores instrumentos de publicação das potencialidades brasileiras e de seu potencial de conquistar um lugar na diretriz global. O governo e a opinião pública, nacional e internacional, muitas vezes se deixaram levar por tais previsões e projeções.

A pesquisa tentou contextualizar essa nova inserção internacional do Brasil, assim como analisar a atual posição hierárquica do país nas relações internacionais. Primeiro, foi demonstrado como a ordem econômica e política internacional tem evoluído para padrões mais multilaterais, abrindo possibilidades para a inserção de novos atores na estrutura da governança internacional. Em seguida, foi exposta uma série de especulações e declarações feitas sobre o Brasil e sobre seu novo papel no século XXI. Nesse sentido, ressalta-se a atuação dessas publicações para a construção da imagem de um Brasil potência ou, como denominou a *New Week* (2009), uma “superpotência astuta”. Na terceira parte do trabalho, objetivou-se um exame das capacidades econômicas do país em relação aos seus competidores na estrutura de poder das relações internacionais. Foram feitas três análises, uma pontual focada no ano de 2010, uma histórica entre 1980 e 2010, e, por último, uma

---

<sup>51</sup> Isso durante a república, pois durante o império o Barão do Rio Branco foi um dos protagonistas no projeto de inserção internacional do Brasil. Para maiores informações, LESSA, Antônio Carlos. **O Barão do Rio Branco e a inserção internacional do Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol.55, N.1, 2012, p.5-8.

apreciação acerca do poder e da vulnerabilidade do Brasil no sistema internacional (Gonçalves, 2005). Os resultados dessas três análises permitiram tecer algumas conclusões acerca da problemática estabelecida para a pesquisa, resumida nas seguintes perguntas: é ou será o Brasil uma grande potência? Se não, o país ao menos já pode ser considerado um ator de peso nas relações internacionais?

O estudo comparativo das variáveis econômicas brasileiras e dos demais países da amostra permite tecer algumas considerações finais acerca destes questionamentos.

Apesar de as expectativas serem bastante positivas em relação a “granpotencialidade” do país, as análises geral e histórica mostraram que ainda existe um grande hiato entre as Grandes Potências e a potência sul-americana. Quando feita a análise geral das capacidades econômicas do Brasil em relação ao grupo das Grandes Potências, percebeu-se que o país apesar de se assemelhar economicamente a França (70%) e ao Reino Unido (95%), ainda se encontrava muito distante dos demais países do grupo. Essa maior semelhança também ocorre muito mais pelo alto volume de reservas internacionais do país, do que pelos demais indicadores econômicos. O que deixa patente a discrepância de capacidades entre o país e o grupo, principalmente em relação às capacidades econômicas produtivas como a participação no PIB global, industrial e nas exportações. Quando considerada a capacidade média do grupo o Brasil correspondeu, em 2010, apenas a 32% desta.

A análise histórica veio a confirmar essa interpretação. Em boa parte dela, o Brasil apresentou desempenho aquém das Grandes Potências, da China e da Índia. Quando analisado a variação no ranking das maiores economias do mundo entre os anos de 1980 e 2011, percebeu-se a variação positiva de duas posições para o Brasil. Enquanto a China e Coréia do Sul, países que obtiveram sua revolução industrial nos últimos 30 anos, tiveram um ganho respectivo de 10 e 15 posições. Quando os valores foram deflacionados para o câmbio do ano 2000, notou-se que o que ocorreu na verdade foi a perda de duas posições, caindo para a nona colocação. É válido destacar que nos anos 2000, o real estava mais desvalorizado em relação a 2011. Ainda, 2011 foi o ano em que o país apresentou maior valorização cambial desde 2000, o que explica parte de sua elevação na classificação das maiores economias do mundo. Desse modo, acabou verificando-se que a elevação brasileira para a sexta posição de maior

economia, deveu-se principalmente por um jogo de câmbio combinado com a recessão de outros países do que por desempenho brasileiro superior da média<sup>52</sup>.

Ficou claro também em boa parte da análise histórica de que o Brasil apresentava taxas de crescimento comparáveis à das Grandes Potências, e muitas vezes menores que a de seus parceiros dos BRICS e até que a de outros países em desenvolvimento. O principal problema é que o Brasil ainda não possui parâmetros econômicos comparáveis aos países do núcleo, ou seja, ele deveria tentar lograr taxas de crescimento maiores. Ao menos, maiores que a média mundial. Em relação às taxas de crescimento do PIB, por exemplo, o Brasil apenas conseguiu um desempenho maior que a média mundial na década de 2000 (vide tabela 7). O mesmo acontece com o crescimento do PIB per capita, mostrando que apesar do elevado crescimento do PIB brasileiros nos últimos anos, esse crescimento não foi repassado para sua população na mesma proporção que foi em outros países.

A participação do Brasil no PIB global foi outro indicador que o país acabou decepcionando. Dentre os dez países da análise o Brasil ficou em oitava posição, ganhando apenas da Rússia e da África do Sul. Quando levados em conta a habilidade do país em transformar seus recursos territoriais em produção econômica (PIB/extensão territorial), ficou clara a ineficácia do Brasil. O país apresentou um “indicador de eficiência de aproveitamento de território” dez vezes menor que o dos Estados Unidos. Essa análise mostrou ainda a diferença entre aqueles países baseados em uma estrutura produtiva industrial e aqueles pautados numa estrutura produtiva agrícola. Complementar a este análise foi a participação do Brasil no PIB industrial, a segunda menor da amostra.

Como comentado anteriormente, o Brasil apresentou muitas vezes indicadores de crescimento característicos das Grandes Potências. Contudo, nos indicadores de participação e produção o Brasil apresentou desempenho muitas vezes abaixo dos de seus companheiros dos BRICS e até abaixo da média mundial. O que parece ocorrer é uma síndrome de Grande Potência, porém em um país com desempenhos econômicos de países em desenvolvimento, e até, às vezes, menores do que a média mundial.

A análise também demonstrou o sucesso do modelo de desenvolvimento adotado pela China e pela Índia, que nos últimos anos têm conquistados uma elevada fatia de mercado

---

<sup>52</sup> Segundo dados divulgados pelo FMI recentemente, o Brasil retornou a sétima posição em 2012. Para maiores informações ver, **World's largest economies** (CNN).

tanto no PIB global, quanto no PIB industrial e nas exportações mundiais. A efetividade desses países é ainda ressaltada, quando nota-se que durante a década de 1980 o Brasil apresentava indicadores muito superiores aos da China e Índia, e que 30 anos depois a situação se reverteu totalmente.

Boa parte desse mau desempenho econômico evidenciado na pesquisa pode ser explicado pelas baixas taxas de investimento do país. Segundo a análise da taxa de investimento (FBKF) dos países da amostra, ficou explícito a falta de investimento no Brasil. Na média dos 30 anos, o Brasil ficou com a terceira menor taxa de FBKF, já na última década o país tem a segunda menor taxa de investimento entre os países analisados. A situação piorou com análise do investimento per capita. O país além de possuir um dos menores índices “investimento per capita”, foi o que menos apresentou aumento desde a década de 1980. Enquanto em média, as grandes potências apresentaram um acréscimo de 54% de 1980 a 2010, o Brasil apresentou apenas 3%. O menor crescimento e a segunda menor taxa de crescimento de toda a amostra.

Na análise sobre os investimentos estrangeiro diretos, nota-se que o Brasil é um dos países com maiores entradas de IED da amostra, contudo diferentemente das Grandes Potências, ele não aproveita para explorar mercados alheios. Enquanto as Grandes Potências possuem grande fluxo e estoque *inward*, elas também possuem os maiores fluxo e estoque *outward*. O Brasil, entretanto, abre-se para o capital estrangeiro, porém não aproveita o mercado estrangeiro. Isso pode explicar a maior vulnerabilidade econômica do país, tanto cambial, com o elevado fluxo de IED, quanto fiscal, com elevado estoque de IED. Na relação entre entrada de IED e incremento da formação bruta de capital, percebeu-se que ao invés do preconizado pelos neoliberais, a maior entrada de IED no país teve ao invés de uma relação diretamente proporcional, uma relação inversamente proporcional. Demonstrando que boa parte do investimento estrangeiro do país, não foi para investimento produtivo. Outro aspecto salientado pelo estudo foi a maior participação dos IED no PIB brasileiro, o que explica a alta vulnerabilidade econômica externa do país, defendida pela pesquisa de Gonçalves.

É nesse ponto que nossa pesquisa se complementa com a análise de Gonçalves (2005). Em ambos os estudos ficou evidente o fato de que o Brasil possui uma base de poder muito forte, devido ao seu elevado poder potencial (GONÇALVES, 2005). No entanto o país se depara com um conjunto de limitações, ou vulnerabilidades econômicas como Gonçalves prefere, que acabam fazendo com que esse elevado poder potencial não seja tão eficaz,

gerando um enorme *hiato de poder*, e uma subutilização do potencial brasileiro na arena internacional.

Dessa maneira, de forma bastante direta e simples, ficou evidenciado no presente estudo que o país atualmente não pode ser considerado como uma grande potência. Todavia, sem dúvidas, o mesmo já corresponde à posição de um ator de peso das relações internacionais, um *global player* em muitos temas da atualidade como comércio agrícola, desenvolvimento socioeconômico, energias renováveis e meio ambiente, como salientado por diversos formuladores de opinião na seção 2.2. Além das áreas nas quais o país já atua como *global player*, o Brasil vem realizando esforços para atuar em novas esferas, como as decisões no âmbito das Nações Unidas, pleiteando um lugar como membro permanente do Conselho de Segurança. No que concerne às previsões futuras acerca da consolidação do país como grande potência, as possibilidades são inúmeras e, portanto, incertas. Entretanto, percebe-se que o país possui inegavelmente um grande potencial para se tornar um país do núcleo diretivo.

O fuzuê internacional a respeito do crescimento do Brasil nos últimos anos é explicado pelas maiores taxas de crescimento durante o Governo Lula e os primeiros cinco anos da crise internacional (2007-2011). Todavia, esses bons resultados não asseguram o desenvolvimento do Brasil, tampouco lhe assegura um posto na gerência do sistema internacional. Para conseguir se consolidar como grande potência, o Brasil precisa encontrar maneiras de dar início a um ciclo de crescimento sustentável que provoque o *catch up* da economia brasileira com as demais economias do núcleo e posteriormente, quiçá, a superação destas. Sendo necessário combater, em concomitância com esse crescimento, os tradicionais problemas brasileiros apontados por grande parte da mídia internacional e reconhecidos nacionalmente, como uma infraestrutura antiquada e pouco integrada, a educação de baixa qualidade e a elevada desigualdade social. Além de tentar atacar aqueles problemas econômicos apontados aqui como falta de investimento e o elevada vulnerabilidade externa.

Outro problema destacado na análise consiste no mau aproveitamento dos recursos do país. Como foi descrito por Organski, o fator territorial não é determinante para um país se consolidar como grande potência. Entretanto, é um fator potencial como denomina Gonçalves (2005). O Brasil tem que aproveitar toda a dádiva que a natureza lhe proporciona e convertê-la em eficazes fontes de recursos econômicos. Esse mau aproveitamento ficou evidenciado na comparação feita através do “indicador de eficiência de aproveitamento do território” (produção por metro quadrado). Em termos gerais, o fraco desempenho brasileiro na análise

são reflexos da falta de investimento do país. Como foi dito anteriormente, o Brasil é um dos países com menores taxas de investimento de toda a amostra.

Sem desconsiderar tais limitações, existe possibilidades tangíveis de o país conquistar um lugar no centro de tomada de decisões da ordem global. A conjuntura internacional instalada no pós-crise aparece de forma ambígua para esse projeto brasileiro. De um lado ela pode ser vista como um obstáculo, já que o comércio internacional e as liberdades comerciais logradas nas últimas seis décadas podem acabar se arrefecendo, assim como a volta do protecionismo e o esfriamento das trocas internacionais podem acabar contendo o projeto brasileiro. Por outro lado, o Brasil pode valer-se desse momento de transição para tentar fortalecer-se internamente e utilizar o enfraquecimento das Grandes Potências para consolidar-se no clube diretor da ordem mundial.

Para aproveitar essa oportunidade, o Estado brasileiro precisa levar a cabo um projeto mais eficiente de desenvolvimento. Algo ambicioso, que requer mudanças em setores fundamentais da política e economia nacional, porém necessário para a consolidação do sonho de tornar-se potência. Uma das principais metas deve ser atacar nossas vulnerabilidades, como Gonçalves defende, e melhorar a estrutura produtiva do país vide modelo de desenvolvimento asiático.

A atual presidente parece ter percebido essa necessidade, e vem, nos últimos anos, tentando sanar alguns problemas incrustados na sociedade brasileira. A baixa tolerância à corrupção e o processo de limpeza nos Ministérios durante seu primeiro ano de mandato podem ser considerados o ponta pé inicial desse projeto. A tradicional falta de investimentos no país tem sido combatida pela continuidade e ampliação das políticas de investimento público do governo anterior, atingido principalmente setores de infraestrutura e logísticas (PAC e outros programas direcionados para o setor portuário, rodoviário e aeroportuário), e de inovação tecnológica e competitividade industrial (o Plano Brasil Maior dentro do Plano de Inovação do Brasil)<sup>53</sup>. A presidenta tem reconhecido, ainda, a nocividade da sobrevalorização artificial do câmbio brasileiro e das altas taxas de juros. Nesse sentido, o Governo tem tomado medidas para estimular a competitividade dos produtos nacionais, agrícolas e industriais. Tem, também, declarado esforços para diminuir as taxas de juros, tanto a SELIC quanto

---

<sup>53</sup> Para maiores informações entrar na página web da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) e procurar pela seção **Ações e programas**.

aquelas destinadas ao mercado interno, que têm sido um dos maiores entraves para o incremento do investimento privado no país.

Em suma, ambas as hipóteses da pesquisa foram refutados. O que se tem é um meio termo. Como exposto no capítulo II, nos últimos anos o Brasil vem tentando aproveitar as condições oferecidas pela ordem mundial, para buscar uma maior participação internacional rumo a sua consolidação com grande potência. Como explica a seção 2.3.1.2, existem dois critérios gerais para a definição de um país como *Potestatem Magnam*: uma lista de capacidades comuns às grandes potências e o consenso de que o país é uma grande potência. Em relação a este último ponto, o país vem desempenhando um papel formidável, conseguindo elogios e reconhecimento de uma gama de formuladores de opinião internacionais. Nos últimos anos, as especulações sobre o Brasil como grande potência do século XXI têm aumentado, o que ajuda na construção dessa “realidade” de Brasil potência. O país deve, então, aproveitar esse momento de auge nas perspectivas da mídia para concretizar-se como grande potência, já que o consenso é um critério fundamental e um dos mais difíceis de ser atingidos.

No que concerne às listas de capacidades, foram delimitados dois tipos gerais, a política e a econômica. A respeito daquela, o Brasil tem apresentando um grande desempenho, com a consolidação da democracia, estabilidade política interna e com a atuação de uma diplomacia autônoma, ativa e respeitada no meio internacional. Sobre as capacidades econômicas, o presente trabalho focou em levar adiante um estudo mais minudenciado sobre o desempenho econômico brasileiro em relação ao das Grandes Potências. Como resultados, inferiu-se que as capacidades econômicas do país ainda estão muito aquém daquelas dos países do centro de tomada de decisões.

Desse modo, ficou patente nas análises do capítulo III, a carência de maiores bases de poder econômico do Brasil. A autoconfiança e o deslumbramento da administração anterior com os resultados econômicos do último mandato do governo Lula, e com a imagem criada pela mídia internacional desse “novo Brasil”, acabaram fazendo com que o governo colocasse em segundo plano o projeto de desenvolvimento do país, deixando de lado muitas prioridades. Por outro lado, a atual administração vem tentando levar a cabo um projeto de desenvolvimento que mitigue essas deficiências. Com diretrizes semelhantes às aquelas propostas por Bresser-Pereira e sua teoria do novo-desenvolvimentismo, a nova gestão vem tentando resgatar e engrenar essa trajetória desenvolvimentista essencial para a busca brasileira por um papel protagonista nas relações internacionais.

É claro que não existe nenhuma receita para isso. Se o Brasil logrará êxito ou não, só o tempo nos dirá. Confesso que fico dividido entre meu pessimismo sobre a efetividade e eficácia da administração pública brasileira, e meu desejo e otimismo em relação à consolidação do país como um país desenvolvido e como uma grande potência. Espero que meu lado otimista prevaleça.



## REFERENCIAS

### Artigos Acadêmicos

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil e a construção da ordem econômica internacional contemporânea**. Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ; vol. 26, n°1, Jan.-Jun. 2004, p.7-63; <[www.puc-rio.br/iri](http://www.puc-rio.br/iri)>. Relações de Trabalho n° 1237. Relação de Publicados n°463.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estratégia Nacional e Desenvolvimento**. Revista de Economia Política, vol. 26, n° 2 (102), pp. 203-230 abril-junho/2006.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo**. Interesse Nacional, Abril-Junho, 2011, p.76-85. Disponível em: <<http://bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4437>>. Acesso em: 12 Ago 2012.

CARIO, Silvio A. Ferraz; ALEXANDRE, Arlete; VOIDILA, Tânia Maria. **Investimento Direto Externo na Economia Brasileira nos Anos 90**: significado, alcance e conseqüências ao desenvolvimento. Textos de Economia v.7, n.1 p.103-136. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/6366/5888>>. Acesso em: 20 Jan. 2012.

DOTY, Roxxane Lynn. **Foreign Policy as Social Construction: a post-positivist analysis of U.S. counterinsurgency policy in the Philippines**. *InternacionalStudiesQuarterly*, n°37, 1993, p. 297-320.

FIORI, José Luís. **A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul**. Revista OIKOS, Rio de Janeiro, n°9, ano VI, 2007, p.77-106.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Poder Global**. Novos Estudos, n°73, Nov, 2003.

FLEMES. Daniel. **O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança?**. Revista Brasileira de Política Internacional, n°53 (1): 141-156, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a08v53n1.pdf>>. Acesso em: 24 Out. 2012.

GARCIA, Marco Aurélio. **O lugar do Brasil no mundo: a política externa em um momento de transição**. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. Brasil entre o passado e o futuro. São Paulo: Boitempo/FPA, 2010.

GONÇALVES, Reinaldo. **Capítulo 5: Poder e Vulnerabilidade**. Economia Política Internacional. Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

\_\_\_\_\_. **Crise econômica: eles hoje, nós amanhã**. CIÊNCIA HOJE, nº 289, Jan/Fev, 2012. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/crise\\_economica\\_hoje\\_eles\\_nos\\_amanha\\_28\\_11\\_11.pdf](http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/crise_economica_hoje_eles_nos_amanha_28_11_11.pdf)>. Acesso em: 19 Out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às Avessas**. 14 Set. 2011. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/texto\\_nacional\\_desenvolvimentismo\\_as\\_avessas\\_14\\_09\\_11\\_pdf.pdf](http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/texto_nacional_desenvolvimentismo_as_avessas_14_09_11_pdf.pdf)>. Acesso em: 19 Out. 2012.

ONIS, Juan de. **Brazil's big moment: a South American giant wakes up**. Revista *Foreign Affairs*, 2008, Vol.87.p.110.

OREIRO, José L. da Costa. **Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica**. Estud. av. vol.26 no.75 São Paulo May/Aug. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142012000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15 Jan. 2012.

RYNN, Jon. **Chapter 1: What is a Great Power?. The Power to Create Wealth: A systems-based theory of the rise and decline of the Great Powers in the 20th century**. Political Science Department of the City University of New York, 2010. Disponível em:<<http://globalmakeover.com/JonRynn>>. Acesso em: 14 Out. 2012.

SCHUTTE. Giorgio Romano. **Neodesenvolvimentismo e a busca de uma nova inserção internacional**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.1, n.2, Jul-Dez 2012, p.61-97.

SWEIG, Julia E.. **A new Global Player: far-flung agenda**. Revista *Foreign Affairs*, Ano 6, nº 86, Nov-Dec, 2010, p.173.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases**. Ensaios FEE; Porto Alegre, Vol 20, n°1, p.134-154, 1999.

### **Artigos Jornalísticos**

AMERICA GOVERNMENT ARCHIVE. **President Obama's Remarks to the People of Brazil**. Disponível em: <<http://www.america.gov/st/texttrans-english/2011/March/20110320161349su0.7009653.html?CP.rss=true>>. Acesso em: 07 Ago. 2012.

ARIAS, Juan. **El espíritu republicano de Dilma Rousseff**. El País, 16 Nov. 2012. Disponível em: <[http://elpais.com/elpais/2012/11/09/opinion/1352486390\\_920588.html](http://elpais.com/elpais/2012/11/09/opinion/1352486390_920588.html)>. Acesso em: 16 Nov. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Baixo crescimento, ideologia e pensamento**. Folha de São Paulo, 17, Dez, 2012. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2012/78.Baixo\\_crescimento\\_ideologia\\_pensamento.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2012/78.Baixo_crescimento_ideologia_pensamento.pdf)>. Acesso em: 17 Dez. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Império ou Hegemon?**. Folha de São Paulo, 08 maio 2006.

CANTANHÊDE, Eliane. **Celso Amorim: 'Sempre digo que Pelé só teve um; igual a Lula não vai ter'**. Folha de São Paulo, 15 Nov. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/830614-celso-amorim-sempre-digo-que-pele-so-teve-um-igual-a-lula-nao-vai-ter.shtml>>. Acesso em: 20 Jan. 2012.

DANTAS, Claudio S.; VILLARNÉA, Luiza. **Uma Cara Nova**. Revista ISTOÉ On-line, N° 2095, 30 Dez. 2009. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/35477\\_UMA+CARA+NOVA](http://www.istoe.com.br/reportagens/35477_UMA+CARA+NOVA)>. Acesso em: 12 Ago 2012.

FORNAZIERI, Aldo. **O Brasil e o comércio mundial**. Estadão On-line, 16 Jan. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-brasil-e-o-comercio-mundial,666851,0.htm>>. Acesso em: 15 Ago. 2012.

GRESH, Alain. **A marcha para a multipolaridade**. *Le Monde Diplomatique* On-line, 04 Nov. 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=416>>. Acesso em: 27 Jul. 2012.

LAMUCCI, Sergio. **Política econômica está no rumo certo, dizem desenvolvimentistas**. Valor Econômico, São Paulo, 8 Jan. 2012. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/papers/interviews/2013/13.01.Pol%C3%ADtica\\_econ%C3%B4mica\\_no\\_rumo\\_certo.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/interviews/2013/13.01.Pol%C3%ADtica_econ%C3%B4mica_no_rumo_certo.pdf)>. Acesso em: 22 Nov. 2012.

LOBE, Jim. **Especialistas reclamam reconhecimento do Brasil como potência mundial**. Envolverde, 15 Jul. 2011. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/noticias/especialistas-reclamam-reconhecimento-do-brasil-como-potencia-mundial/>>. Acesso em: 27 Ago. 2012.

MARGOLIS, Mac. **Rogue Diplomacy**. *News Week Magazine*, 6 Maio 2010. Disponível em: <[http://www.thedailybeast.com/News Week/2010/05/07/rogue-diplomacy.html](http://www.thedailybeast.com/News%20Week/2010/05/07/rogue-diplomacy.html)>. Acesso em: 26 Ago. 2012.

MONTEIRO, Maria Cláudia. **Brasil: uma potência mundial?**. Jornal de Notícias, 27, Set. 2009. Disponível em: <[http://www.jn.pt/Domingo/Interior.aspx?content\\_id=1373515&page=-1](http://www.jn.pt/Domingo/Interior.aspx?content_id=1373515&page=-1)>. Acesso em: 25 Ago 2012.

NEWS WEEK. **The Crafty Superpower**. *News Week Magazine*, 17 Abril 2009. In *The Daily Beast*. Disponível em: <[http://www.thedailybeast.com/News Week/2009/04/17/the-crafty-superpower.html](http://www.thedailybeast.com/News%20Week/2009/04/17/the-crafty-superpower.html)>. Acesso em: 26 Ago 2012.

NYE, Joseph. **Terá o poder econômico substituído o militar?**. Estadão, *Project Syndicate*, 12, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,tera-o-poder-economico-substituido-o-militar,731219,0.htm>>. Acesso em: 24 Set. 2012.

OPPENHEIMER, Andrés. **Brasil ¿país del futuro?**. El País On-line, 27 Sep. 2010. Disponível em: <[http://elpais.com/diario/2010/09/27/internacional/1285538409\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2010/09/27/internacional/1285538409_850215.html)>. Acesso em: 12 Ago. 2012.

THE ECONOMIST. **An economic superpower, and now oil too**. *The Economist* On-line, 17 Abril 2008. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/11052873>>. Acesso em: 12 Ago. 2012.

\_\_\_\_\_. *Brazil takes off: Now the risk for Latin America's big success story is hubris. The Economist* On-line, 12 Nov. 2009. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/14845197>>. Acesso em: 28 Ago 2012.

\_\_\_\_\_. *The Brazil backlash. The Economist* On-line, 19 Maio 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21555583>>. Acesso em: 25 Ago 2012.

THE WHITE HOUSE. *Remarks by the President to the People of Brazil in Rio de Janeiro, Brazil. Office of the Press Secretary.* Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/03/20/remarks-president-people-brazil-rio-de-janeiro-brazil>>. Acesso em: 07 Ago. 2012.

VELASCO, Andres. *Brazil, Country of the Future No More?*. Disponível em: <<http://www.project-syndicate.org/commentary/brazil--country-of-the-future-no-more>>. Acesso em: 27 Julho 2012.

## **Livros**

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 1996.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: UFRJ-Contraponto, 2001.

BRAINARD, Lael; MARTINEZ-DIAZ, Leonardo (orgs). *Brasil as an economic superpower? Understanding Brazil-s changing role in the global economy*. Washington (DC): Brookings Institution Press, 2009. p.291.

FIORI, José Luís. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p.264.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). *Inserção Internacional Brasileira: temas de política externa*. Brasília: Ipea, 2010, Livro 3, Vol. 1. 536p.

\_\_\_\_\_. **Inserção Internacional Brasileira:** temas de economia internacional. Brasília: Ipea, 2010, Livro 3, Vol.2. p.516.

REOTT, Riordan. *The New Brazil*. Washington (DC): Brookings Institution Press, 2011. p.176.

SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010. 200p.

### **Páginas da Web**

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>>. Acesso em: 17 Ago. 2012.

CNN. *World's largest economies*. Disponível em: <[http://money.cnn.com/news/economy/world\\_economies\\_gdp/](http://money.cnn.com/news/economy/world_economies_gdp/)>. Acesso em: 30 Jan. 2013.

EL PAÍS. *Brasil: en la senda del crecimiento*. Madrid, 19 Nov. 2012. Disponível em: <<http://www.elpais.com/encuentros/crecimiento-brasil/>>. Acesso em: 19 Nov. 2012.

HERITAGE. **2013 Index of Economic Freedom**. Disponível em: <<http://www.heritage.org/index/ranking>>. Acesso: 18 Ago. 2012.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SECOM). **Plano Brasil Maior**. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/publicidade/campanhas-de-publicidade-institucional/a-campanha-plano-de-inovacao-do-brasil-pib>>. Acesso em: 22 Jan. 2012.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD).

**UNCTADStat**. Disponível em:

<<http://UNCTADstat.UNCTAD.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: 20 Ago. 2012.

WORLDBANK. **Data**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 20 Ago. 2012.

## ANEXO I

### **Atos Internacionais firmados pelo Brasil entre 1944 e 2004. (ALMEIDA, 2004)**

- 1944: Ata Final da Conferência Financeira e Monetária de *Bretton Woods*
- 1944: Convenção relativa à Aviação Civil Internacional – OACI
- 1945: Ata de *Chapultepec*: solidariedade interamericana, liberalização econômica
- 1945: Carta das Nações Unidas, capítulo econômico
- 1945: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO
- 1945: Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO
- 1945: Acordo sobre a criação do Fundo Monetário Internacional – FMI
- 1945: Acordo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD
- 1946: Convenção Internacional da Baleia (1951; denúncia: 1965; nova adesão: 1974)
- 1946: Organização Mundial da Saúde – OMS
- 1946: Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas
- 1946: Convenção Interamericana sobre Direito do Autor
- 1947: Organização Meteorológica Mundial – OMM (1950)
- 1947: Organização Sanitária Pan-Americana (em 1958 passa a se chamar OPAS)
- 1947: Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio – GATT
- 1948: Carta de Havana criando a Organização Internacional do Comércio – não ratificada
- 1948: Convenção do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (não vigiu)
- 1948: Constituição da Comissão Internacional do Arroz (1964)
- 1948: Carta da Organização dos Estados Americanos, capítulo econômico
- 1949: Convenção sobre Comércio de Trigo
- 1950: Convenção sobre o Conselho de Cooperação Aduaneira – CCD/OMA (1981)
- 1951: Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – FAO (1961)
- 1951: Conferência de Direito Internacional Privado – CODIP (1972; denúncia: 1977)
- 1952: Convenção Universal sobre o Direito Autoral – UNESCO (1960)
- 1952: Acordo Interamericano de Radiocomunicações (1957)
- 1953: Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias (1957; retirada: 1979)
- 1953: Convenção sobre Abolição da Escravidão e o Tráfico de Escravos (1966)
- 1953: Acordo Internacional do Açúcar – ISO/OIA (1958)



- 1954: Organização Internacional do Açúcar
- 1955: Organização Internacional de Metrologia Legal (1984)
- 1955: Corporação Financeira Internacional – CFI/BIRD
- 1955: Comissão Sericícola Internacional (1979)
- 1956: Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA
- 1958: Acordo Internacional do Café
- 1958: Convenção sobre o Alto Mar – ONU (1968)
- 1958: Convenção sobre Conservação dos recursos Vivos do Alto Mar – ONU (1968)
- 1958: Convenção sobre a Plataforma Continental – ONU (1968)
- 1959: Tratado da Antártida – ONU (1975)
- 1959: Convenção Internacional das Telecomunicações – UIT (1964)
- 1959: Convenção de Nova York: reconhecimento de laudos arbitrais (2002)
- 1959: Acordo criando o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
- 1960: Associação Internacional de Desenvolvimento – AID/BIRD
- 1960: Tratado de Montevideu criando a ALALC (substituída pela ALADI em 1980)
- 1961: Convenção de Proteção dos Artistas Intérpretes ou Executantes
- 1961: Clube de Paris (participação a partir de 1983 como credor)
- 1961: Convenção Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais – UPOV (1999)
- 1962: Carta de Aliança dos Países Produtores de Cacau
- 1962: Convenção criando a Organização Internacional do Café – OIC/ICO
- 1962: Resolução sobre a Soberania Permanente sobre os Recursos Naturais – ONU
- 1963: Convenção sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares – AIEA (1993)
- 1963: Programa FAO/OMS de Normas Alimentares – *Codex Alimentarium* (1968)
- 1963: Banco Africano de Desenvolvimento – BAD
- 1964: Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD
- 1964: Comitê de Produtos de Base – UNCTAD
- 1964: Constituição da União Postal Universal – UPU
- 1964: Organização Internacional das Telecomunicações por Satélite – Intelsat
- 1965: Convenção para a facilitação do tráfico marítimo internacional (1977)
- 1965: Convênio de Créditos e Pagamentos Recíprocos da ALALC/ALADI
- 1965: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD
- 1966: Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1992)
- 1966: Comissão da ONU sobre Direito Comercial Internacional – UNCITRAL

- 1966: Convenção Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico (1969)
- 1967: Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI
- 1967: Centro de Comércio Internacional UNCTAD/GATT
- 1968: Tratado de Não-Proliferação Nuclear (assinatura em 1997; adesão em 1998)
- 1968: Convenção constitutiva da *Corporación Andina de Fomento* – CAF (1996)
- 1969: Tratado da Bacia do Prata, cooperação regional
- 1969: Convenção sobre poluição por hidrocarbonantes em alto mar – OMI (1977)
- 1970: Tratado de Cooperação sobre Patentes - OMPI
- 1970: Sistema Geral de Preferências – UNCTAD
- 1970: Organização Mundial do Turismo
- 1970: Convenção sobre importação, exportação e transferência de bens culturais
- 1971: Convenção para a Proteção dos Produtores de Fonogramas
- 1971: Acordo da Comunidade da Pimenta do Reino (1981)
- 1971: Convenção sobre zonas úmidas habitat de aves aquáticas – UNESCO (1993)
- 1971: Grupo dos Vinte e Quatro – G-24 (atuação no âmbito do FMI-BIRD)
- 1972: Convenção sobre a conservação das focas antárticas (1991)
- 1972: Convenção sobre armas bacteriológicas (biológicas) e toxinas (1975)
- 1972: Convenção sobre armas convencionais excessivamente danosas (1995)
- 1972: Acordo Internacional sobre o Cacau
- 1972: Convenção sobre danos causados pelos objetos espaciais
- 1972: Acordo constitutivo do Fundo Africano de Desenvolvimento – FAD
- 1972: Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
- 1972: Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – UNEP
- 1972: Convenção sobre Proteção do Patrimônio Mundial – UNESCO (1977)
- 1972: Convenção sobre poluição marinha por alijamento de resíduos – OMI (1982)
- 1973: Convenção sobre poluição pelos navios – MARPOL/OMI (1988)
- 1973: Convenção sobre fauna e flora ameaçados de extinção – CITES (1975)
- 1973: Convênio da Organização Latino-Americana de Energia – OLADE
- 1973: Arranjo relativo ao comércio de têxteis – Acordo Multifibras/GATT
- 1974: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA
- 1974 Declaração sobre a Nova Ordem Econômica Internacional – ONU
- 1974: Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados – ONU
- 1974: Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar

- 1975: Convênio criando o Sistema Econômico Latino-Americano – SELA
- 1975: Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional (1995)
- 1975: Diretivas do Clube de Londres sobre equipamentos nucleares (1996)
- 1976: Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas – OMI/Inmarsat
- 1976: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA/FAO
- 1976: Programa integrado para os produtos de base da UNCTAD
- 1977: Convênio sobre o Escritório Internacional de Madeiras Tropicais
- 1978: Tratado de Cooperação Amazônica, cooperação regional
- 1979: Código de Normalização – GATT
- 1979: Código de Subvenções e Direitos Compensatórios – GATT
- 1979: Código de Valoração Aduaneira – GATT
- 1979: Código Antidumping – GATT
- 1979: Arranjo relativo à carne bovina – GATT
- 1979: Declaração sobre Tratamento diferenciado e mais favorável – GATT
- 1979: Medidas comerciais sobre Balança de Pagamentos – GATT
- 1979: Medidas de Salvaguarda para fins de Desenvolvimento – GATT
- 1979: Acordo sobre notificações, consultas, solução de controvérsias – GATT
- 1979: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA
- 1979: Acordo sobre Itaipu e Corpus, entre Argentina, Brasil e Paraguai
- 1979: Convenção Interamericana sobre sentenças e laudos arbitrais (1995)
- 1979: Acordo Internacional sobre a Borracha Natural
- 1979: Organização para o Desenvolvimento Industrial – ONUDI
- 1980: Fundo Comum para os produtos de base – UNCTAD (1989)
- 1980: Convenção sobre os recursos vivos marinhos da Antártica – ONU (1986)
- 1980 : Tratado de Montevideú criando a ALADI
- 1982: Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – ONU (1988)
- 1983: Convenção sobre o Sistema Harmonizado de mercadorias – CCA (1988)
- 1983: Associação dos Países Produtores de Estanho (ATPC) – (1998)
- 1983: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – RITLA (1990)
- 1983: Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, OIMT/FAO/UNCTAD (1985)
- 1985: Agência Multilateral de Garantia de Investimentos – MIGA (1992)
- 1985: Convenção para a proteção da camada de ozônio – UNEP (1989)
- 1986: Declaração ministerial sobre a Rodada Urugui – GATT

- 1986: Grupo de Cairns – GATT/OMC (originalmente 14 países; ampliado)
- 1986: Cooperação Aduaneira entre países de língua portuguesa (1995)
- 1987: Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis – MTCR (1995)
- 1987: Protocolo sobre substâncias que destroem a camada de ozônio (1990)
- 1988: Sistema Global de Preferências Comerciais - Países em Desenvolvimento
- 1989: Convenção sobre movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos (1993)
- 1989: Tratado sobre o registro internacional de obras audiovisuais
- 1989: Grupo dos 15 – G-15 (coordenação político-econômica entre países emergentes)
- 1990: Declaração da ONU sobre cooperação econômica internacional
- 1991: Tratado de Assunção – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Mercosul)
- 1991: Protocolo de Brasília sobre Solução de Controvérsias no Mercosul (1993)
- 1991: Protocolo ao Tratado da Antártida sobre Proteção Ambiental (1995)
- 1992: Acordo de transporte fluvial da Hidrovia Paraguai-Paraná (1995)
- 1992: Instituto Interamericano para pesquisa em mudanças globais (1994)
- 1992: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (1998)
- 1992: Convenção sobre Diversidade Biológica (1998)
- 1992: Agenda 21 e Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- 1992: Fundo Multilateral de Investimentos – BID
- 1993: Convenção sobre Armas Químicas e sua Destruição (1995)
- 1993: Associação dos Países Produtores de Café – APPC (1995)
- 1994: Protocolo sobre jurisdição em matéria contratual no Mercosul (1996)
- 1994: Protocolo de promoção e proteção recíproca de investimentos no Mercosul
- 1994: Centro de Desenvolvimento da OCDE
- 1994: Ata Final da Rodada Uruguai criando a OMC: GATS, TRIMs, TRIPs, etc.
- 1994: Acordo Internacional sobre Madeiras Tropicais (1998)
- 1994: Protocolo sobre investimentos de Estados não-membros do Mercosul
- 1994: Convênio Internacional do Café (1998)
- 1994: Centro Sul – South Center (ainda não ratificado)
- 1994: Protocolo adicional ao Tratado de Assunção – Protocolo de Ouro Preto
- 1994: Protocolo relativo ao Código Aduaneiro do Mercosul
- 1994: Tarifa Externa Comum do Mercosul
- 1994: Norma de Aplicação sobre Valoração Aduaneira no Mercosul
- 1994: Acordo sobre Transporte Multimodal no Mercosul

- 1994: Princípios de “Supervisão Bancária Global Consolidada” no Mercosul
- 1994: Declaração de Miami sobre Área de Livre-Comércio das Américas
- 1995: Acordo de Cooperação Inter-regional Mercosul-União Europeia
- 1996: Adesão ao Comitê do Aço da OCDE
- 1996: Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares – CTBT (1998)
- 1996: Instituto Internacional de Vacinas (1999)
- 1996: Convenção sobre proibição de armas excessivamente lesivas (2000)
- 1996: Acordo de Complementação Econômica (livre-comércio) Mercosul-Chile
- 1996: Protocolo de Defesa da Concorrência no Mercosul (2000)
- 1997: Adesão ao Comitê de Comércio da OCDE
- 1997: Acordo de Complementação Econômica (livre-comércio) Mercosul-Bolívia
- 1997: Adesão ao Comitê de Investimentos e Empresas Multinacionais da OCDE
- 1997: Convenção sobre o uso dos cursos de águas internacionais – ONU
- 1997: Convenção sobre corrupção nas transações internacionais – OCDE
- 1998: Adesão ao Comitê de Agricultura da OCDE
- 1998: Adesão ao Comitê de Política de Concorrência da OCDE
- 1998: Tribunal Penal Internacional – TPI (2002)
- 1998: Acordo-quadro Mercosul-Comunidade Andina para zona de livre-comércio
- 2000: Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança
- 2000: Tratado de Direito Patentário (OMPI)
- 2000: Acordo-quadro Mercosul-República da África do Sul
- 2001: Adesão ao Comitê de Administração Pública da OCDE
- 2001: Convênio Internacional do Café de 2001 – AICAFÉ 2001 (2002)
- 2002: Protocolo de Olivos sobre solução de controvérsias no Mercosul (2003)
- 2002: Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes
- 2003: Acordo-quadro entre o Mercosul e a Índia
- 2003: G-20 ou G-X: grupo de países em desenvolvimento no âmbito da rodada Doha
- 2003: Acordo de Complementação Econômica (livre-comércio) Mercosul-Peru
- 2004: Acordo de Complementação Econômica (livre-comércio) Mercosul-CAN
- 2004: Sistema Geral de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento

## ANEXO II

Continente	Economia	1995 - 2000	2000 - 2010
Ásia	Azerbaijão	7,30	17,09
África	Guiné Equatorial	35,33	16,58
Oriente Médio	Qatar	12,34	14,18
Ásia	Afeganistão	-4,99	13,09
África	Angola	5,11	12,96
Ásia	Myanmar	7,90	12,33
Ásia	Macau, China	- 1,07	11,96
Caribe	Ilhas Turks e Caicos	8,54	11,77
Ásia	China	8,49	10,84
Oriente Médio	Armênia	5,05	9,21
África	Etiópia	3,55	8,89
Ásia	Camboja	7,17	8,68
Ásia	Laos	6,08	8,45
Oriente Médio	Turcomenistão	4,26	8,33
Ásia	Butão	6,49	8,32
Oriente Médio	Cazaquistão	1,94	8,25
África	Serra Leoa	-9,62	8,21
África	Ruanda	10,09	8,09
Oriente Médio	Tajiquistão	1,06	8,07
Europa	Belarus	6,74	8,01
África	Chade	3,17	7,98
Ásia	Índia	5,82	7,96
África	Moçambique	9,75	7,85
Ásia	Vietnã	6,73	7,46
África	Sudão	7,12	7,41
África	Nigéria	2,91	7,28
Ásia	Mongólia	3,04	7,20
Oriente Médio	Uzbequistão	4,13	7,18
África	Tanzânia	4,26	7,04
África	Uganda	6,75	7,03
	<b>Média</b>	<b>5,85</b>	<b>9,59</b>

## ANEXO III

	PIB	Taxa de Investimento bruto (FBKF)	IDE	IDE/PIB	IDE/FBCF
<b>1980</b>	191.125	22,90	1.910	1,00	4,00
<b>1981</b>	225.558	22,94	2.522	1,12	4,66
<b>1982</b>	238.783	21,44	3.115	1,30	6,05
<b>1983</b>	170.392	18,13	1.326	0,78	4,33
<b>1984</b>	175.507	16,89	1.501	0,86	5,08
<b>1985</b>	187.426	16,95	1.418	0,76	4,47
<b>1986</b>	225.332	19,09	317	0,14	0,74
<b>1987</b>	247.125	22,30	1.169	0,47	2,12
<b>1988</b>	276.046	22,72	2.805	1,02	4,45
<b>1989</b>	375.485	26,90	1.130	0,30	1,21
<b>1990</b>	402.137	20,66	989	0,25	1,20
<b>1991</b>	374.153	18,11	1.102	0,29	1,83
<b>1992</b>	358.404	18,42	2.061	0,58	3,50
<b>1993</b>	402.175	19,28	1.291	0,32	1,87
<b>1994</b>	573.704	18,44	2.150	0,37	2,03
<b>1995</b>	768.951	18,32	4.405	0,57	3,13
<b>1996</b>	839.684	16,87	10.792	1,29	7,62
<b>1997</b>	871.201	17,37	18.993	2,18	12,55
<b>1998</b>	843.828	16,97	28.856	3,42	20,15
<b>1999</b>	587.122	15,66	28.578	4,87	31,09
<b>2000</b>	644.729	16,80	32.779	5,08	30,26
<b>2001</b>	554.187	17,03	22.457	4,05	23,79
<b>2002</b>	506.041	16,39	16.590	3,28	20,01
<b>2003</b>	552.384	15,28	10.144	1,84	12,02
<b>2004</b>	663.733	16,10	18.146	2,73	16,98
<b>2005</b>	882.044	15,94	15.066	1,71	10,72
<b>2006</b>	1.089.254	16,43	18.822	1,73	10,52
<b>2007</b>	1.366.854	17,44	34.585	2,53	14,51
<b>2008</b>	1.653.353	19,11	45.058	2,73	14,26
<b>2009</b>	1.593.018	18,07	25.949	1,63	9,61
<b>2010</b>	2.088.966	19,46	48.506	2,32	12,59

## ANEXO IV

Tabela 27. Poder Potencial

País	População	Área	PIB (PPP, US\$ Bilhões)	IPP
1.China	1.280	9.598	5.792	95,9
2.EUA	288	9.629	10.414	91,1
3.Índia	1.049	3.287	2.778	88,7
4.Rússia	144	17.075	1.165	81,9
.Brasil	174	8.547	1.300	80,8
6.Indonésia	212	1.905	650	74,1
7.Japão	127	378	3.481	72,3
8.Canadá	31	9.971	907	72,0
9.México	101	1.958	887	71,9
10.Alemanha	82	357	2.226	68,4

Fonte: Gonçalves (2005), Elaboração própria

Tabela 28. Vulnerabilidade Externa:

Comercial (IVCO)		Produtivo-tecnológica (IVPT)		Monetário-financeira (IVMF)		Vulnerabilidade Externa (IVE)	
1. Azerbaijão	84,4	1. Nicarágua	91,1	1. Burundi	81,3	1. Zâmbia	69,7
2. Moldávia	72,6	2. Trinidad e Tobago	77,4	2. Zâmbia	71,8	2. Azerbaijão	66,5
3. Camboja	71,1	3. Chile	74,4	3. Ruanda	70,5	3. Burundi	66,2
4. Arábia	69,6	4. Azerbaijão	73	4. Burkina Fasso	67,5	4. Ruanda	63,3
5. Mongólia	66,5	5. Zâmbia	70,8	5. Sudão	58,9	5. Nicarágua	61,8
<b>74. Brasil</b>	<b>38,1</b>	<b>49. Brasil</b>	<b>51,4</b>	<b>7. Brasil</b>	<b>57,7</b>	<b>17. Brasil</b>	<b>49,1</b>
109. Peru	24,6	109. Japão	22,9	109. Bélgica	6,9	109. Filipinas	24,2
110. China	19,2	110. Israel	19,1	110. França	5,9	110. EUA	22
111. Nepal	16,6	111. Etiópia	18,9	111. Reino Unido	3,4	111. Índia	21,6
112. Líbano	16,2	112. Filipinas	16,4	112. Suíça	2,8	112. Israel	21,5
113. Índia	15,8	113. Rep. Coréia	14,2	113. Japão	0	113. Japão	18,1

Fonte: Gonçalves (2005), Elaboração própria